

**Priscila Brasil Gonçalves Lacerda**

**SENTENÇAS PROVERBIAIS: UM ESTUDO  
SINTÁTICO-SEMÂNTICO DE BASES ENUNCIATIVAS**

**Belo Horizonte  
2009**

**Priscila Brasil Gonçalves Lacerda**

**SENTENÇAS PROVERBIAIS: UM ESTUDO  
SINTÁTICO-SEMÂNTICO DE BASES ENUNCIATIVAS**

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Lingüística Teórica e Descritiva.**

**Área de concentração: Lingüística Teórica e Descritiva**

**Linha de Pesquisa: Estudo da Estrutura Gramatical da Linguagem**

**Orientador: Prof. Dr. Luiz Francisco Dias**

**Belo Horizonte  
Faculdade de Letras da UFMG  
2009**

**Universidade Federal de Minas Gerais – Faculdade de Letras**  
**Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos**

Dissertação intitulada *Sentenças proverbiais: um estudo sintático-semântico de bases enunciativas*, defendida por Priscila Brasil Gonçalves Lacerda, em 20 de fevereiro de 2009, e aprovada pela banca examinadora composta pelos seguintes professores:

---

Prof. Dr. Luiz Francisco Dias (UFMG)  
Orientador

---

Profa. Dra. Aracy Ernest Pereira (UCPEL)

---

Profa. Dra. Evelyne Jeanne Andrée Angèle Madeleine Dogliani (UFMG)

---

Profa. Dra. Helcira Maria Gomes de Lima (UFMG)  
Suplente

---

Prof. Dr. Luiz Francisco Dias  
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos (FALE/UFMG)

Belo Horizonte, 20 de fevereiro de 2008.

*À minha mãe,  
Patricia Brasil, que está comigo nesta vida.*

*Ao Professor Luiz,  
com quem eu comecei e continuo o meu percurso nos estudos lingüísticos.*

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo equilíbrio, e ao meu Anjo da Guarda, por ser minha constante companhia.

Ao Professor Luiz, pela humanidade, generosidade e confiança com que conduz a orientação. Obrigada pelo apoio e pelo incentivo em todos esses anos de estudos (quase sete!!!), desde a primeira disciplina no primeiro semestre de graduação, na iniciação científica, no mestrado e, doravante, no doutorado. Obrigada por ter me apresentado a semântica do acontecimento e ter permitido que eu participasse de um projeto tão desafiador quanto gratificante que é a pesquisa com uma sintaxe de bases enunciativas.

Aos professores do PosLin, especialmente a César Nardelli Cambraia, Eunice Maria das Dores Nicolau, Luiz Francisco Dias, Maria Beatriz Nascimento Decat e Maria Elizabeth Fonseca Saraiva, por contribuírem com a minha formação.

À minha mãe, por segurar as minhas mãos e mostrar que eu não estou sozinha; e ao meu pai, por soltar as minhas mãos mostrando que eu posso caminhar sozinha. É com esse equilíbrio que eu sigo o meu caminho.

Aos meus irmãos, Lucas e Anna, porque dividir a mesa, o computador (às vezes) ou o quarto com uma mestrandia não é fácil mesmo!

À minha madrinha, Tia Anna Maria, pelos ensinamentos e pelas orações; ao meu padrinho, Tio Toninho, por me mostrar que o mundo pode ser maior e dizer que eu posso ir mais longe.

Aos colegas do Grupo de Estudos da Enunciação, pelas conversas produtivas e por suscitarem muitas das formulações que eu coloco neste trabalho.

Às minhas amigas, também lingüistas ou “pré-lingüistas” (risos): à Cynthia, pela sensibilidade de sempre; à Ana Virgínia e à Priscila, pelas conversas sobre o trabalho e sobre a vida, por lembrarem-se de mim quando aparece uma atividade que vai contribuir com a nossa experiência e com o nosso currículo, pelo ensaio para entrevista de doutorado (risos), enfim, pela companhia acadêmica e pessoal.

Aos meus velhos amigos, que riem do meu jeito metódico, das minhas indagações racionalistas e do meu vocabulário por vezes levemente rebuscado (risos), que me recebem com carinho e que me ajudam a conhecer a mim mesma. Obrigada por estarem comigo em mais uma etapa!

Aos meus novos amigos, que trouxeram mais leveza e felicidade a este percurso. Obrigada pelos momentos divertidos que passamos juntos!

Ao CNPq, pela bolsa de estudos, imprescindível, e pelo incentivo aos trabalhos de pesquisa no Brasil.

*O conhecimento construído não pode ser fechado, nem acabado, porque nós, como seres humanos, estamos sempre em desenvolvimento.*

Wilhelm Walgenbach<sup>o</sup>

---

<sup>o</sup> WALGENBACH, Wilhelm (2002). Conhecimento sobre conhecimento. In: MARTINS, R. P.; MARI, H. (Eds.). *Universos do conhecimento*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2002, p. 43.

## RESUMO

*Aquele que x y*, que denominamos de sentenças proverbiais. Propomo-nos a explicar a configuração sintática e semântica dessas sentenças a partir da perspectiva teórica de uma sintaxe de bases enunciativas (DIAS, 2002), que, por sua vez, filia-se a uma semântica da enunciação. Essa base teórica nos dá suporte para compreender o fato sintático na interface entre as dimensões orgânica (material) e simbólica (enunciativa) da língua, assim, focalizamos os lugares de sujeito gramatical e de objeto, considerando que esses lugares consistem em lugares de configuração de referência (DIAS, 2006a), a fim de reconhecermos especificidades enunciativas de cada um desses lugares sintáticos na constituição de uma referência proverbial. Investigamos, precisamente, como os traços semântico-enunciativos que reconhecemos como definidores do grupo de sentenças com o qual trabalhamos, a saber, os traços de genericidade, onitemporalidade, indicialidade e sentido implicativo se inscrevem na organicidade dessas sentenças. E, nesse processo, procuramos elucidar também a própria constituição desses traços. Enfim, nosso trabalho propõe-se a definir a constituição do que chamamos de modo de enunciação proverbial, produzindo uma aplicação de uma sintaxe de bases enunciativas.

**Palavras-chave:** sentenças proverbiais; referência; sintaxe de bases enunciativas; semântica da enunciação.

## ABSTRACT

This work presents a study of the sentences structured as *He who x y* or *Those who x y*, which we designate as proverbial sentences. We propose to explain the syntactic and semantic configuration of these sentences from the theoretical perspective of a syntax of enunciative bases (DIAS, 2002), which, in turn, is related to a semantics of enunciation. This theoretical basis gives us support to comprehend the syntactical fact in the interface between the organic (material) and symbolic (enunciative) dimensions of the language, thus, focusing on the positions of the grammatical subject and object, considering that these are positions of reference configuration (DIAS, 2006a), so that we can recognize the enunciative specificities of each of these syntactic positions in the creation of a proverbial reference. We investigate precisely how the semantic-enunciative traces that we recognize as definers of the sentence group with which we worked, *i. e.*, the traces of genericity, omnitemporality and indiciality and implicative sense, inscribe themselves in the organicity of these sentences. Through this process, we seek to elucidate also the constitution itself of these traces. Finally, our work proposes to define the constitution of what we call mode of proverbial enunciation, producing an application of a syntax of enunciative bases.

**Keywords:** proverbial sentences; reference; enunciative bases syntax; enunciation semantics.



## SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS -----	10
I    Apresentação -----	10
II   Da organização dos capítulos -----	12
CAPÍTULO 1 – Da relação entre organicidade lingüística e enunciação -----	14
1.1  A enunciação na estrutura da língua -----	14
1.2  Uma sintaxe de bases enunciativas -----	15
1.2.1  O fundamento da noção de acontecimento -----	16
1.2.2  Princípios gerais -----	18
1.2.3  Os lugares sintáticos -----	22
1.3  Sobre a referência -----	25
CAPÍTULO 2 – Fundamentos metodológicos -----	29
2.1  A questão do ponto de vista -----	29
2.2  Do tipo de sentenças em análise -----	33
2.3  Procedimentos -----	35
CAPÍTULO 3 – Um olhar sobre a sintaxe e a semântica de sentenças proverbiais: análises de bases enunciativas -----	37
3.1  Comparando os lugares sintáticos de sujeito e de objeto: as categorias de referência -----	37
3.2  A interface sintaxe-enunciação em sentenças proverbiais -----	41
3.2.1  A configuração do lugar de sujeito -----	41
3.2.2  A configuração do lugar de objeto -----	44
3.2.3  Fazendo um balanço -----	45
3.3  O modo de enunciação proverbial -----	47
3.3.1  A construção de um índice de referência -----	53
3.3.2  A questão da temporalidade -----	56
3.3.3  A estruturação implicativa -----	62
3.3.3.1  Da discrepância entre o material e o simbólico -----	62
3.3.3.2  Da constituição material e simbólica do sentido implicativo --	63
3.3.4  Sentenças generalizantes: estabelecendo um breve contraste -----	71
3.3.5  A questão da metaforicidade -----	76
3.3.5.1  A visão tradicional -----	76
3.3.5.2  Breve retomada de uma visão comunicativo-cognitivista -----	78

3.3.5.3 A metáfora como um fenômeno sintático e enunciativo -----	79
3.4 “Mais vale quem Deus ajuda do que quem cedo madruga” -----	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	88
I Síntese -----	88
II Perspectiva -----	89
REFERÊNCIAS -----	90

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

### I APRESENTAÇÃO

Uma nova perspectiva teórica em lingüística abre consigo um novo campo de pertinências. O trabalho com uma sintaxe de bases enunciativas, portanto, instala-se sobre um novo campo de pertinências aos estudos sintáticos, em que elementos até então colocados de fora da conformação estrutural das sentenças ganham força de determinação. Inserido nesse novo campo, o presente estudo tem como objetivo geral aplicar a abordagem de uma sintaxe de bases enunciativas ao estudo de sentenças como “Quem olha o dedo que aponta não vê a estrela que brilha”, “Aquele que vende a honra recebe a infâmia” ou “Quem precisa contrata. Quem sabe faz. – Catho Negócios”<sup>1</sup>. São sentenças genéricas constituídas pela estrutura *Quem x y* ou *Aquele que x y*.

A própria delimitação do nosso objeto de estudos já é uma decorrência da perspectiva que adotamos, pois essas sentenças se distinguem das outras, ou melhor, se reúnem entre si sob o título de sentenças proverbiais por apresentarem, em princípio, características sintáticas e enunciativas interdependentes que as definem. Ou seja, além de compartilharem da referida estrutura, acreditamos que essas sentenças têm em comum a agregação dos seguintes traços enunciativos: genericidade, onitemporalidade, indicialidade e sentido implicativo. Esses traços seriam determinantes para a constituição da proverbialidade e, por isso, tomamos efetivamente essa agregação também como parâmetro para diferenciar as sentenças pertinentes à nossa análise. Dessa forma, a partir desses traços é que procuramos produzir uma explicação para a organização sintática dessas sentenças.

No desenvolvimento de nossas reflexões, temos como objetivo responder as seguintes questões:

- a) Qual é a configuração enunciativa dos traços de genericidade, onitemporalidade, indicialidade e sentido implicativo nas sentenças construídas pela estrutura *Quem/Aquele que x y*?
- b) Quais são as especificidades sintáticas dessas sentenças, tendo em vista que os referidos traços se inscrevem na constituição da sintaxe dessa categoria de sentenças?

---

<sup>1</sup> Slogan encontrado no sítio <http://www.cathonegocios.com.br/cn/static/page.htm?page=sobre>, que é de um grupo que faz intermediação de trabalho *freelance*.

Na verdade, o que motivou inicialmente a nossa escolha pelas sentenças construídas pela estrutura *Quem/Aquele que x y* foi o fato de termos observado em uma análise prévia que as expressões pronominais indefinidas *Quem* ou *Aquele que* não são passíveis de ocupar o lugar sintático de objeto da sentença<sup>2</sup>, o que nos pareceu peculiar porque elementos que constituem outros tipos de referência parecem não sofrer restrições dessa natureza. Vemos isso imediatamente ao tentarmos criar uma sentença colocando o pronome no lugar de objeto: “(?) A pessoa que precisa contrata *quem*”. Essas expressões geram uma demanda de predicação, pois invariavelmente compõem uma oração menor e dentro dessa sempre ocupam o lugar de sujeito. Assim, somente quando completarmos a sentença formando um sintagma oracional com o pronome *Quem* é que temos uma sentença aceitável na língua portuguesa, “A pessoa que precisa contrata *quem sabe fazer*”, por exemplo.

É mister, portanto, caminhar no sentido de produzir uma reflexão sobre as determinações ou restrições específicas de cada um desses lugares sintáticos aos fatores de ordem enunciativa que atuam sobre a constituição das sentenças proverbiais. Diante dessa constatação, para a construção de respostas à pergunta apresentada no item (b), ganham relevância os seguintes empreendimentos:

- i. Investigar as propriedades do lugar de sujeito que o diferenciam do lugar de objeto e fazem com que ele aceite ser ocupado pelas expressões pronominais indefinidas *Quem* ou *Aquele que* enquanto o lugar de objeto os recusa.
- ii. Explicar a relação entre a ocupação de cada lugar sintático em particular, o de sujeito e o de objeto, e os aspectos enunciativos que envolvem a construção de sentenças genéricas de caráter proverbial.
- iii. Investigar, por meio das características dos elementos ocupantes do lugar de sujeito gramatical, em sentenças proverbiais, a hipótese de que esse lugar tem um compromisso com uma exterioridade que determina o modo de enunciação dessas sentenças.
- iv. Considerar em que medida a genericidade alocada no lugar de objeto é decorrente, i.e., é consequência da genericidade instalada no lugar de sujeito

Enfim, diríamos que o nosso estudo mostra-se relevante por dois motivos bem entrelaçados. Acreditamos, em primeiro lugar, que as nossas análises poderiam contribuir para o levantamento de alguns pontos e com a proposta de alguns possíveis direcionamentos

---

<sup>2</sup> Estamos nos referindo ao pronome *quem* indefinido, que compreendemos como sinônimo da expressão pronominal indefinida *aquele que*. A restrição de que estamos falando não se aplica ao pronome *quem* interrogativo, nem às expressões pronominais relativas *quem* e *aquele que*, que podem ser substituídas por *o qual*.

sobre a relação de interdependência que há entre a estrutura e a enunciabilidade das sentenças. Em segundo lugar, sabemos que já foram e têm sido desenvolvidos alguns trabalhos que focalizam a interpretação da semântica peculiar aos provérbios ou dos discursos veiculados por eles com regularidade. Nós, entretanto, devemos colocar em foco outro aspecto, que acreditamos ainda ter sido pouco explorado dentro dos estudos lingüísticos. Não nos interessa, por exemplo, identificar os diversos domínios de sentido a que serve de suporte o provérbio “Quem planta colhe” em suas variações constituindo outras sentenças proverbiais, como “Quem planta boas sementes, colhe bons frutos” ou “Quem planta fidelidade, colhe honra e autoridade”<sup>3</sup>. Pouco nos importa reconhecer se essas sentenças servem a um domínio religioso ou político, quais são os estereótipos veiculados pelos provérbios ou em que filiações discursivas se ancoram nas suas diversas enunciações. Antes, nos interessa saber o que na configuração das sentenças construídas pela estrutura *Quem/Aquele que x y*, que é o suporte de alguns provérbios, faz com que elas sejam peças argumentativas, não os argumentos em si. Em suma, comprometemo-nos com a identificação das regularidades sintáticas que estão na construção desse sentido de caráter estereotípico ou, dito de outra forma, procuramos reconhecer como as injunções simbólicas que estão na constituição de um sentido proverbial se distribuem na materialidade da referida estrutura, a qual constitui a organicidade de alguns provérbios.

## II DA ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS

Esta dissertação é composta por três capítulos, além da presente seção de considerações iniciais e outra seção destinada às nossas considerações finais. O Capítulo 1, intitulado “Da relação entre organicidade lingüística e enunciação”, consiste na exposição dos fundamentos teóricos sobre os quais se constrói esta pesquisa. Antes, porém, de adentrarmos na apresentação dos fundamentos de uma sintaxe de bases enunciativas, fazemos uma breve retomada de Benveniste (1989), cujas perspectivas lingüísticas nos parecem contributivas para a explicitação da perspectiva com a qual trabalhamos e até mesmo nos parecem detentoras de certos aspectos fundantes de nossa perspectiva. Além disso, esboçamos nesse capítulo a noção de acontecimento, que está na raiz da nossa compreensão do fenômeno enunciativo, e apresentamos ainda uma concepção de referência que perpassa o nosso olhar sobre as sentenças. O Capítulo 2, cujo título “Fundamentos metodológicos” já indica o propósito central, apresenta uma reflexão acerca da constituição de um fato lingüístico

---

<sup>3</sup> Esses exemplos foram apresentados por Dias (2006a:50).

vislumbrado como objeto de estudos e, seguindo essa linha de reflexão, apresenta o tipo de sentenças com o qual trabalhamos aqui e finaliza com a apresentação dos procedimentos de abordagem das sentenças. Por fim, o Capítulo 3, “Um olhar sobre a sintaxe e a semântica de sentenças proverbiais: análises de bases enunciativas”, aborda a interface entre sintaxe e enunciação na constituição de sentenças proverbiais.

Cada um desses capítulos tem o foco incidindo sobre o aspecto indicado em seus respectivos títulos, i.e., prevalece reflexão teórica, metodológica e analítica, respectivamente, em cada um deles. Entretanto, devemos advertir que a associação entre teoria, delimitação ou constituição do objeto de estudos e análise perpassa todo o texto. Ou seja, a nossa análise é, ao mesmo tempo, uma aplicação da perspectiva de uma sintaxe de bases enunciativas e um esforço para elucidar essa mesma perspectiva, a qual se admite em construção e, tal como qualquer abordagem deveria estar, admite-se também em constante processo de refinamento. A organização dos capítulos reflete, portanto, apenas um critério de prevalência.

## CAPÍTULO 1

### DA RELAÇÃO ENTRE ORGANICIDADE LINGÜÍSTICA E ENUNCIÇÃO

Neste primeiro capítulo, julgamos fundamental tratar da relação entre estrutura lingüística e enunciação, fazendo inicialmente uma retomada de Benveniste (1989) para alcançar, em seguida, uma perspectiva vinculada a uma semântica da enunciação (GUIMARÃES, 2002). Ao partirmos da perspectiva benvenistiana, temos por objetivo estabelecer um contraponto no que se refere ao investimento da enunciação na estrutura da língua. Em seguida, passamos à noção de acontecimento, que é fundamental para o nosso olhar sobre a enunciação na estrutura da língua, para, logo depois, colocarmos em foco a sintaxe de bases enunciativas, explicitando os princípios gerais e a constituição dos lugares sintáticos. Por fim, apresentamos alguns aspectos sobre uma perspectiva enunciativa da noção de referência, pois essa noção perpassa o nosso olhar sobre os fatos lingüísticos analisados.

#### 1.1 A ENUNCIÇÃO NA ESTRUTURA DA LÍNGUA

Um texto que sem dúvidas representa uma grande contribuição aos estudos da enunciação é “O aparelho formal da enunciação” ([1971], 1989), de Émile Benveniste. Diferenciando-se das descrições lingüísticas mais recorrentes, que se dedicam ao “emprego das formas” e preocupam-se primordialmente em fixar as condições sintáticas, os arranjos possíveis para as estruturas lingüísticas; as reflexões apresentadas nesse texto tratam das “condições de emprego da língua”.

O emprego da língua seria um fenômeno tão necessário e banal que, “de uma maneira ou de outra, afeta a língua inteira”; tanto que, antes da enunciação, antes de ser efetuada em instância de discurso, “a língua é senão possibilidade de língua”. Esse emprego da língua teria lugar na enunciação, que o autor define, portanto, como “este colocar a língua em funcionamento por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 1989:82-83).

Em função do caráter substancial da enunciação, Benveniste propõe-se a defini-la “no quadro formal de sua realização”. Nesse quadro, “ganha centralidade de referência a figura do locutor, que mobiliza a língua por sua conta” ao dizer *eu*. Os “caracteres formais da

enunciação” estão, portanto, enraizados na “manifestação individual que ela atualiza”, sendo que a “relação do locutor com a língua determina os caracteres lingüísticos da enunciação”.

Contamos, na estrutura formal, com os “índices de pessoa” e com os demais “indivíduos lingüísticos” que emergem na e pela enunciação, designando cada vez algo novo. Ou seja, são “termos que implicam um gesto que designa o objeto ao mesmo tempo em que é pronunciada a instância do termo”. A enunciação promove, então, segundo o olhar de Benveniste ([1971], 1989), a existência de “nomes” metalingüísticos indicadores da própria instância enunciativa (BENVENISTE, 1989:84-85).

A centralidade do locutor se coloca mais uma vez quando Benveniste (1989:86) afirma que a enunciação “fornece as condições necessárias às grandes funções sintáticas”, pois essas funções estariam a serviço do locutor para o estabelecimento de um diálogo de interrogação, de intimação, ou de asserção com o seu alocutário; diálogo esse que seria condição *sine qua non* para a enunciação (BENVENISTE, 1989:86).

Podemos dizer então que essa condição disparadora da enunciação, i.e., essa conversão individual da língua em discurso, configurando um processo de apropriação, é a que rege todo o investimento da enunciação na estrutura da língua, segundo a perspectiva desenvolvida por Benveniste ([1971], 1989). Em outras palavras, na medida em que ele instaura “o locutor como parâmetro nas condições necessárias da enunciação” (p.83), é pelo viés desse parâmetro que o autor inscreve a dimensão enunciativa na dimensão estrutural da língua.

## 1.2 UMA SINTAXE DE BASES ENUNCIATIVAS

A enunciação ganha matizes diversos segundo a determinação dada a ela pelas diferentes perspectivas que a abordam; até mesmo porque abordá-la desprovida dessas determinações seria reduzi-la ao ato psicofisiológico de dizer algo. E, naturalmente, a percepção de como a enunciação se investe na estrutura, i.e., na materialidade da língua, é decorrente da construção de uma identidade para o fenômeno enunciativo.

Destarte, se para Benveniste ([19701], 1989) é a relação do locutor com a língua a que determina os caracteres da enunciação, para a nossa perspectiva, é a configuração do acontecimento que determina, em parte, a disposição da estrutura lingüística, já que lidamos com a definição de que enunciação é o “**acontecimento** que produz enunciados” (GUIMARÃES, 1989:78. Destaque nosso). Assim, antes de explicitarmos em linhas gerais a abordagem que norteia o olhar que lançamos sobre as sentenças proverbiais nas análises apresentadas adiante, devemos ponderar acerca da noção de acontecimento, tal como ela é



compreendida dentro de uma semântica da enunciação, à qual nos alinhamos na sustentação de uma sintaxe de bases enunciativas.

### 1.2.1 O fundamento da noção de acontecimento

A enunciação, segundo Guimarães (2002), é um acontecimento no qual se instala uma temporalidade própria. No presente da enunciação, convergem um passado e um futuro: uma memória histórico-social corroborada por enunciações anteriores releva-se na constituição dos sentidos configurados no presente do acontecimento, e essa configuração produz uma latência de futuro que constituirá, sob o signo da regularidade, o corpo memorável de outras enunciações.

Entendemos, pois, a enunciação como o “acontecimento **sócio-histórico** da produção do enunciado” (GUIMARÃES, 1989:78. Destaque nosso). Emerge nessa formulação, portanto, uma diversidade crucial entre a nossa concepção de histórico e um entendimento que poderíamos atribuir a uma vertente mais pragmática e, sem muitas reservas, ao senso-comum. Esses últimos costumam entender o histórico como uma pontualidade marcada no tempo cronológico e, por isso, o acontecimento ganha matizes de um evento irrepetível em sua singularidade. Nós, entretanto, compreendemos o histórico por uma perspectiva que o coloca na relação entre memória e devir, relação essa vinculada ao social.

Nesse domínio, “o enunciado se caracteriza como um elemento de uma prática social e que inclui, na sua definição, uma relação com o sujeito, mais especificamente com posições [sociais] do sujeito, e seu sentido se configura como um conjunto de conformações imaginárias” (GUIMARÃES, 1989:73). Acreditamos que tal relação com um conjunto de formações imaginárias se dá de forma concreta pela relação do enunciado com outros enunciados, e essa relação entre enunciados, por sua vez, só é possível porque, segundo a proposta de Guimarães (1989), o enunciado constitui os signos lingüísticos, os quais se definem de forma relacional. Nas palavras de Guimarães (1989:76):

esta constituição de signos é o modo de o enunciado se destacar de uma situação específica. É porque ele constitui signos que o enunciado não é o que emerge numa situação específica. Mas se define por sua historicidade (social). [...] Se os enunciados não constituíssem signos a relação lingüística não teria se destacado da situação em que ela se deu.

O acontecimento, dessa forma, se destaca da pontualidade em que foi produzido, sendo espaço de retorno e prospecção, porque, ao mesmo tempo em que se vincula à regularidade histórica que o engendra, é também possibilidade de reconfiguração sobre essa regularidade.

Como afirma o próprio Guimarães (1989:79), “no acontecimento enunciativo se expõe ou pode-se expor o repetível ao novo”. E isso, em nosso entendimento, dar-se-ia na materialidade da sentença.

Uma noção de acontecimento que o distancie, em certa medida, de uma pontualidade efêmera pode ser encontrada em outros trabalhos que reforçam os fundamentos dessa proposta. Dentre alguns autores que guardam afinidades com essa perspectiva, citamos aqui Quéré (2005), Milán-Ramos e Baldini (2000) e Sousa Dias (1995).

Quéré (2005) lida com a noção de acontecimento por um olhar que parte das ciências sociais e confere-lhe um poder hermenêutico. Como fenômeno de ordem hermenêutica, “por um lado, ele pede para ser compreendido [...] por causas; por outro, ele faz compreender as coisas – tem um poder de revelação”, faz descobrir novas potencialidades. “O acontecimento faz emergir uma descontinuidade, só perceptível num fundo de continuidade”, tendo um caráter inaugural, se prolonga como um processo. Ou seja, longe de ser colocado como uma pontualidade factual, para esse autor, o acontecimento é uma fonte de inteligibilidade que tem um passado e um futuro relativo ao seu presente evenemencial. A sua compreensão incide, portanto, sobre o entendimento de Mead (1932 apud QUÉRÉ, 2005), que diz ser o acontecimento aquilo que se torna, ou de Arendt (1980 apud QUÉRÉ, 2005), que afirma ser o sentido do acontecimento algo que transcende sempre as causas que lhe podem ser associadas.

Milán-Ramos e Baldini (2000), por sua vez, tratam o acontecimento na relação entre estrutura e singularidade, ou seja, entre estabilidade e equívoco. Esses autores trabalham, a um só tempo, pelo esvaziamento da vontade de um “ritual sem falhas”, vontade essa que está em função de um “narcisismo da estrutura”, e pelo esvaziamento da idéia de singularidade independente de memória e trajetos sociais. Nas palavras deles, no “lugar do impossível ‘ritual sem falhas’ não há singularidade possível, desde o lugar puro do acontecimento se tem a impossível singularidade (abstrata?) fora da linguagem, fora da história, a pura irrupção de um evento no tempo” (MILÁN-RAMOS e BALDINI, 2000:66). Entendendo discurso como acontecimento, esses autores argumentam no sentido de mostrar que “só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos” (PÊCHEUX, 1983 apud MILÁN-RAMOS e BALDINI, 2000:65)<sup>4</sup>.

Ainda podemos encontrar uma reafirmação para a noção de acontecimento mobilizada aqui em Sousa Dias (1995), que trata essa questão vislumbrando a relação entre o que chamou de virtual e atual. Vejamos como ele define esses termos:

---

<sup>4</sup> PÊCHEUX, M.(1983). *Discurso, estrutura e acontecimento*. 2 ed. Campinas: Pontes, 1997.

Com efeito, o virtual representa a dimensão ideal da objectividade, o plano imanente de toda realidade objectiva, pressuposto por esta, ou sem o qual esta, ou toda a criatividade real, permaneceria ininteligível: a actualidade, ou realidade em acto, é apenas a face ontológica do real, quer dizer, a face efectuada, a face transcendente, o desdobramento energético. (SOUSA DIAS, 1995:90)

O acontecimento seria a “virtualidade tornada consistente no plano de imanência”, seria o virtual feito real, mas distinguível de toda actualidade. Essa distinção se dá porque a relação do virtual para com o atual não é a de uma possibilidade lógica, limitada por sua pré-existência, antes, a relação entre as dimensões virtual e atual é de divergência e de criação, ou seja, “a actualidade é sempre assimétrica da ‘sua’ própria virtualidade” (SOUSA DIAS, 1995:92). E é sobre essa relação discrepante que se constitui o acontecimento, evenemencialidade que paira sobre as suas actualidades, conferindo-lhes inteligibilidade, contudo, sem jamais se reduzir a elas.

Vimos, portanto, que a noção de acontecimento desvinculada de uma historicidade temporalista pode ser compreendida por maneiras distintas, segundo a especificidade da vertente que a aborda. Entretanto, o fundamento, que é a relação entre o recorte de um passado que confere inteligibilidade e o compromisso com um devir, está presente por alguma formulação nessas diferentes perspectivas.

### **1.2.2 Princípios gerais**

Consideramos a enunciação no âmbito da sintaxe na medida em que a ocupação dos lugares sintáticos, que compõem a estrutura lingüística dos enunciados, é determinada, em parte, por fatores de ordem enunciativa. Em outras palavras, a ocupação desses lugares é perpassada por uma memória histórico-social de sentidos, sendo a enunciação uma exterioridade constitutiva do fato sintático. As questões acerca da projeção e ocupação, bem como a noção de lugar sintático, serão tratadas adiante.

Para melhor esclarecermos o fato de a enunciação ser uma exterioridade constitutiva da sintaxe, tomemos uma afirmação de Possenti (2001). Segundo esse autor, a significação da enunciação “se compõe das significações de todas as palavras que fazem parte dela, das formas de suas relações morfológicas e sintáticas [...]” (POSSENTI, 2001:198). Assim, podemos admitir que, enquanto frase na língua, a sentença é uma possibilidade estrutural de um enunciado, que é a frase considerada nas condições em que é dita (GUIMARÃES, 2006). Devido à sua natureza de enunciado em potencial, de estrutura enunciável, a sentença tem a

sua construção sintática organizada em função de uma potencialidade enunciativa e é, ao mesmo tempo, afetada por uma memória de enunciações anteriores.

Tomamos ainda como base Pêcheux (1998:25) quando este afirma que a língua comporta um “fato estrutural implicado pela ordem simbólica”. Na tentativa de delimitar a natureza da língua (o “real da língua”), o autor depreende que o simbólico é inerente à linguagem. Dessa maneira, inserir a enunciação no estudo da sintaxe se justifica, pois a construção sintática é o lugar em que se manifesta a tensão entre o orgânico e o simbólico. Ressaltamos que tais dimensões são interdependentes; assim, podemos dizer que os elementos são sintaticamente configurados de acordo com as regras da língua, com a prevista materialidade lingüística, e estão em função de condições enunciativas que determinam os recortes de significação. Vejamos:

(1) Quem ama sente saudades...

Podemos dizer que a sentença (1) configura-se de acordo com as regras previstas na língua e tem os seus lugares sintáticos ocupados em função de um recorte que constitui uma genericidade proverbial. A constituição da genericidade seria uma possibilidade da língua marcada na ocupação do lugar de sujeito relacionada a um domínio de sentidos que se investe no predicado.

A ocupação do lugar de sujeito por “Quem”, pronome indefinido, instala um perfil de referência que é delineado pela formal verbal “ama” e pelo vazio no lugar de objeto que, na articulação com o verbo, significaria um amor a qualquer coisa. Se no lugar do predicado “sente saudades” tivéssemos outro, por exemplo, “conhece a Deus”, formaríamos “Quem ama conhece a Deus” e estabeleceríamos uma genericidade vinculada a outro domínio de sentidos, uma genericidade acerca de outro tipo de amor. Tal diferença se deve ao fato de os predicados “sentir saudades” e “conhecer a Deus” serem articulações lingüísticas que guardam em sua constituição memórias de sentidos vinculadas a domínios de inteligibilidade diferentes. Assim, podemos afirmar que a sintaxe não se constrói por uma mera justaposição de palavras; antes, trata-se de uma construção articulada em que os recortes de sentidos apresentados pelos elementos constituintes das partes da sentença se determinam mutuamente para a construção da sentença como um todo.

Vale lembrar que os elementos lingüísticos têm a sua versatilidade no “arranjo sintático” regulada por seu próprio caráter de unidade. Por exemplo, a palavra *mesa* pode ocupar, dentre outros, os lugares de sujeito gramatical e de objeto, mas não pode ser o núcleo

de um sintagma verbal em função da sua natureza categorial de substantivo. Quando nos referimos ao plano da organicidade, portanto, consideramos que se trata, além da própria linearidade do arranjo sintático, também das propriedades lexicais dos elementos que o integram. Os pronomes indefinidos *Quem*, encontrado em (1), e *Aquele que*, por exemplo, possuem uma reduzida versatilidade, podendo apenas ocupar o lugar de sujeito.

A articulação sintática atende a uma necessidade de saturação, i.e, a construção sintática se dá em sua pretensão de suprimir certa discrepância existente entre as dimensões material e simbólica da língua (DIAS, 2002). Embora a ocupação do lugar sintático por vezes não ocorra, a sentença pode se apresentar saturada, basta que ela seja configurada em um domínio de referência em que o vazio ganhe pertinência. Entendemos ‘domínio de referência’ como a circunscrição ou a delimitação dos referentes passíveis de serem contemplados pela sentença, enfim, como “algo da relação entre um recorte determinado pelas condições do acontecimento e uma injunção desse recorte ao lugar específico de configuração da forma lingüística” (DIAS, 2005:119). Consideremos então as sentenças abaixo a fim de visualizarmos essa relação.

(2) Quem faz merece o que constrói.

(3) Maria faz o almoço para os filhos.

A sentença (2) não tem o lugar de objeto projetado pelo verbo *fazer* ocupado o que favorece a configuração dessa sentença em um amplo domínio de referência. Diferentemente, na sentença (3), o lugar de objeto de *fazer* precisa ser ocupado para que a sentença seja saturada constituindo um domínio de referência mais restrito. Diríamos, então, que essas sentenças estão configuradas por um modo de enunciação mais generalizador e mais especificador, respectivamente. A noção de modo de enunciação, que será abordada de forma mais detida na seção 3.3 de nosso terceiro capítulo, diz respeito à configuração da referência constituída por uma sentença e parece-nos fundamental para uma análise que incida sobre a interdeterminação entre conformação sintática e fatores enunciativos.

Entenderemos de forma mais clara a medida dessa interdeterminação que norteia o nosso olhar sobre as sentenças retomando Dias (2007) quando ele vislumbra três condições diferentes que sustentariam as concepções dos fatos lingüísticos em gramáticas brasileiras, mais precisamente as concepções dos fatos sintáticos. Tais condições foram denominadas de distributivas, atributivas e operativas. Para que possamos compreendê-las melhor e

compreender que condições estariam subjacentes à nossa concepção, façamos uma ilustração de cada uma delas.

De acordo com Said Ali ([1927], 1965), o sujeito “denota o ser a propósito do qual se declara alguma coisa”. Esse elemento, como um componente da oração, é definido a partir das relações estabelecidas dentro da oração pelo elemento que o representa. Dizemos isso, pois, se entendemos que o sujeito é o termo que faz referência ao ser sobre o qual se faz uma declaração, entendemos também que esse termo somente ganha o *status* de alvo da declaração quando está em relação com o que foi declarado. Assim, o sujeito é reconhecido como aquele elemento que, na distribuição de papéis que engendra a unidade declarativa, exerce uma função definida pela relação estabelecida com os outros componentes dessa unidade comunicativa que é a oração – “combinação de palavras [e às vezes uma só palavra] com que nos dirigimos a alguém” (SAID ALI, [1927], 1965). Temos, portanto, uma concepção tradicional de sujeito que revela condições distributivas de abordagem do fato gramatical.

Uma concepção de sujeito gramatical diferente dessa pode ser encontrada em Vilela (1999). Partindo do ponto de vista da gramática de valências, esse autor afirma que os elementos constituintes da sentença “são determinados por meio das relações sintáticas hierárquicas na dependência da forma conjugada do verbo” (VILELA, 1999:330). Nessa perspectiva, o verbo tem uma centralidade na constituição da sentença, pois é um elemento “que hierarquiza os complementos”, seleciona os seus “complementos / actantes”, sendo o sujeito entendido “como um complemento como os demais” já que “também ele é **previsto e selecionado** pelo verbo” (VILELA, 1999:331. Destaque nosso). Enfim, trata-se de uma abordagem centrada nas condições atributivas de constituição do fato gramatical, tendo em vista que o sujeito é definido pela sua origem de projeção, o verbo, no caso.

Outros estudos, notadamente aqueles de base funcionalista, incluem no fato gramatical, e evidentemente na abordagem do sujeito gramatical, questões de ordem pragmático-discursiva. Estudos que se propõem a investigar, por exemplo, como o falante gerencia a distribuição da informação veiculada pela oração entre as posições de sujeito e de objeto, trabalhos que têm como suporte um modelo teórico como o *Discurso e Gramática*<sup>5</sup>, já se apóiam em condições operativas para definirem o sujeito gramatical como uma posição disponível ao falante para gerenciamento cognitivo.

---

<sup>5</sup> Cf. DU BOIS, John. Discourse and grammar. In: TOMASELLO, M. (ed.) *The new psychology of language – cognitive and functional approaches to language structure*. v. 2. London: Erlbaum, 2003.

A nossa perspectiva, por sua vez, considera as relações entre as unidades lingüísticas na articulação sintática, partindo da concepção de que essas relações são configuradas pela sustentação desses lugares sintáticos, cuja raiz está em sua projeção, e pelas condições enunciativas de ocupação desses lugares. Temos em conta, portanto, condições atributivas, supondo que exista uma relação entre a configuração enunciativa dos lugares sintáticos e a origem de projeção de cada um deles. Além disso, trabalhamos também sobre condições operativas, na medida em que investigamos as condições de preenchimento de tais lugares e os efeitos que esse preenchimento desencadeia (DIAS, 2007).

### 1.2.3 Os lugares sintáticos

Nesta seção, serão apresentados aspectos da constituição dos lugares de objeto e de sujeito gramatical. Explicitaremos, de forma geral, aspectos relativos à projeção e à ocupação desses lugares, considerando, pois, condições atributivas e operativas de abordagem do fato sintático.

O objeto, em nossa perspectiva, é um lugar sintático projetado pelo verbo que pode ou não ser ocupado, dependendo de condições enunciativas que, em interface com a organicidade do arranjo sintático, configuram a demanda de saturação da sentença. Os verbos guardam um percurso de enunciações em que eles aparecem acompanhados por um elemento ocupante do lugar de objeto; trata-se de uma memória de regularidades configuradas dentro dos limites da dimensão orgânica da língua. Assim, podemos dizer que o verbo, subsidiado pelo histórico de enunciações que carrega, é responsável pela projeção do lugar de objeto (DIAS, 2005) e pela configuração da referência constituída no escopo desse lugar. Vejamos:

(4) Quem ameaça, uma tem e outra guarda.

Nessa sentença (4), o lugar de objeto do verbo *ameaçar* apresenta um vazio cuja significação é circunscrita às possibilidades de ocupação delineadas por esse verbo, ou seja, à referência constituída no lugar de objeto é centrada no (delimitada pelo) verbo. Da mesma forma, a indefinição constituída no âmbito dos lugares de objeto dos verbos *ter* e *guardar* também está circunscrita a determinação dos verbos que respectivamente os projetaram. Essa determinação, entretanto, ganha matizes próprios segundo a articulação sintática em que os predicados estão inseridos. Destarte, não podemos perder de vista que os verbos *ameaçar*, *ter* e *guardar* estão articulados, e que o estão em uma sentença genérica, pois é fato que a articulação também é determinante para delinear a referência constituída no escopo de cada

um dos lugares sintáticos. Ainda verificando essa questão, comparemos as sentenças (5) e (6) observando a relação enunciativa que há entre os verbos e os seus lugares de objeto

(5) Eles alugaram seu antigo apartamento e compraram uma casa.

(6) Esta imobiliária aluga mais do que vende.

Podemos verificar que na primeira sentença temos exemplos do que Dias (2006b) chama de predicação dirigida, porque os lugares de objeto dos verbos *alugar* e *comprar* estão ocupados, respectivamente, por “seu antigo apartamento” e “uma casa”. Já na segunda sentença, temos casos do que ele chamou de predicação centrada, pois o predicado está concentrado nos verbos em si. A significação do predicado da sentença “Esta imobiliária aluga mais do que vende” está arraigada, como acabamos de mencionar, nas possibilidades determinadas pelo percurso enunciativo dos verbos *alugar* e *vender* e no contraste de significação que há entre eles. Temos um vazio em seus lugares de objeto significando quaisquer bens passíveis de serem alugados ou vendidos. Vale dizer que, nesse caso, a articulação da sentença se encarrega de restringir as possibilidades a bens suscetíveis de aluguel ou venda por intermédio de uma imobiliária, assim como na sentença em (4) a articulação aponta que a indeterminação no escopo dos lugares de objeto dos verbos *ter* e *guardar* se restringe a elementos que possam ser possuídos ou guardados e que tenham valor agregado para subsidiar uma ameaça. São as injunções de uma memória de sentidos que se investem na articulação sintática das sentenças constituindo referência.<sup>6</sup>

Se o lugar de objeto, como afirmamos, é projetado pelo verbo, o lugar de sujeito, por sua vez, parece ser instalado pela própria enunciação (DIAS, 2002). Essa concepção de que o lugar de sujeito é projetado pela ordem enunciativa fundamenta-se no seguinte indicativo: parece que esse lugar é o “ponto de partida” que institui a sentença, que é a contraparte do enunciado, considerado fora do acontecimento enunciativo.

A sentença, ou oração, é tradicionalmente definida como um “enunciado que se forma com verbo ou uma locução verbal” (SARMENTO, 2005:344). Compreendemos, então, que o lugar de sujeito institui a sentença por ele ser responsável pelo acionamento do verbo (DIAS, 2002), o que significa dizer que esse lugar sintático é responsável pela retirada do verbo de seu estado de dicionário para a instalação de um predicado, unidade mínima da sentença. Ao fazer isso, o lugar de sujeito confere perspectiva ao verbo, i.e., agrega a ele “coordenadas de

---

<sup>6</sup> Dalmaschio (2008) desenvolveu a sua pesquisa de mestrado justamente sobre a não-ocupação do lugar de objeto, também a partir de uma sintaxe de bases enunciativas. (Cf. DALMASCHIO, Luciani; DIAS, Luiz Francisco. *Enunciação e sintaxe: modos de enunciação genéricos na ocupação do lugar de objeto*. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras: Belo Horizonte, 2008, 103p. [Dissertação de mestrado inédita]).



enunciação” que passam a ser expressas morfologicamente, como sufixos. Estamos lidando, portanto, com a idéia de que o lugar de sujeito se constitui em uma **anterioridade de predicação** (PEREIRA e DIAS, 2008). Consideremos (7) e (8).

(7) Pegar ônibus ficou mais caro em Belo Horizonte.

(8) Pegaram a bolsa de Luísa.

Reforçamos a tese de que o sujeito é responsável pela instalação da sentença quando encontramos uma seqüência em cuja constituição podemos questionar a presença de um sujeito gramatical. É o caso do trecho “Pegar ônibus” em (7). Vemos que, nessa ocorrência, cabe o questionamento também quanto ao *status* de sentença que poderia ser conferido à seqüência. Para ser categorizada como sentença, esse trecho necessita que vislumbremos um lugar de sujeito gramatical perfazendo uma referência indeterminada, como “alguém pegar ônibus”, uma referência ancorada na enunciação, “você pegar ônibus”, por exemplo, ou uma referência generalizante, como “todos pegarem ônibus”. Precisamos que o **lugar** de sujeito é o responsável pelo acionamento do verbo, e não propriamente o termo ocupante, pois, em sentenças em que o lugar de sujeito não está ocupado, produzindo uma indeterminação da identidade no escopo desse lugar, o verbo também se apresenta extraído de seu estado de dicionário, como podemos ver acima no exemplo (8).

Além disso, admitimos que o lugar de sujeito é a base de sustentação do predicado. Esse entendimento pode ser justificado pela rejeição da língua a uma sentença em que uma negação esteja incidindo sobre o elemento ocupante desse lugar, como vemos em (10).

(9) \*Não Maria ama Pedro.

Vale ressaltar que aqui estamos falando em negação e não em exclusão, pois caso façamos uma leitura exclusiva dessa sentença, ela se torna aceitável e podemos até completá-la com uma sentença adversativa: “Não Maria ama Pedro, mas Rosa”. Fazemos uma leitura negativa da incidência do elemento “Não” sobre o sintagma “Maria” tal como a negação incidiria sobre o verbo *amar* se a sentença fosse “Maria não ama Pedro”. É perfeitamente possível que essa sentença signifique tão somente a negação de um amor de Maria por Pedro, sem lhe vislumbrar qualquer outro sentimento por Pedro, vislumbre esse que rejeitaria uma leitura exclusiva, como “Maria não ama Pedro, o despreza”. Assim, entendemos a seqüência em (9) como se houvesse uma ausência de constituição de referência no escopo do lugar de sujeito, cuja paráfrase seria “\*Ama Pedro”, imaginando que “Pedro” continue a ser ocupante

do lugar de objeto. Assim, sendo o lugar de sujeito, bem como o de objeto, fundamentalmente lugar de constituição de referência (DIAS, 2006a), ele não pode operar com a ausência dessa constituição, ainda que ela se efetive sobre um vazio que se preenche por uma memória histórica de enunciações. É precisamente o investimento dessa memória inscrita na virtualidade da língua que confere, em contrapartida, aceitabilidade à sentença “Amam Pedro” na constituição de uma referência indeterminada.

Em resumo, subjacente à compreensão que temos a respeito da configuração dos lugares sintáticos está a concepção de uma sintaxe de bases enunciativas para a qual a articulação sintática está condicionada pela enunciação. Acontecimento histórico-social, a enunciação organiza-se por determinados modos específicos de acesso à palavra, segundo a relação entre fatores enunciativos e as formas lingüísticas, relação essa que será objeto de nossa investigação no âmbito das sentenças proverbiais.

### 1.3 SOBRE A REFERÊNCIA

Uma vez que a noção de domínio de referência está subjacente a alguns pontos centrais de nosso estudo, pensarmos ser importante finalizar este capítulo dispondo, em linhas gerais, sobre a questão da referência sob uma perspectiva enunciativa, filiada a uma semântica da enunciação.

Considerando em linhas gerais, referência “é uma relação que se dá entre expressões [lingüísticas] e objetos extralingüísticos” (CANÇADO, 2005:24). Tratada por diversos autores filiados a distintas posições teóricas, essa noção fundamenta-se em uma relação entre o lingüístico e algo que lhe é exterior, i.e., algo que não coincide com ele, mas que lhe serve de contraparte. Definir a natureza dessa contraparte, qual seria a sua constituição, ou melhor, definir como o elemento lingüístico perscrutaria o seu objeto referente, o configuraria, ou mesmo o constituiria, é adotar uma posição teórica que parte de uma concepção de como a língua está para o mundo e vice-versa.

Podemos encontrar algumas interseções entre outras abordagens da referência e a perspectiva adotada por nós. Ducrot (1984), que concebe a referência como elemento da ordem da discursividade, e Mondana e Dubois (2003), para quem a referência passa por uma categorização lingüística com pouca estabilidade semântica que vai ganhando contornos nos usos da linguagem, são alguns autores que compartilham conosco a premissa de que “a constituição da referência não é algo da relação entre a linguagem e o real”, como pensava

Frege (1989) ao focalizar o debate sobre a referência no modo de localizar e distinguir um objeto referido.

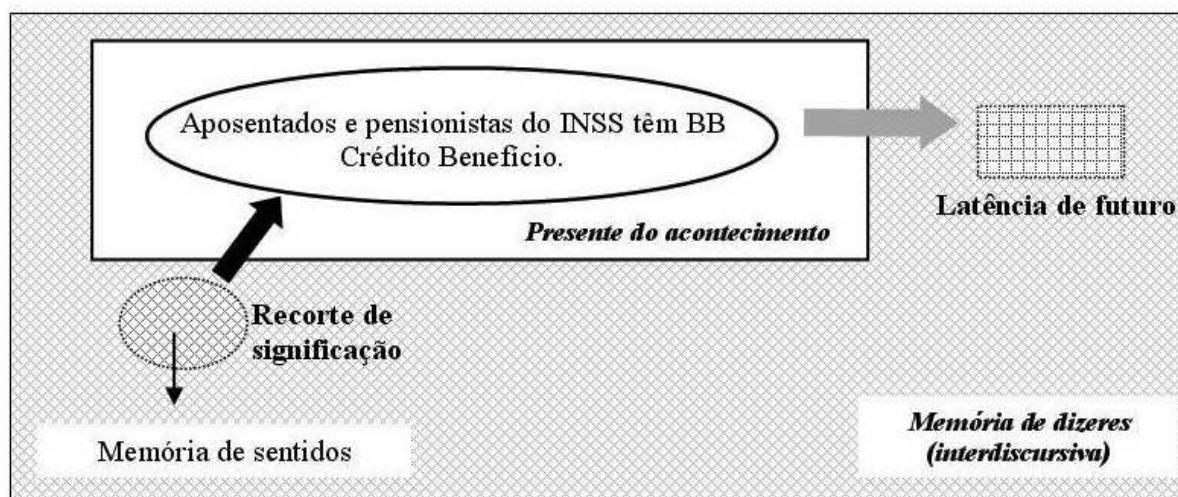
Para uma semântica da enunciação, a referência se constitui na relação entre um enunciado atual e enunciados anteriores, na relação entre atualidade e memória, portanto. A referência, então, antes de se configurar como relação entre a linguagem e uma entidade do mundo, é um efeito de sentidos atribuídos por essa relação entre enunciados. Vejamos o enunciado abaixo, que compõe a propaganda de uma instituição financeira.

(10) Aposentados e pensionistas do INSS têm BB Crédito Benefício.<sup>7</sup>

A expressão “aposentados e pensionistas do INSS” constitui referência tendo em vista uma memória de sentidos constituída pelas enunciações políticas, sociológicas e jurídicas que instituem a categoria social de aposentados e de pensionistas do INSS e que intervêm na atualidade da enunciação de (10), na revista *Época* do dia 7 de fevereiro de 2005. Essa expressão faz sentido e dessa forma se refere a um grupo de pessoas na sociedade, justamente porque já se constituiu um conjunto de enunciados que deram sentido e pertinência social a esse grupo de pessoas, que passaram a ser designadas por *aposentados* e *pensionistas*. Há referência em uma enunciação porque há relações de sentido com outras enunciações, produzindo como efeito a pertinência e o reconhecimento das entidades referidas. Portanto, essas entidades referidas são na verdade entidades históricas. Não existiriam as entidades designadas por *aposentado* e *pensionista* se não houvesse a constituição histórica das categorias de aposentado e pensionista. Para melhor compreendermos como se dá a constituição da referência no acontecimento enunciativo, observemos o esquema a seguir.

---

<sup>7</sup> Propaganda encontrada na Revista *Época*, n 351, 7 fev. 2005.



Esquema: Constituição de referência

As expressões referenciais se articulam no arranjo sintático do enunciado em que se inscrevem. A referência, dessa forma, se constitui na interface entre o recorte de significação que delimita a memória de sentidos na condição de unidade lexical ou expressão nominalizada e a atualidade relativa ao dizer daquele acontecimento, na forma de um fato publicitário identificado com o presente. Nesse fato publicitário, constituído no presente do acontecimento, o “BB Crédito Benefício” se configura como algo de interesse para o consumidor na medida em que há uma articulação com o recorte de significação inscrito em “aposentados e pensionistas do INSS”, que guarda uma memória de dizeres que identifica aposentados e pensionistas do INSS como uma categoria economicamente desprivilegiada.

Dessa forma, podemos dizer que os elementos (unidades lexicais ou expressões nominalizadas) que produzem referência, ao se articularem no interior do enunciado, configuram mutuamente a referência que produzem. Observemos mais um exemplo:

(11) O Brasil tem uma distribuição da renda desigual.<sup>8</sup>

Os elementos que constituem referência, a saber, “Brasil” e “uma distribuição da renda desigual”, se articulam na composição do enunciado e, ao fazê-lo, produzem as condições do enfoque na memória de sentidos que perpassa a materialidade lingüística desses elementos. “O Brasil”, por exemplo, é perpassado por uma memória de sentidos que se entrecruzam, produzindo a sua referência. Na composição do enunciado em (11), temos uma focalização sobre o aspecto social e econômico do País, focalização essa que configura a referência produzida por “Brasil”, apontando-o como o País da desigualdade e talvez da injustiça. Como

<sup>8</sup> Sentença encontrada em uma reportagem disponível no sítio <http://noticias.terra.com.br/brasil/interna/0,,OI343300-EI306,00.html>, acessado em 22 de dezembro de 2008.

os sentidos que perpassam a materialidade lingüística de *Brasil* se apresentam entrecruzados, outros sentidos inscritos nesse elemento lingüístico também se instalam na constituição do enunciado em (11). Há um enfoque dado ao sentido da desigualdade e da injustiça pela configuração de sua referência no enunciado, mas isso não nega a constituição referencial de “Brasil” que agrega também outros sentidos; antes, podemos afirmar que eles permanecem em estado latente. A configuração da referência, que se dá a partir da articulação dos elementos no enunciado, constituirá, por sua vez, o que Guimarães (2002) chamou de latência de futuro. Os sentidos mudam, e a referência muda, justamente porque a atualidade do acontecimento é capaz de agregar novas perspectivas aos recortes de memória, projetando diferenças para os acontecimentos futuros.

Os recortes de constituição de referência são realizados a partir do lugar social ocupado pelo sujeito da enunciação. No caso da propaganda em (10), por exemplo, temos o locutor-bancário, ao passo que para o enunciado em (11) temos o locutor-cidadão ou o locutor-analista do desenvolvimento humano mundial, talvez. Esse sujeito, locutor que fala a partir de um lugar social, é afetado por esquecimentos que o fazem acreditar que o seu dizer reflete “a realidade ou um sistema de evidências ‘em si’” (CARDOSO, 2003:136). Ele, então, assume o lugar de dizer enquanto enunciador, eximindo-se do lugar social a que pertence. Dessa forma, podemos constatar que os dizeres são produzidos em uma cena enunciativa que coloca em jogo lugares sociais do locutor e lugares de dizer (GUIMARÃES, 2002:26), os quais são determinantes para a configuração da referência.

Resumindo, para essa concepção enunciativa, a referência se constitui na relação entre a atualidade do dizer, na qual se estabelecem as articulações e se representam os enunciadores, e o domínio histórico desse dizer, que é resgatado pelos recortes na rede interdiscursiva realizados por um locutor a partir de seu lugar sóciohistórico. Assim, considerando, por fim, o enunciado “O homem de Nazaré nunca existiu”, de acordo com essa concepção, podemos dizer que a expressão “O homem de Nazaré” é perpassada por uma memória de sentidos que constitui a sua referência. Essa referência é configurada no âmbito do enunciado em acontecimento, através da declaração atual de sua inexistência, revelando um locutor que fala do lugar social do ateísmo, mas se representa como um enunciador-universal, uma vez que a sua fala se apresenta sem as marcas da individualidade, como se fosse a expressão de uma verdade independente da perspectiva do locutor.

## CAPÍTULO 2

### FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS

#### 2.1 A QUESTÃO DO PONTO DE VISTA

No *Curso de Lingüística Geral* (2003 [1916]), Saussure explicita qual seria o objeto da Lingüística, uma área de estudos que então reivindicava o seu estatuto de ciência. O terceiro capítulo da referida obra foi dedicado a delinear a matéria dessa área de estudos. Foi estabelecido, portanto, um contraste entre a Lingüística e outras ciências que “trabalham com objetos dados previamente e que se podem considerar, em seguida, de vários pontos de vista”, sendo atestado que “em nosso campo, nada de semelhante acontece”. Antes, no caso da Lingüística, bem “longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto” (2003:15).

Admitimos esse postulado de que o olhar faz o objeto em duas dimensões: em sentido amplo e em sentido restrito. Uma perspectiva mais ampla permite-nos vislumbrar a constituição histórica do conhecimento sobre a língua considerando as disciplinas que, por diferentes ângulos, recortam como fatos da língua aqueles que são relevantes para si, conforme o seu raio de atuação (RAJAGOPALAN, 1990:88). Dessa forma, por sua condição de disciplinas históricas, podemos afirmar que a sintaxe ou a semântica não tomam o seu objeto de estudo em estado bruto, “como um objeto encontrado naturalmente na língua”, assim como queriam os naturalistas do século XIX. Antes, aplicando o postulado de Saussure em sentido amplo, diríamos que a sintaxe configura-se segundo uma anterioridade de estudos sintáticos, assim como a semântica se constrói segundo uma anterioridade de estudos pertinentes a ela, um “horizonte de retrospectão”, que perpassa essas disciplinas e ao qual elas se filiam para ganhar identidade, bem como perfazem uma prospecção no âmbito em que estão inseridas, um “horizonte de prospecção” (AUROUX, 1992).

É precisamente a filiação a essa anterioridade que faz com que os trabalhos produzidos possam estar reunidos sob o signo de uma mesma disciplina lingüística, a despeito das divergências de concepção teórica. Admitimos então que há uma demanda de pertinência que norteia o saber lingüístico e o conduz a uma relação com as disciplinas já estabelecidas. Mais uma vez nos ancoramos em uma reflexão encontrada em Auroux (1992:14) ao vislumbrarmos

um ponto de convergência necessário à relativa estabilidade, ou à relativa objetividade, que nos permite delimitar certos trabalhos sob o signo da sintaxe e da semântica:

A riqueza do historicismo não deve, entretanto, conduzir ao mito da incompatibilidade de conhecimentos fechados em paradigmas específicos. Os fenômenos são o que são e as estratégias cognitivas, por múltiplas e diferentes que sejam, não variam ao infinito.

Desse modo, podemos dizer que a sintaxe e a semântica, justamente em função da historicidade que lhes confere um campo de retrospectão e um campo de projeção, são também fatores dessa estabilidade necessária à ciência lingüística, na medida em que circunscrevem pertinências ao conhecimento lingüístico. Tal circunscrição mostra-se com mais clareza se temos em vista a unidade de análise dos estudos sintáticos e semânticos.

Parece-nos coerente pensar que é na unidade de análise, elemento em torno do qual se constrói o objeto de estudos de uma disciplina, que reside o ponto de encontro das diversas vertentes que se julgam unidas por uma mesma disciplina, até mesmo porque toda “disciplina que visa adquirir o estatuto de ciência deve inicialmente definir suas constantes e suas variáveis, suas operações e seus postulados, e antes de tudo dizer quais são suas unidades” (BENVENISTE, 1989:224). Portanto, se “uma ciência é especificada por um objeto definido” (LACAN apud HENRY, 1992:15)<sup>9</sup>, um estudo de sintaxe, para ser pertinente a essa disciplina, não pode ignorar a sentença como unidade de análise, nem as relações estruturais como objeto de estudos; assim como a semântica não se desvincula da proposição e das relações de sentido. Chegamos, então, ao sentido restrito do postulado de Saussure.

Se uma perspectiva ampla desse postulado permite-nos considerar a constituição histórica das disciplinas que compõem a ciência lingüística, vislumbrar esse mesmo postulado em uma perspectiva restrita nos conduz às distintas configurações que trabalhos diversos dentro de uma mesma disciplina constroem.

Estamos, enfim, lidando com a idéia de que os fatos lingüísticos “resultam já de uma construção, de um gesto teórico” (ORLANDI, 1996) e variam dentro dos limites do construto histórico da objetividade de uma ciência ou de uma disciplina. Façamos então uma comparação entre as definições abaixo, ilustrando a questão da estabilidade imperativa à constituição de uma disciplina e dessa variância decorrente do aporte teórico a que se recorre.

ORAÇÃO é a combinação de palavras (e às vezes uma só palavra) com que nos dirigimos a alguém [...] (SAID ALI [1927], 1965)

---

<sup>9</sup> Cf. LACAN, Jacques (1964). *Le quatre concepts fondamentaux de la psychanalyse*. Paris: Seuil, 1973.

*Frase* é a expressão verbal de um pensamento.

*Oração* é a frase – ou membro de frase – que se biparte normalmente em *sujeito* e *predicado*. (ROCHA LIMA [1958], 1983)

Frase: “unidade de comunicação lingüística”. (CAMARA apud PERINI, 1995)<sup>10</sup>

**Oração** é uma frase que apresenta determinado tipo de estrutura interna, incluindo sempre um **predicado** e freqüentemente um **sujeito**. (PERINI, 1995)

Em primeiro lugar, o próprio fato de essas gramáticas, e as outras, contemplarem a definição de oração já nos mostra de forma nítida um traço da estabilidade constitutiva da sintaxe como disciplina pertinente aos estudos sobre a língua. Ainda como ponto de estabilidade, entendemos que, na concepção de sentença ou oração como unidade delimitável, é uma constante a noção de completude, compreendendo-a como uma unidade harmônica ou coesa. A despeito dessa convergência, podemos verificar que as gramáticas apresentam concepções diversas de sentença ou oração; e tal diversidade parece dizer respeito ao parâmetro que cada uma delas adota para a constituição da sentença ou da oração como essa unidade harmônica.

Said Ali revela diretamente um parâmetro relativo à comunicação para a constituição da unidade oração. Rocha Lima e Perini parecem estar em consonância ao conceituarem a oração contando com um parâmetro estrutural, já que ambos reconhecem a oração como frase cuja composição se dá pela articulação entre sujeito e predicado. Porém, encontramos uma diferença substancial no que se refere ao parâmetro subjacente à definição de oração, a saber, ao parâmetro que delimita a frase, unidade apresentada por cada um como pertinente à definição de oração. Ou seja, ambos definem oração como uma frase com determinadas características estruturais, mas trabalham com noções diferentes de frase. Para Rocha Lima, a frase é uma unidade de pensamento, ao passo que Perini trabalha com uma concepção de frase que a identifica como unidade de comunicação. Ainda uma divergência revela-se pelo fato de esse último esclarecer ao longo do texto que o foco do seu trabalho incide sobre a estrutura lingüística, esforçando-se para não deixar dúvidas de que o fator comunicativo não faz parte do seu escopo de análise. Tal perspectiva se mostra de forma evidente pelos dizeres que reproduzimos abaixo.

O que é importante para nós no momento é não confundir uma **frase** (ou **oração**) **interrogativa** com uma **pergunta**; uma frase interrogativa é uma frase que apresenta determinado tipo de estrutura, ao passo que uma pergunta é uma frase (qualquer que seja sua estrutura) que é usada, em

---

<sup>10</sup> Cf. CAMARA JR, Joaquim Mattoso. *Dicionário de lingüística e gramática*. Petrópolis: Vozes, 1997.



determinado contexto, com a força ilocucionária de um pedido de informação. (PERINI, 1995:63)

Por meio desses exemplos, podemos observar claramente a aplicação do postulado de Saussure tomado em sentido restrito – diferentes abordagens dentro de uma mesma disciplina constituem diferentes fatos lingüísticos. Ao mesmo tempo, podemos conferir a aplicabilidade da noção apontada acima de que a disciplina, no caso a sintaxe, constitui uma estabilidade, constrói uma objetividade que atua como ponto de convergência. Ou seja, há uma zona de coincidência entre essas definições, o que nos permite cotejá-las e dizer que, a despeito das diferenças, elas estão tratando de um objeto de estudos específico: a sentença – unidade de análise da sintaxe. Nos termos de Guimarães (1990), diríamos que essas concepções estão unidas por uma única “hipótese externa”, a saber, a hipótese observacional que institui a oração como fato sintático, mas separam-se por suas “hipóteses internas”, ou seja, por suas hipóteses explicativas desse fato.

De nossa parte, também compartilhamos do que se pode chamar de hipótese externa dos estudos sintáticos, pois não perdemos de vista que estamos trabalhando com a estrutura da sentença, unidade de análise que faz parte da própria definição de sintaxe. Embora a nossa abordagem proponha uma interface entre fatores orgânicos e semântico-enunciativos, isso não faz com que a sintaxe perca o seu domínio pelo modo em que é desenvolvida em nosso estudo. Retomando o que dissemos no capítulo anterior, a respeito de uma perspectiva sintática de bases enunciativas, consideramos que o sistema de regularidades da língua é afetado por uma memória de enunciações e que, portanto, essa memória atua na constituição da sentença. Na medida em que as sentenças estruturam os enunciados, podemos afirmar que elas se configuram enquanto possibilidades estruturais que guardam um potencial enunciativo. Ou seja, preservamos a centralidade de nosso trabalho no domínio da estrutura da sentença, atendendo, portanto, ao imperativo de pertinência aos estudos sintáticos. Contudo, inserimos nesse domínio, de forma constitutiva, o semântico-enunciativo, já que definimos sentença como um enunciado em potencial. Precisamente nisso consiste a especificidade do nosso olhar, a nossa hipótese interna.

Tal hipótese ganha ancoragem na compreensão de Benveniste (1989:82), que reportamos acima, sobre o emprego da língua. Segundo ele, trata-se de “um mecanismo total e constante que, de uma maneira ou de outra, afeta a língua inteira”; sendo esse emprego – a que, em consonância com o próprio Benveniste, chamamos de enunciação – fenômeno tão necessário que parece se confundir com a própria língua. Assim, consideramos os fatores enunciativos em relação à estrutura sob o signo de “exterioridade constitutiva”, formulando

até um aparente contra-senso, somente para fazer frente ao histórico da disciplina que coloca esses fatores como externos ao domínio da sintaxe. E é também somente por uma questão didática que consideramos separadamente a medida de cada um dos componentes da interface entre o orgânico e o semântico-enunciativo, pois esses componentes operam numa relação de interdependência. Esse entendimento é sustentado por Dias (2002:52-53):

O plano da organicidade não é autônomo, porque a materialidade lingüística não tem uma base primária de identidade física. Um objeto como um lápis, por exemplo, tem uma base de identidade na sua própria dimensão. Isso não significa que essa dimensão é independente da dimensão simbólica. Mas a dimensão simbólica, neste caso, é projetada da dimensão material. Os ‘objetos lingüísticos’, ao contrário, não ganham identidade a partir de uma projeção da sua dimensão material. Palavras, sintagmas, sentenças não são entidades distinguíveis a partir da sua dimensão material. É na relação com o plano do enunciável que esses ‘objetos’ ganham identidade.

## 2.2 DO TIPO DE SENTENÇAS EM ANÁLISE

O nosso estudo tem como foco sentenças genéricas que se constroem pela estrutura *Quem x y* ou *Aquele que x y*, a que denominamos de sentenças proverbiais. Sob essa denominação estamos considerando não somente provérbios consagrados pelo uso da língua portuguesa, mas quaisquer sentenças que sejam construídas sobre a base desse arranjo estrutural que, por sua raiz binária, candidata-se a ser um prototípico para a constituição de provérbios.<sup>11</sup>

Poderíamos ser questionados, então, quanto à produtividade de se trabalhar com estruturas sintáticas consideradas fixas ou cristalizadas, já que freqüentemente esse é o entendimento que se tem sobre os provérbios, atribuindo a eles características que lhes supõem uma constituição sintática indecomponível e irrelevante para fins de análise. Ou seja, tais entendimentos consideram que sentenças como “Quem faz merece o que constrói” seriam blocos inertes que valeriam apenas pela totalidade de sua significação e não pela articulação de suas partes. Nós, em contrapartida, acreditamos que a fixidez atribuída aos provérbios definitivamente não procede, por dois motivos.

O primeiro motivo diz respeito ao fato de eles apresentarem uma maleabilidade na ocupação dos lugares sintáticos. Assim, o provérbio “Quem planta colhe”, por exemplo, pode se tornar simplesmente “Plantou colheu” ou ter o lugar de objeto ocupado por elementos de diversos domínios de referência, como “Quem planta vento colhe tempestade”, “Quem planta

<sup>11</sup>Dizemos isso a partir de Schapira (2000:88), que afirma ser a estrutura binária a forma proverbial mencionada por muitos estudos como prototípica.

popularidade colhe candidatura” ou ainda “Quem planta caridade colhe salvação”<sup>12</sup>. São construídas, desse modo, outras sentenças proverbiais que estabelecem outras relações de causa e conseqüência determinadas pela significação dos verbos *plantar* e *colher* e pela relação implicativa que se estabelece entre esses verbos.

Além disso – este é o segundo motivo – basta observarmos expressões não cristalizadas como “Soma – Quem começa aqui termina na UFMG”<sup>13</sup> ou “Quem perde ganha”<sup>14</sup>, que também apresentam a estrutura *Quem x y* ou *Aquele que x y*, recorrente nos provérbios, para compreendermos que a estrutura sintática das sentenças proverbiais é de fato produtiva na língua. E tal produtividade, além de justificar a apreensão dessas sentenças como objeto de análise sintática, permite-nos reconhecer um modo de enunciação proverbial<sup>15</sup> como um modo de dizer em atividade na língua.

Enfim, as sentenças interessam-nos aqui porque são constituídas pela estrutura, *Quem x y* ou *Aquele que x y*, ou seja, por serem sentenças proverbiais. Tal denominação é concedida em função da referida estrutura, independentemente de serem provérbios consagrados pelo uso da língua portuguesa, como “Quem tem boca vai a Roma”, sentenças proferidas em conversa espontânea, “Quem não bebe não vê o mundo girar”, por exemplo, ou slogans, como “Dengue – Quem deixa água parada leva uma picada”<sup>16</sup>, encontrados aleatoriamente em meios de comunicação de suporte impresso – jornal, outdoor, panfleto, placa –, ou em meios de comunicação digital – internet e televisão. Acreditamos que as sentenças proverbiais estejam configuradas em um mesmo modo de enunciação, ao qual chamamos aqui de modo de enunciação proverbial.

Vale lembrar, por fim, que as sentenças em nada foram diferenciadas em função de figurarem como provérbios ou como slogans, i.e., questões relativas ao gênero constituído por cada uma das sentenças não ganharam qualquer relevância no escopo do presente trabalho. A diferenciação, se ela foi coincidente com a diferenciação de gênero em algum ponto da análise, o foi como decorrência de uma variação sintática ou enunciativa.

---

<sup>12</sup> Estes exemplos, seguidos de argumentos que defendem a pertinência de um estudo sintático de sentenças proverbiais, foram apresentados por Bruna Karla Pereira (UFMG) em seu Relatório Final de Iniciação Científica (2005), enviado ao CNPq.

<sup>13</sup> Slogan publicitário de um curso preparatório para exames de vestibular localizado em Belo Horizonte.

<sup>14</sup> Nome de uma disputa em que as pessoas teriam que perder peso para ganhar o programa, um *reality show* exibido pelo Sistema Brasileiro de Televisão.

<sup>15</sup> As noções de enunciação proverbial, enunciado proverbial e proverbialidade foram tratadas por Santos (2007).

<sup>16</sup> Slogan encontrado em um panfleto de campanha para o combate aos focos de dengue em Belo Horizonte.

### 2.3 PROCEDIMENTOS

A fim de produzirmos uma explicação consistente para a questão central de nossa proposta de pesquisa, recorreremos a uma coletânea com um número expressivo de provérbios da língua portuguesa, a qual nos serviu de base de dados. São exemplos como “Quem avisa amigo é!”, “Só aquele que puder zelar pelo bem dos outros merecerá seu próprio bem” ou “Bom nome é melhor que riqueza”. Além disso, também nos valem de um pequeno *corpus* que reunimos de ocorrências de slogans do tipo “Hemominas – Quem doa sangue doa vida”<sup>17</sup> e “Chato é aquele que suja a praia”<sup>18</sup>, em cuja configuração reconhecemos a produtividade de um modo de enunciação proverbial. Tomando os provérbios e essas demais sentenças como base, procuraremos explicar a construção sintática e enunciativa do que poderíamos chamar de genericidade proverbial.

Não se trata, porém, de uma proposta de estudo centrada na singularidade das ocorrências do *corpus*, i.e., não propomos um estudo de caso. Dessa forma, as sentenças do *corpus* devem suscitar manipulações como testes de aceitabilidade e paráfrase (ORLANDI, GUIMARÃES e TARALLO, 1989). A comutação de constituintes nos lugares sintáticos consiste, portanto, em nosso procedimento metodológico básico, além de termos trabalhado com a permuta de tempos verbais e com a comparação entre as sentenças proverbiais e sentenças com status de provérbio e que não são construídos pela estrutura *Quem/Aquele que x y*. Nesse sentido, trabalhamos com o que Dias (2006a) denominou de exemplo-colméia.

Como dissemos, as sentenças que constituem o nosso *corpus* são ilustrativas da ocupação do lugar de sujeito pelas expressões pronominais indefinidas *Quem* e *Aquele que*, estando, portanto, no modo de enunciação que chamamos de proverbial. Na condição de exemplos-colméia, sentenças como “Guaraná Antártica – Quem é o que é sabe o que quer”<sup>19</sup> não só guardam relação como outras sentenças cuja construção se vale da estrutura *Quem/Aquele que x y*, ou seja, com sentenças que efetivamente atualizam o modo de enunciação proverbial, mas também guardam relação com uma rede de exemplos que poderiam ser “elaborados para um fim específico de demonstração” (DIAS, 2006a). Dentro desse propósito de trabalhar com uma colméia de exemplos, por vezes mobilizamos, para fins comparativos, algumas sentenças que constituem sentido proverbial pela memória de enunciações que carregam, como “A alegria do pobre dura pouco”, muito embora não sejam

<sup>17</sup> Slogan publicitário da Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia de Minas Gerais.

<sup>18</sup> Sentença encontrada em um espaço para propagandas na praia do Arpoador/Ipanema, cidade do Rio de Janeiro.

<sup>19</sup> Slogan que serve à propaganda de uma bebida produzida no Brasil.

sentenças proverbiais em nosso entendimento, já que não são construídas sobre a estrutura *Quem/Aquele que x y*. Esses procedimentos se justificam porque propiciam o estabelecimento de contrastes e, assim, nos permitem delinear de forma mais nítida o papel dessa estrutura na constituição enunciativa das sentenças.

Por fim, devemos esclarecer que, justamente porque não nos propomos a fazer um estudo de caso, como já dissemos, também não nos preocupamos com uma certa “singularização’ dos exemplos” (DIAS, 2006a). Assim, podemos fabricar exemplos a partir dos que foram encontrados no uso efetivo da língua ou na listagem de provérbios a que nos referimos acima, construindo uma “colméia”, i.e., um conjunto de sentenças que mantêm relação entre si e servem para ilustrar contrastes e fundamentar ou suscitar hipóteses.

## CAPÍTULO 3

### UM OLHAR SOBRE A SINTAXE E A SEMÂNTICA DE SENTENÇAS PROVERBIAIS: ANÁLISES DE BASES ENUNCIATIVAS

#### 3.1 COMPARANDO OS LUGARES SINTÁTICOS DE SUJEITO E DE OBJETO: AS CATEGORIAS DE REFERÊNCIA

No escopo de uma teoria posicional da sintaxe, Milner (1989) apresenta uma discussão acerca do que ele denominou associação categorial, ou seja, o autor trata da predisposição de um lugar na cadeia sintática a ser ocupado por termos pertinentes a uma determinada categoria. Os lugares-posição da cadeia sintática são associados a um traço categorial – fenômeno da ordem da sintaxe –, e os termos, por sua vez, são pertinentes a uma determinada categoria. Assim, o lugar de sujeito, por exemplo, é associado às propriedades de um grupo nominal.

Ao discutir essa questão, Milner exemplifica a proposta de associação categorial apenas com o lugar-posição de sujeito. Bechara (2004), falando a respeito das funções sintáticas que abrigam substantivos, reconhece que, ao exercerem as funções de sujeito e de objeto, os substantivos não recebem marcação que diferencie a função sintática que estão exercendo. Nas palavras de Bechara (2004:141), “na função de sujeito e objeto dispensa o substantivo o concurso de qualquer outro elemento; nas outras, acompanha-se de índice funcional”. Diante da similaridade formal apontada por Bechara na seção de sua gramática denominada “A função sintática do substantivo” e considerando a natureza da reflexão apresentada por Milner, questionamo-nos sobre uma possível coincidência de associação categorial (tomando de empréstimo a terminologia de Milner) entre os lugares de sujeito e de objeto, a despeito das diferenças relativas à substituição de seus termos ocupantes por formas pronominais do caso reto ou oblíquo.

A noção de associação categorial, porém, adquire nuances peculiares em nossa reflexão. A peculiaridade se deve ao fato de que, muito embora façamos uma breve investigação do comportamento de alguns elementos ocupando esses lugares a partir da realização de um paralelismo formal, consideramos, em interface com a organicidade sintática, as características referenciais produzidas pelos elementos na ocupação do lugar sintático.

Assim, lembrando a diferença acentuada por Milner (1989) entre pertinência categorial do termo e associação categorial da posição na cadeia sintática, devemos ressaltar

que damos outro enfoque à concepção de associação categorial apresentada por Milner. Se a pertinência categorial do termo é delimitada pela classe de palavras a qual ele pertence ou mesmo pela natureza do sintagma que ele descreve, e nesse ponto estamos em consonância com o referido autor, trabalhamos com a idéia de que a associação categorial do lugar sintático relaciona-se com a perspectiva de ocupação que o lugar comporta em termos de constituição de referência. É nesse último ponto que redimensionamos a proposta de Milner, já que esse autor apresenta a noção de associação categorial das posições sintáticas em relação com a pertinência categorial, i.e., com a classificação dos termos que as ocupam; ao passo que nós agregamos a idéia de associação categorial ao fato de os lugares sintáticos consistirem em lugares de configuração de referência (DIAS, 2006a). Dessa forma, o semântico-enunciativo apresenta-se em nossa reflexão justamente na medida em que é a perspectiva de constituição de referência que serve de prisma para a observação das propriedades categoriais dos lugares de sujeito e de objeto. E é justamente ao inserirmos o semântico-enunciativo em nosso escopo de análise que estendemos a idéia de associação categorial apresentada por Milner.

Vale ressaltar que não é o caso aqui de levarmos em consideração que os lugares de sujeito e de objeto, nomeados “actantes” por uma gramática que considere as valências verbais, não possuem os mesmos papéis semânticos, ou que verbos diferentes, em função de suas respectivas valências, apontam para sentenças diferentes<sup>20</sup>. Antes, na medida em que fazemos uma breve observação do tipo de referência que se estabelece, atemo-nos à ocupação dos lugares sintáticos de forma geral, a fim de apreender a associação categorial que caracteriza tais lugares.

Percebemos que tanto o lugar de sujeito como o de objeto aceitam uma perspectiva de ocupação que constitua uma base referencial determinada no escopo do lugar<sup>21</sup>. Vejamos os exemplos.

- (1) **Pedro** roubou **a carteira de Paulo**.
- (2) **Um menino** quebrou **a janela da casa de Pedro**.
- (3) **Maria** ama **todas as crianças**.
- (4) **O menino** ama **a colega de classe**.

“Pedro”, “Um menino”, “Maria” e “O menino”, ocupantes do lugar de sujeito das sentenças acima, assim como “a carteira de Paulo”, “a janela da casa de Pedro”, “todas as

---

<sup>20</sup> Estamos nos referindo à perspectiva da gramática de valências, da qual nos distanciamos e que foi apresentada por Vilela (1999).

<sup>21</sup> Vale dizer que não discutiremos aqui as escalas ou gradações de definitude (DIAS, 2002).

crianças” e “a colega de classe”, ocupantes do lugar de objeto, circunscrevem uma referência determinada. Seja apontando para um elemento entre muitos como em “Um menino”, seja para um conjunto como em “todas as crianças”, seja apontando para uma singularidade<sup>22</sup> como nos demais elementos que ocupam os lugares de sujeito e de objeto nas sentenças de (1) a (4).

Outra perspectiva de ocupação compatível com ambos os lugares é quando a referência é constituída por uma ancoragem na enunciação.

(5) **Nós** votaremos nos candidatos do PT.

(6) O Pedro **me** irritou muito.

(7) **Eu** amo **você**.

Apesar de encontrarmos diferenças relativas às formas pronominais de caso, percebemos que tanto o lugar de sujeito quanto o lugar de objeto podem ser ocupados por elementos cuja referência se estabelece por uma ancoragem na enunciação.

A possibilidade da constituição de uma referência indefinida atesta mais uma compatibilidade categorial entre os lugares de sujeito e de objeto.

(8) **Quem** roubou a carteira de Paulo?

(9) **Alguém** viu um menino entregando os jornais.

(10) **O que** João comprou?

(11) Pedro quebrou **algo**.

Nas sentenças (8) e (9), podemos verificar que o pronome interrogativo “Quem” e o pronome indefinido “Alguém” ocupam os lugares de sujeito projetando uma indefinição referencial, assim como “O que” e “algo”, que ocupam os lugares de objeto nas sentenças (10) e (11).

Quando verificamos, porém, a constituição de um perfil de referência, i.e., de uma espécie de moldura de referência materializada pela expressão *Quem* tal como ela figura na sentença “Guaraná Antártica – “**Quem** é o que é sabe o que quer”, por exemplo, ou pela expressão *Aquele que*, podemos perceber que elas têm a sua possibilidade de ocupação restrita ao lugar de sujeito gramatical. Podemos atestar essa restrição comparando as sentenças abaixo e verificando a não aceitabilidade das sentenças (15) e (16), nas quais o lugar de objeto é que se apresenta ocupado por uma das expressões que projetam um perfil.

---

<sup>22</sup> Guimarães (2006) propõe as categorias de referência singular indefinida, referencia geral e referência singular definida, respectivamente.



(12) **Quem** dança é mais feliz!<sup>23</sup>

(13) **Aqueles que** amam conhecem a Deus.

(14) (?) Ninguém ama a **quem**. / (?) José ajuda a **quem**.

(15) (?) Deus conhece **aqueles que**.

Ainda que as expressões indefinidas *Quem* ou *Aquele que* ocupem o lugar de objeto, elas devem compor um sintagma oracional e, no escopo deste último, necessariamente também ocupam o lugar de sujeito, como podemos observar na sentença (16).

(16) A fortuna enlouquece a **quem** muito favorece.

Desse modo, podemos observar que há uma diferença no que se refere à associação categorial, na concepção em que a adotamos, entre os lugares de sujeito e de objeto. Tal diferença revela-nos que o lugar de sujeito guarda especificidades relativas à ocupação que o diferenciam do lugar de objeto. Os elementos *Quem* ou *Aquele que*, expressões pronominais que constituem um perfil de referência, parecem ser pertinentes a uma categoria associada apenas ao lugar de sujeito gramatical.

Revelam-se, portanto, os dois critérios que motivaram a restrição da nossa análise ao escopo de sentenças proverbiais. O primeiro deles, evidente, é o fato de tais expressões, manifestantes de certa discrepância entre os lugares de sujeito e de objeto, serem típicas de sentenças proverbiais pela sua própria natureza referencial. O segundo, fundamental, é o próprio fato de as sentenças proverbiais formarem uma categoria reunida por um critério referencial, ou seja, as sentenças reunidas sob o título de sentenças proverbiais guardarem relações de semelhança entre si e serem pertinentes a uma mesma categoria por constituírem um tipo de referência particular, a saber, um perfil de referência.

A questão da referência tem uma centralidade em nosso trabalho, já que a tomamos como eixo principal de acesso à enunciação. Privilegiá-la como critério de classificação dos elementos ocupantes dos lugares de sujeito e de objeto se justifica, pois, como foi dito anteriormente, trabalhamos na interface entre as dimensões orgânica e enunciativa da língua e, “na enunciação, a língua se acha empregada para a expressão de uma relação com o mundo. A condição dessa mobilização e dessa apropriação da língua é, para o locutor, a necessidade de referir [...] A referência é parte integrante do discurso” (BENVENISTE, 1989:84).

Neste capítulo apresentaremos, então, algumas reflexões acerca do fato de essa

---

<sup>23</sup> Sentença que dá nome a uma página na internet dedicada à dança, qual seja, <http://br.geocities.com/quemdancaemaisfeliz/> (acessada em 22 de dezembro de 2008).

associação categorial ser restrita ao lugar de sujeito. Buscamos compreender quais propriedades do lugar de sujeito se revelam na sua ocupação pelas expressões *Quem* ou *Aquele que* e o diferenciam do lugar de objeto. Além disso, agregamos a esse estudo o propósito de compreender as propriedades enunciativas que definem as sentenças proverbiais.

### 3.2 A INTERFACE SINTAXE-ENUNCIÇÃO EM SENTENÇAS PROVERBIAIS

#### 3.2.1 A configuração do lugar de sujeito

Sendo as expressões *Quem* e *Aquele que*, como já demonstramos, apenas passíveis de ocupar o lugar de sujeito gramatical, investiremos a nossa análise na possibilidade de revelar características que nos permitam delinear traços da identidade enunciativa desse lugar sintático. Tomemos (17) como exemplo.

(17) Quem curte reggae curte a paz!<sup>24</sup>

Segundo Pêcheux e Fuchs (1975)<sup>25</sup> revisados por Possenti (2001:194), “toda atividade de linguagem necessita destes pontos de ancoragem [eu-aqui-agora]” e, na medida em que é a língua que oferece as possibilidades estruturais e as formas históricas do sentido (DIAS, 2004), reconhecemos na ocupação do lugar de sujeito por “Quem” uma estreita relação com a temporalidade e com o modo de enunciação em que se configura a sentença (17). Nessa compreensão, estamos aplicando um postulado fundamental na sintaxe de bases enunciativa, a saber, que a exterioridade enunciativa seria constitutiva do fato gramatical.

Travaglia (1993:52) afirma que “o presente do indicativo [...] pode exprimir tempo presente, futuro ou onitemporalidade”. Podemos admitir, porém, que a onitemporalidade da sentença em (17), além de estar marcada no tempo verbal, apresenta-se impressa também no pronome indefinido “Quem”. No que diz respeito ao modo de enunciação – que estabelece a abrangência do escopo de referência da sentença – o elemento ocupante do lugar de sujeito parece ser determinante para a inscrição dessa sentença em um modo de enunciação mais generalizador. Apontamos essa relação entre a ocupação do lugar de sujeito e a configuração dos elementos temporalidade e modo de enunciação da sentença (17) uma vez que tanto a

<sup>24</sup> Nome de uma comunidade virtual (<http://04029a396ed8811306.comunidade.uolk.uol.com.br/>) acessada em 02 de dezembro de 2007.

<sup>25</sup> Cf. PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. (1975) A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F. & HAK, T. (Orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993, p.163-252.

temporalidade quanto o modo de enunciação da referida sentença seriam diferentes se o lugar de sujeito tivesse sido ocupado por outro elemento, como “Pedro”. Teríamos, nesse caso, “Pedro curte reggae, ele curte a paz”,<sup>26</sup> sentença cuja temporalidade seria presente, descrevendo um modo de enunciação mais especificador.

A fim de sustentarmos a concepção de um modo de enunciação proverbial – cuja produtividade atestamos no capítulo anterior (vide página 35) com a apresentação de slogans publicitários construídos sobre a estrutura *Quem x y* ou *Aquele que x y* – e a hipótese de que o lugar de sujeito gramatical guarda um compromisso com o enquadramento enunciativo da sentença, consideremos a seguir alguns traços semântico-enunciativos que se imprimiriam em provérbios cujo sujeito gramatical é materializado por *Quem* ou *Aquele que*. Ou seja, consideremos traços que nos permitiriam distinguir as sentenças que estariam configuradas em um modo de enunciação proverbial.

Kleiber (2000:58), ao realizar um trabalho em que se propunha a explicitar o sentido próprio dos provérbios, reconhece-os enquanto denominações-frase de teor genérico.<sup>27</sup> Vislumbremos essa característica denominativa na sentença abaixo.

(18) Quem/Aquele que semeia vento colhe tempestade.

A sentença em (18) apresenta uma situação em sua completude, apontando o seu movimento inicial, “semear vento”, e o seu desfecho, “colher tempestade”, uma conseqüência do movimento inicial. Contudo, essa sentença não apresenta uma situação particular, antes, ela descreve uma categoria de situação na qual várias ocorrências particulares podem ser pertinentes. Assim como a palavra *cadeira* serve para designar vários objetos específicos que pertençam à categoria das “cadeiras”, a sentença “Quem semeia vento colhe tempestade” designa diversas situações específicas de naturezas compatíveis, que pertençam a essa categoria de situação – iniciada por uma ação e finalizada pelo efeito conseqüente dessa ação. Nesse sentido, portanto, podemos dizer que as sentenças proverbiais configuram um índice referencial. Em contraste com a sentença “Pedro semeia e colhe os grãos de feijão”, que produz uma referência específica, a sentença em (18) produz um perfil de referência em que diversos eventos específicos podem se enquadrar.

O elemento “Quem” parece exercer um papel definitivo para a configuração do provérbio como índice de referência. Se novamente substituíssemos esse elemento por um

<sup>26</sup> Em seção posterior, faremos uma discussão que contempla esta modificação de uma estrutura de período composto por subordinação, *Quem/Aquele que x y*, para uma estrutura de período composto por coordenação ao substituírmos os elementos “Quem” ou “Aquele que” por elementos que constituem uma referência pontual.

<sup>27</sup> Parafrazeamos aqui um tópico de resumo que Kleiber coloca na seção conclusiva de seu texto.

nome próprio, “José”, teríamos “José semeia vento e colhe tempestade”, uma sentença que descreve uma situação relativa a José e, em princípio, somente a ele. Ainda que o predicado “semeia vento e colhe tempestade” não tenha perdido o seu caráter de índice referencial, ele já está aplicado a ações realizadas e conseqüências sofridas por um referente específico, designado por “José”. Ou seja, a sentença “José semeia vento e colheu tempestade”, como um todo, não descreve um índice de referência constituindo um perfil, como o faz a sentença “Quem semeia vento colhe tempestade”. Outros provérbios, que não apresentam as expressões *Quem* e *Aquele que* no lugar de sujeito, como “Águas passadas não movem moinhos”, também constituem índices referenciais, pois estabelecem um perfil a que diversos eventos podem se ajustar. Contudo, devemos admitir que as expressões *Quem* ou *Aquele que* potencializam a indicialidade dos provérbios, pois são molduras que não apresentam o investimento restritivo representado pelo parâmetro “Águas passadas”.

As sentenças proverbiais constituírem índices de referência, delimitados por um perfil, nada mais é do que um aspecto componente da natureza genérica dessas sentenças. E a configuração dessa genericidade também está marcada na ocupação do lugar de sujeito gramatical. Comparemos as sentenças abaixo.

(18) **Quem/Aquele que semeia vento** colhe tempestade.

(19) **O governante que semeia vento** colhe tempestade.

(20) **José** semeia vento e colhe tempestade.

Observando os elementos ocupantes do lugar de sujeito, que estão em destaque nas sentenças (18), (19) e (20), podemos admitir que essas sentenças estão em uma escala decrescente no que diz respeito à abrangência referencial. A sentença (18), tendo na constituição do elemento ocupante do lugar de sujeito as expressões “Quem” ou “Aquele que”, configura um amplo escopo de referência, pois designa qualquer um que se enquadre no perfil apresentado no predicado. Já a sentença (19), na medida em que “O governante” delimita um recorte de significação, constitui um escopo de referência menos abrangente, não servindo, portanto, para designar qualquer um, mas apenas os membros de uma classe. Por fim, a sentença (20) descreve um escopo de referência ainda mais restrito, já que o elemento ocupante do lugar de sujeito, “José”, designa um referente pontual.

Assim, podemos atestar que a estrutura proverbial perde a sua natureza na medida em que o elemento ocupante do lugar de sujeito e, por conseguinte, a sentença como um todo, descreve um escopo de referência mais restrito. A sentença (18), sendo ocupada pelas

expressões “Quem” ou “Aquele que”, consiste em um provérbio. A sentença (19), por sua vez, ainda possui um caráter proverbial, mesmo que ele seja atenuado devido ao fato de essa sentença se construir sobre uma tipificação mais delimitada – “O governante que semeia vento” – e não propriamente sobre um parâmetro, como “Águas passadas” no provérbio “Águas passadas não movem moinhos”. Em contrapartida, a sentença (20) não pode, de forma alguma, ser considerada um provérbio.

### 3.2.2 A configuração do lugar de objeto

Consideremos novamente a sentença (18), desta vez em comparação com as sentenças (21) e (22) abaixo, para que possamos investigar em que medida os componentes que investigamos na seção anterior estão impressos também no lugar de objeto.

(18) Quem semeia **vento** colhe **tempestade**.

(21) Aqui se faz, aqui se paga.

(22) Hemominas – Quem doa **sangue** doa **vida**.<sup>28</sup>

Observando a ocupação do lugar de objeto das sentenças acima, podemos verificar que o traço da genericidade apresenta-se marcado tanto nos lugares de objeto em destaque da sentença (18) quanto nos da sentença (21). A diferença reside no fato de a primeira ter os seus lugares de objeto ocupados pelos elementos “vento” e “tempestade”, que constituem um espaço de referência paramétrica; enquanto a segunda apresenta em seus lugares de objeto um vazio cuja significação se prende ao percurso enunciativo que os verbos *fazer* e *pagar* carregam, constituindo, assim, nos domínios do lugar de objeto, uma referência ainda mais ampla do que a sentença anterior. A ocupação do lugar de objeto da sentença em (22), diferentemente, se dá por elementos que constituem um escopo de referência restrito, i.e., “sangue” e “vida” estabelecem uma referência determinada. Porém, isso não quer dizer que a sentença (22) como um todo não constitua uma referência genérica.

Estreitamente associada à condição genérica ou restrita de seus elementos ocupantes, a indicialidade no domínio dos lugares de objeto pode ser reconhecida tanto na sentença (18) quanto na (22). Contudo, os objetos em (18) e em (21) apresentam configurações indexicais diferentes, como podemos antever pela reflexão acima desenvolvida ao tratarmos o lugar de sujeito. Em (18), temos um índice paramétrico delimitado pelas expressões “vento” e “tempestade”, ao passo que em (21) esse lugar sintático apresenta um vazio sobre o qual recai a

<sup>28</sup> Slogan publicitário da Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia de Minas Gerais.

memória enunciativa dos verbos *fazer* e *pagar*, memória essa cuja delimitação está sendo efetuada na sentença em questão apenas pela relação mesma que se estabelece entre os verbos *fazer* e *pagar*, ou seja, o índice referencial construído nos lugares de objeto da sentença (21) é delimitado pela própria articulação sintática – o pagamento realizado está em função do que é feito.

A sentença em (22), por outro lado, não parece apresentar indicialidade referencial no domínio dos lugares de objeto. Se as expressões “vento” e “tempestade”, ocupantes dos lugares de objeto em (18), configuram índices em que diversos referentes sugeridos pela relação existente entre tais expressões podem adentrar, as expressões “sangue” e “vida”, em tese, não se abrem a outros referentes possíveis além deles mesmos.

Quanto à onitemporalidade, podemos verificar que, tal como ocorre com os elementos ocupantes do lugar de sujeito, com exceção das expressões “Quem” ou “Aquele que”, os elementos ocupantes do lugar de objeto também absorvem esse aspecto somente ao integrarem a articulação sintática de uma sentença proverbial. Ou seja, nem mesmo a não-ocupação desse lugar sintático, que suporia amplitude referencial, traz em si o traço da onitemporalidade. Para constatar isso, basta observarmos, por exemplo, a sentença “Pedro planta e colhe”, que descreve uma habitualidade, e não uma onitemporalidade, a despeito do vazio nos lugares de objeto.

### 3.2.3 Fazendo um balanço

Uma vez verificados os traços característicos das sentenças proverbiais no escopo dos lugares de sujeito e de objeto, podemos fazer, então, um balanço. Diríamos que o lugar de sujeito é determinante para o estabelecimento do modo de enunciação da sentença, pois, ao submetermos esse lugar sintático a testes relativos à genericidade e à indicialidade, podemos ver que tais aspectos, se alterados no escopo do lugar de sujeito, são alterados no nível da sentença como um todo. Ou seja, ao substituírmos um elemento que estabelece uma moldura referencial, como as expressões *Quem* ou *Aquele que*, por um elemento que estabelece uma referência específica, por um nome próprio, passamos a sentença como um todo de um modo de enunciação mais generalizador para um modo de enunciação mais especificador. Ou ainda, se alteramos a ocupação do lugar de sujeito de “Quem/Aquele que semeia vento” para “Águas passadas” ou “O governante que semeia vento”, como o fizemos na seção anterior, ainda que não se dissipe o caráter proverbial da sentença, esse caráter ganha outros contornos, deixando de perfazer uma moldura para configurar-se como índice paramétrico ou tipificação.

De outra forma, se tomamos o lugar de objeto e intercambiamos a sua ocupação entre o vazio, um elemento que constitui um parâmetro de referência ou um elemento que constitui uma referência determinada, não alteramos, por isso, o modo de enunciação proverbial em que se configura a sentença. Porém, vale dizer que, embora essas comutações no escopo do lugar de objeto não alterem o modo de enunciação proverbial da sentença que resultaria dessas modificações, o estatuto de provérbio a que ela poderia aspirar mostra-se comprometido. Ou seja, sentenças cujo lugar de objeto é ocupado por um vazio – “Aqui se faz, aqui se paga” – ou por uma referência paramétrica – “Quem semeia vento colhe tempestade” – são passíveis de ser consideradas de fato como provérbios, pois a indicialidade descrita pelo elemento ocupante do lugar de objeto favorece a produtividade denominativa dessas sentenças, ou seja, não impede que essas sentenças denominem um espectro relativamente extenso de situações. Por outro lado, sentenças como “Hemominas – Quem doa **sangue** doa **vida**”, “Quem compara assina **NET COMBO**”<sup>29</sup> ou “Quem tem **Guiatel** não precisa de **outras listas**”<sup>30</sup>, cujos elementos (em destaque) ocupantes dos lugares de objeto descrevem uma referência determinada, em certa medida, têm a natureza denominativa redimensionada, pois não alcançam uma pluralidade de situações particulares, diferenciando-se das sentenças que comumente reconhecemos como provérbios.

Tal redimensionamento ocorre porque os elementos “sangue” e “vida”, “NET COMBO”, “Guiatel” e “outras listas”, por exemplo, não absorvem diversos referentes possíveis, não constroem um parâmetro como “vento”, “tempestade” ou “águas passadas”, o que nos indica que há uma conseqüência incidindo sobre a configuração do traço indexical. Porém, tal configuração não afeta o caráter genérico dessas sentenças. A genericidade passa a atuar sobre um escopo bem mais restrito, contemplando apenas uma situação, e o índice deixa de contemplar o nível da situação, recolhendo-se para o nível das personagens da ação – diversos atores podem adentrar nesse perfil, porém a situação é única. Então, por que considerarmos que esses slogans, cujos elementos ocupantes do lugar de objeto perfazem uma referência restrita, ainda estão configurados em um modo de enunciação proverbial?

As sentenças proverbiais, como demonstramos, não se propõem a descrever eventos particulares do mundo, apenas produzem um espaço em que várias situações podem entrar. O que queremos dizer é que, diferentemente dos índices que são saturados pelo “eu-aqui-agora” da enunciação, sentenças dessa natureza apenas fazem sentido enquanto se guardam como índices indeterminados. Se, em tese, a referência do “eu” é saturada pela figura do locutor, a

<sup>29</sup> Slogan publicitário de um provedor de internet banda larga e de televisão fechada.

<sup>30</sup> Slogan encontrado em lista telefônica distribuída gratuitamente na cidade de Belo Horizonte.

do “aqui” está no espaço em que se fala e a do “agora” encontra-se no momento em que se fala, a referência da sentença proverbial constitui-se da própria genericidade que ela circunscreve. E, dentro desse quadro, ainda encontramos pertinência para os slogans mencionados acima, pois, o que os diferencia dos provérbios consagrados é tão somente o fato de estes últimos produzirem um perfil que já se encontra, em certa medida, sedimentado pelo dito popular.

Explicitando melhor, parece-nos de antemão que um provérbio, para legitimar-se enquanto tal, precisa de um histórico de recorrências que garanta a sua inserção no acervo da língua. A injunção desse histórico no sentido de uma sentença proverbial remete-nos ao *status* de denominação delocutiva conferida aos provérbios por Perrin (2000). Segundo ele (p.77) os provérbios, sendo expressões auto-delocutivas, “fazem alusão às suas próprias enunciações anteriores e podem, assim, ser assimilados a formas de menção ou de citação lexicalizadas, que se designam a si mesmas como citadas por seu valor de denominação delocutiva”<sup>31</sup>. Contudo, muito embora consideremos a historicidade como um imperativo para o estabelecimento de um provérbio enquanto tal, não é esse o critério que determina a configuração de uma sentença no que chamamos de um modo de enunciação proverbial. Sentenças como “Posto Sapucahy – Quem exige qualidade sabe onde abastecer”<sup>32</sup> ou “Imagem.C – Quem não anuncia, se esconde, anuncie conosco!”<sup>33</sup>, apesar de carecerem aparentemente de um percurso histórico que as legitime enquanto provérbios da língua portuguesa, não se eximem de estar configuradas em um modo de enunciação proverbial. O que, enfim, nos faz reconhecer a sua configuração enunciativa proverbial é o fato de serem estruturas implicativas que carregam os traços de genericidade, indicialidade e onitemporalidade.

### 3.3 O MODO DE ENUNCIAÇÃO PROVERBIAL

Tendo diferenciado a configuração dos lugares sintáticos de sujeito e de objeto em sentenças exemplares de um modo de enunciação proverbial e tendo defendido a categorização de sentenças que compõem um determinado tipo de slogan publicitário como proverbial, segundo a impressão dos traços mencionados acima que reconhecemos nessas

---

<sup>31</sup> Tradução nossa.

<sup>32</sup> Slogan encontrado na fachada de um posto de gasolina em Belo Horizonte.

<sup>33</sup> Slogan publicitário de uma empresa prestadora de serviços relativos a anúncios localizada em Belo Horizonte.



sentenças, faz-se necessário formularmos uma definição para a própria noção de *modo de enunciação* ou *modo de dizer*.

Compreendemos essa noção como a conformidade em que potencialmente se daria o acontecimento enunciativo de uma sentença no que diz respeito à constituição de referência. Explicitando melhor, os modos de enunciação configuram a abrangência das sentenças como portadoras de referência e assim elas se distribuem em um *continuum* margeado em um extremo pela exaustiva especificação e em outro pela generalização máxima, segundo o tipo de referência que constroem. Tratemos essa questão considerando as sentenças abaixo.

(23) Quem desdenha quer comprar.

(24) Toda criança faz bagunça.

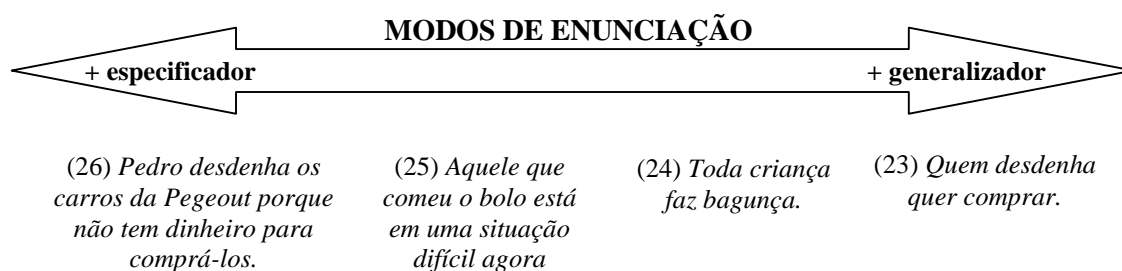
(25) Aquele que comeu o bolo deve estar preocupado.<sup>34</sup>

(26) Pedro desdenha os carros da *Pegeout* porque não tem dinheiro para comprá-los

No *continuum*, alocamos as sentenças proverbiais em um modo de enunciação mais generalizador, pois, a exemplo da sentença (23), elas descrevem um amplo escopo de referência ao configurarem o que chamamos de um perfil de referência. Tendendo ao outro extremo, a sentença (26) apresenta um restrito escopo de referência, produzindo um efeito de localização pontual do referente, o que a situa em um modo de enunciação mais especificador. Já a sentença (24), que produz uma generalização sem a contribuição do traço de indicialidade que caracteriza a genericidade proverbial, e a (25), que constrói indefinidade referencial, perfazendo uma projeção de referência, e não propriamente um perfil, estariam alocadas em uma espécie de zona de entremeio, já que se distanciam mais das extremidades do que as duas sentenças comentadas anteriormente. Vejamos abaixo um esquema desse *continuum* dos modos de enunciação, em que ilustramos o posicionamento das sentenças em (23) e (26) nas proximidades das margens de amplitude e de restrição, respectivamente, e das sentenças (24) e (25) em um espaço intermediário.

---

<sup>34</sup> Uma formulação semelhante a esta sentença foi-me apresentada pelo Professor Mário Perini como exemplo de ocorrência da expressão “Aquele que” fora de uma sentença proverbial após a minha apresentação no I SETED – I Seminário de Teses e Dissertações, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos da Faculdade de Letras da UFMG. Ela será retomada adiante, quando tratarmos da questão da temporalidade.



**Esquema: *Continuum* dos modos de enunciação**

É fato que a definição dos modos de enunciação contém a noção de referência. Dias (2005:119), revisando a concepção de uma semântica do acontecimento, nos afirma que “a referência se constitui na relação entre o acontecimento do dizer e o domínio histórico da constituição desse dizer”, ou seja, se constitui na relação entre a enunciação e o seu passado memorável. A concepção de que o processo de constituição de referência se dá no acontecimento enunciativo, i.e., na atualização da sentença como enunciado, é salutar como fundamento para os modos de enunciação, que são instâncias de configuração de referência.

O acontecimento enunciativo, segundo a compreensão que esboçamos em nosso primeiro capítulo, organiza-se por uma cena que determina os modos específicos de acesso à palavra segundo as relações entre as figuras da enunciação e as formas lingüísticas, portanto, estabelecendo uma interface entre o enunciativo e o orgânico. Nessa cena enunciativa, dispõem-se dois espaços de determinação em que se divide o Locutor: os lugares sociais e os lugares de dizer.

De um lado, estão os lugares sociais historicamente constituídos que configuram os recortes realizados pelo Locutor na memória de dizeres; recortes esses que se inscrevem nos elementos lingüísticos que materializam o dizer. De outro lado, estão os lugares de dizer, chamados enunciadores, pelos quais o Locutor, predicado por um lugar social, se representa como origem do seu dizer, camuflando o lugar social que o constitui como Locutor e, assim, fazendo-o representar o dizer como independente ou fora da constituição histórica dos sentidos (GUIMARÃES, 2002). O lugar social, portanto, é o que autoriza o Locutor a dizer construindo as filiações de sentido do que diz, ao passo que o enunciador determina a representação do Locutor como origem desse dizer.

Na medida em que as filiações e as representações se dão sobre a materialidade lingüística, em nosso caso, sobre a materialidade da sentença; e na medida em que essa divisão nos parece determinante para a constituição da referência, sobretudo porque o lugar de enunciador é o responsável pelo efeito de dizer desvinculado de coerções históricas e, por

consequente, nos parece ser o responsável pela maneira como se estabelece a relação entre o dizer e o mundo sobre o qual ele diz, poderíamos supor uma associação entre os modos de enunciação e essa divisão do Locutor. Diríamos, então, que os modos de enunciação estariam associados precisamente ao domínio da representação do dizer – ao domínio do efeito –, associados, portanto, ao lugar de enunciador na determinação do modo em que se configura a referência construída pelo dizer, e não no domínio do subjacente – uma decorrência do lugar social do Locutor – que determina os recortes na memória histórico-social de sentidos. Para discutirmos essa questão, vejamos as sentenças (27) a (29) e novamente outras três sentenças que já nos serviram de exemplo neste capítulo.

(27) Quem dança é mais feliz.

(28) Passarinho que acompanha morcego dorme de cabeça para baixo.

(29) Vidro quebra fácil.

(30) Um menino quebrou a janela da casa de Pedro. [2]<sup>35</sup>

(31) Alguém viu um menino entregando os jornais. [9]

(32) Nós votaremos nos candidatos do PT. [5]

No caso das sentenças proverbiais, ilustradas acima pelas sentenças em (27) e (28), o enunciador estaria representado como aquele que diz em conjunto com outros, estaria representado, segundo a terminologia de Guimarães (2002), como enunciador-genérico,

o que aí se diz é dito, não do lugar de um lugar individual, independente de qualquer contexto, mas é dito do lugar de um acordo sobre o sentido de repetir o dito popular. O que se diz é dito como aquilo que todos dizem. Um todos que se apresenta como diluído numa indefinição de fronteiras para o conjunto desse todos. O enunciador se mostra como dizendo com todos os outros: se mostra como um indivíduo que escolhe falar tal como outros indivíduos, uma [...] forma de se apresentar como *independente* da história.

Diluído entre os demais, esse enunciador representa-se sob o signo de um consenso sustentado por um fechamento que está na constituição da estrutura da sentença proverbial. Essa representação imprime-se, portanto, na organicidade da sentença proverbial, a qual é composta por uma estrutura implicativa (KLEIBER, 2000) – *Quem x y* –, que articula uma condição (*Quem x*) seguida por sua conseqüência necessária (*y*). É precisamente nessa composição, já mencionada acima e da qual falaremos com mais detalhe adiante, que se produz o efeito de verdade universal fechada sobre si mesma.

A referência das sentenças em (27) e em (28) claramente constitui-se pela representação

---

<sup>35</sup> Esta numeração alocada entre colchetes corresponde àquela atribuída a estas sentenças quando utilizadas pela primeira vez.

de um enunciador-genérico e conta com o suporte de uma estruturação implicativa. Já a constituição da referência das sentenças (29), (30) e (31) se dá a partir de um lugar de enunciação que se representa como o lugar do qual se diz sobre o mundo, construindo um dizer que, em tese, estaria fora da história na medida em que poderia ser submetido ao verdadeiro e ao falso, a partir de um parâmetro ontológico ou factual. O que reúne essas sentenças em um único grupo é o fato de elas constituírem, mais uma vez seguindo a terminologia de Guimarães (2002), a representação de um enunciador-universal. Contudo, diferentemente das sentenças de enunciador-genérico, essas sentenças de enunciador-universal não parecem apresentar uma marca estrutural que as singularize, nem mesmo parecem estar configuradas em um mesmo modo de enunciação, tendo em vista que a sentença “Vidro quebra fácil” constitui uma amplitude referencial, enquanto “Um menino quebrou a janela da casa de Pedro” e “Alguém viu um menino entregando os jornais” tendem a uma posição restrito-intermediária no *continuum* dos modos de enunciação. Ou seja, podemos dizer que, se a representação de um enunciador-genérico parece se agregar à constituição de modo de enunciação proverbial, contando com a materialidade de uma estrutura bipartida que forma uma implicação, a representação de um enunciador-universal se concretiza por *default*, não apresentando marcas específicas e nem guardando relação com o modo de enunciação das sentenças. A nossa hipótese de que haveria uma paridade entre o modo de enunciação das sentenças e lugar de dizer que as perfaz mostra aqui indícios de refutação.

Na sentença (32), por outro lado, encontramos um “nós” que inclui, evidentemente, um “eu”. Este parece ignorar que fale de uma cena enunciativa e se representa como o lugar de dizer individual, também independente da história. Temos, portanto, a representação de um enunciador-individual (GUIMARÃES, 2002), cujo suporte se dá justamente pelo elemento dêitico “nós”. Pensando que a referência dessa sentença produz um apontamento direto para a instância de enunciação (BENVENISTE, 1989), diríamos que, quanto ao posicionamento na escala dos modos de enunciação, a sentença em (32) está alocada na margem de maior especificação, ou seja, ela perfaz um restrito escopo de referência. Ainda que possamos imaginar que as sentenças que constroem a representação de um enunciador-individual regularmente estejam configuradas em um modo de enunciação mais especificador, em função de tal representação se ancorar no apontamento para elementos da instância de enunciação, não podemos dizer que se trata de uma relação exclusiva. Mais uma vez, a nossa suposição ganha indícios de improcedência.

Devemos comentar, enfim, três pontos. Primeiramente, reconhecemos que diferentes

elementos da constituição orgânica da sentença dão suporte à representação do enunciador. Assim, notamos que a representação do enunciador-genérico é privilegiada pela articulação própria das sentenças proverbiais; deixando uma articulação não-marcada para a representação do enunciador-universal; enquanto a representação de um enunciador-individual parece contar com as marcas de pessoalidade arraigadas na instância enunciativa, ou seja, com a presença de marcas do “eu” tratadas por Benveniste (1989). O segundo ponto é justamente o fato de essa observação nos ter revelado que modo de enunciação e representação de enunciador não são necessariamente investimentos pares. Embora estejam ambos comprometidos com a constituição da referência no acontecimento enunciativo, o modo de enunciação estaria na base da *configuração* da referência, e isso envolve as noções de amplitude e restrição, ao passo que o enunciador estaria na base da *perspectiva* de referência, o que remete à idéia do ângulo a partir do qual se lança o olhar sobre o referente. Essa disparidade revela-se, sobretudo, ao observarmos a representação de um enunciador-universal, que se encontra tanto em sentenças como “ Vidro quebra fácil” ou “Toda criança faz bagunça”, configuradas em um modo de enunciação mais generalizador, quanto em sentenças como “Um menino quebrou a janela da casa de Pedro” ou “A Maria foi ao shopping”, configuradas em um modo de enunciação mais especificador. Vale dizer que essa versatilidade do enunciador-universal pode ser explicada evidentemente por ele se sustentar em uma articulação não-marcada, além de poder se justificar na idéia de que o efeito de dizer sobre o mundo seja a perspectiva básica do dizer. Finalmente, o último ponto que nos parece relevante é a percepção de que o modo de enunciação proverbial e a representação do enunciador-genérico, ambos sustentados pela articulação das sentenças proverbiais, parecem sim estabelecer uma relação biunívoca, já que a perspectiva do consenso, essencial para o enunciador genérico, é constituinte da amplitude referencial própria da configuração de um modo de enunciação proverbial. Resumindo, a perspectiva de um enunciador-genérico parece ser um traço constitutivo das sentenças que focalizamos em nosso estudo.

Adiante, trataremos mais detidamente da constituição de cada um dos traços da indicialidade, da onitemporalidade e da estruturação implicativa, que, além da amplitude referencial, seriam agregados às sentenças proverbiais, reunindo-as em uma mesma categoria enunciativa – o modo de enunciação proverbial.

### 3.3.1 A construção de um índice de referência

A concepção de índice de referência com a qual trabalhamos aqui foi motivada pela constatação de um fenômeno lingüístico apontado por Mondana e Dubois (2003), ao qual elas chamaram “indicialidade da linguagem”<sup>36</sup>. Segundo essas autoras,

a indicialidade da linguagem [...] quebra a ilusão de dar uma descrição única e estável do mundo e sublinha sua necessária dependência contextual. No lugar de ser atribuível a uma falta de eficácia do sistema lingüístico e cognitivo, esta dimensão manifesta sua capacidade de tratar a variabilidade das situações através de uma categorização adaptativa. (p.40)

Entendendo essa indicialidade como decorrência de certa “instabilidade constitutiva das categorias [...] lingüísticas” (MONDANA e DUBOIS, 2003:19) e deslocando essa noção da perspectiva que a gerou, fundada em questões cognitivas, para a nossa perspectiva enunciativa, diríamos que as sentenças proverbiais integram uma espécie de “categoria adaptativa”. Para que esse traço da indicialidade fique mais claro, vejamos a relação que a pequena fábula a seguir estabelece com a sua respectiva sentença de moral.

#### **A formiga e a pomba**<sup>37</sup>

Uma formiga foi à margem do rio para beber água e, sendo arrastada pela forte correnteza, estava prestes a se afogar.

Uma pomba que estava numa árvore sobre a água, arrancou uma folha e a deixou cair na correnteza perto dela. A formiga subiu na folha e flutuou em segurança até a margem.

Pouco tempo depois, um caçador de pássaros veio por baixo da árvore e se preparava para colocar varas com visgo perto da pomba que repousava nos galhos alheia ao perigo.

A formiga, percebendo sua intenção, deu-lhe uma ferroadinha no pé. Ele repentinamente deixou cair sua armadilha e, isso deu chance para que a pomba voasse para longe a salvo.

Moral: Quem é grato de coração sempre encontrará oportunidades para mostrar sua gratidão.

Observando o elo semântico existente entre a sentença de moral, configurada em um modo de enunciação mais generalizador – proverbial –, e a própria narrativa, cuja configuração das sentenças constitutivas está em um modo de enunciação mais especificador, podemos perceber que a sentença tem um valor denominativo em relação à situação que

<sup>36</sup> Ao transpormos esta noção para o quadro de nossas análises, necessariamente fazemos ajustes, pois Mondana e Dubois (2003) trabalham com questões cognitivas que consideram pertinentes à referenciação, ao passo que trabalhamos aqui com questões enunciativas.

<sup>37</sup> Esta versão da fábula “A formiga e a pomba” foi encontrada no sítio [http://www.helenamonteiro.com/fabulas/a\\_formiga\\_e\\_a\\_pomba.htm](http://www.helenamonteiro.com/fabulas/a_formiga_e_a_pomba.htm), acessado no dia 11 de dezembro de 2008.

compõe o enredo da fábula. Assim, podemos perceber que a situação está de certa forma compreendida pela sentença de moral e, nessa medida, se alinha ao perfil apresentado por essa sentença.

Essa relação denominativa caracteriza-se pelo fato de tanto a personagem central (no caso, a formiga), que é retomada pela expressão “Quem é grato de coração”, ocupante do lugar de sujeito, como a própria situação da narrativa serem referenciados pela sentença de moral na condição de exemplares de ou pertinentes a uma regularidade estruturante e como reforços dessa mesma regularidade (KLEIBER, 2000), sendo outras personagens e outras situações passíveis de atualizar tal denominação. É por isso que tomamos as sentenças proverbiais como categorizações adaptativas, e é precisamente essa a característica que chamamos de indicialidade.

Ainda devemos esclarecer outra nuance que estaria na função desse traço enunciativo. É certo que as sentenças proverbiais, como índices de referência, referem os diversos personagens e as diversas situações que se alinhem ao perfil denominado. Contudo, elas parecem conservar a possibilidade de que outros referentes se inscrevam em uma mesma atualidade de enunciação simultaneamente. Explicitando melhor, a ocupação do lugar de sujeito e a sentença proverbial em si não guardam um compromisso estrito com o conteúdo da narrativa acima, antes produzem um gesto de afastamento em relação à particularidade desse enredo ilustrativo; tanto que podemos vislumbrar, nesse mesmo acontecimento enunciativo, outras narrativas e outras personagens que também se alinhem ao perfil constituído pela sentença “Quem é grato de coração sempre encontrará oportunidades para mostrar sua gratidão”. Nesse sentido, diríamos que as sentenças configuradas em um modo de enunciação proverbial constituem índices de referência **não-saturáveis**, pois não completam o seu potencial de referência no “eu-aqui-agora” do presente da enunciação.

Observemos ainda as sentenças (33) a (35) logo abaixo.

(33) Quem ama o feio bonito lhe parece.

(34) Cachorro que late não morde.

(35) O governante que semeia vento colhe tempestade. [19]

A diferença entre os provérbios estruturados em sentenças cujo sujeito gramatical é ocupado por um sintagma encabeçado pelas expressões *Quem* ou *Aquele que* e aqueles cujo sujeito é uma expressão metafórica,<sup>38</sup> como “Cachorro que late”, parece ter algo da ordem da

---

<sup>38</sup> Adiante faremos algumas considerações a respeito do mecanismo linguístico que, a nosso ver, constitui a

natureza indexical que reconhecemos nos provérbios, devendo-se justamente a uma configuração diversa desse traço. Enquanto os primeiros estabelecem índices unicamente delimitados pelo predicado que a eles se articula – perfazendo uma moldura – os últimos produzem índices configurados sob um investimento restritivo do encapsulamento realizado pelos elementos ocupantes do lugar de sujeito, “Cachorro”, no caso do exemplo (34) acima – perfazendo um parâmetro. Contudo, essa espécie de investimento restritivo que encontramos nas sentenças proverbiais que se valem de expressões paramétricas não faz com que elas tenham a sua natureza proverbial atenuada, pois elas ainda configuram índices; diferentemente do que ocorre, por exemplo, com a sentença (35), já que “O governante que semeia vento”, comparativamente, tem o seu raio de atuação restrito porque perfaz apenas uma tipificação. Nesse âmbito, poderíamos evidenciar a diferença explorando a noção de “elevação abstrata de sentido” vinculada aos provérbios por Kleiber (2000). “Cachorro” e “Águas passadas” elevar-se-iam de um sentido hiponímico para um sentido proverbial hiperonímico, ao passo que “O governante”, embora produza genericidade, esquiva-se da elevação, constituindo mais uma tipificação acerca da classe dos governantes do que um índice referencial. O quadro abaixo mostra, então, de forma mais sistemática, essas variações de configuração do traço indexical associadas às variações dos elementos ocupantes do lugar de sujeito das sentenças.

<b>Traço indexical</b>	<b>Exemplos</b>
<i>Moldura</i>	Quem ama o feio bonito lhe parece.
<i>Parâmetro</i>	Cachorro que late não morde.
<i>Tipificação</i>	O governante que semeia vento colhe tempestade.

**Quadro: Configuração do traço indexical**

As sentenças proverbiais enunciadas como slogans publicitários, por sua vez, parecem apresentar, em relação às sentenças analisadas até aqui, uma diferença no seu *status* de categoria adaptativa, pois, como dissemos (vide página 46 acima) elas tendem a restringir o escopo referencial no domínio do lugar de objeto, o que não desencadeia um estreitamento no escopo de referência da sentença como um todo, mas passa a indicialidade do domínio da situação para o domínio da personagem envolvida em uma situação definida. Vejamos:

(36) Pós-Graduação SENAC Minas – Quem faz faz a diferença.<sup>39</sup>

metáfora.

<sup>39</sup> Slogan publicitário exibido na parte traseira de transportes coletivos que circulam na cidade de Belo Horizonte



(37) Quem tem TIM tem mais.<sup>40</sup>

(38) Mega Concursos – Quem está preparado prova.<sup>41</sup>

A situação referida permanece estanque em todos os acontecimentos enunciativos em que essas sentenças ganharem atualidade e o lugar de objeto parece ser o espaço do produto, do serviço ou das vantagens que estão em foco nos slogans publicitários; tanto que poderíamos parafrasear as sentenças acima da seguinte maneira: “Quem faz **Pós-Graduação SENAC Minas** faz a diferença”, “Quem tem TIM tem mais **vantagens telefônicas**” e “Quem está preparado prova **que recebeu uma boa preparação como a oferecida pelo Mega Concursos**”. Essa constatação endossa a nossa hipótese de que o lugar de objeto seria o lugar do compromisso temático.

Essa configuração indexical própria dos slogans publicitários parece efetuar-se sobre um estreitamento temático, se tomarmos como parâmetro as demais sentenças proverbiais analisadas aqui, já que conduzem a referência para uma situação determinada, de condução direta ao produto ou ao serviço que se quer promover. Efetua-se, portanto, sob o signo da literalidade, ao passo que a metafóricidade encontrada em grande parte dos provérbios promove um distanciamento temático. Assim, chegamos à idéia de que a configuração da indicialidade das sentenças proverbiais está associada ao grau de distanciamento ou estreitamento temático em que a sentença se constitui.

Em suma, articulado a genericidade, que determina um amplo escopo de referência às sentenças proverbiais, o traço indexical parece conferir às sentenças proverbiais um espaço de referência não saturado, um espaço de referência que comporta o referente apontado pelo presente da enunciação justamente indicando-o como familiarizado com outros possíveis referentes que, como ele, se alinhem ao perfil descrito pela sentença.

### 3.3.2 A questão da temporalidade

Um aspecto que também se articula à natureza genérica inerente às sentenças proverbiais diz respeito à temporalidade dessas sentenças. Discutamos essa questão observando, mais uma vez, a relação entre uma narrativa fabular e a sua respectiva sentença de moral.

---

e região.

<sup>40</sup> Slogan publicitário de uma operadora de telefonia celular.

<sup>41</sup> Slogan publicitário de um curso preparatório para concursos públicos localizado em Belo Horizonte.

### A lebre e a tartaruga<sup>42</sup>

A lebre vivia a se gabar de que era o mais veloz de todos os animais. Até o dia em que encontrou a tartaruga.

– Eu tenho certeza de que, se apostarmos uma corrida, serei a vencedora – desafiou a tartaruga.

A lebre caiu na gargalhada.

Uma corrida? Eu e você? Essa é boa!

Por acaso você está com medo de perder? – perguntou a tartaruga.

É mais fácil um leão cacarejar do que eu perder uma corrida para você – respondeu a lebre.

No dia seguinte a raposa foi escolhida para ser a juíza da prova. Bastou dar o sinal da largada para a lebre disparar na frente a toda velocidade. A tartaruga não se abalou e continuou na disputa. A lebre estava tão certa da vitória que resolveu tirar uma soneca.

"Se aquela molenga passar na minha frente, é só correr um pouco que eu a ultrapasso" – pensou.

A lebre dormiu tanto que não percebeu quando a tartaruga, em sua marcha vagarosa e constante, passou. Quando acordou, continuou a correr com ares de vencedora. Mas, para sua surpresa, a tartaruga, que não descansara um só minuto, cruzou a linha de chegada em primeiro lugar.

Desse dia em diante, a lebre tornou-se o alvo das chacotas da floresta. Quando dizia que era o animal mais veloz, todos lembravam-na de uma certa tartaruga...

Moral: Quem segue devagar e com constância sempre chega na frente.

Podemos observar que a sentença de moral da fábula não mantém a mesma temporalidade da narrativa que a antecede. Diferentemente da narração, construída como um relato em tempo pretérito, a sentença de moral, ao designar o enredo da narrativa, o faz estabelecendo um compromisso com a ordem do que foi, com o que é e com o porvir. Descreve, portanto, o traço da onitemporalidade ou da atemporalidade constitutivo das sentenças proverbiais.

Dentre outros, um trabalho de KOCH (2002), retomando um estudo de Weinrich<sup>43</sup> a respeito dos tempos verbais, mostra que o presente do indicativo é a forma verbal de expressão dessa onitemporalidade. Segundo a autora (p.37),

na gramática de M. Grevisse, 'Le bom usage', no capítulo destinado ao presente, diz-se, em primeiro lugar, que este designa o tempo presente; depois que designa um hábito; a seguir, que exprime ações atemporais; e, finalmente, que pode expressar coisas passadas e futuras.

Dessa forma, se a temporalidade característica das sentenças proverbiais tende a se

<sup>42</sup> Esta versão da fábula "A lebre e a tartaruga" foi encontrada no sítio: [http://www.metaforas.com.br/infantis/a\\_lebre\\_e\\_a\\_tartaruga.htm](http://www.metaforas.com.br/infantis/a_lebre_e_a_tartaruga.htm), acessado em 12 de dezembro de 2008.

<sup>43</sup> Cf. WEINRICH, H. (1964). *Tempus*. Besprochene und Erzähite Welt. Trad. esp. Ed. Gredos, Madrid, 1968.

ancorar principalmente no presente do indicativo (vide página 41, citação de Travaglia, 1993), ela parece se constituir fazendo diferença dentro do potencial expressivo dessa forma verbal, i.e., fazendo diferença com outras expressões veiculadas por essa forma verbal, como atualidade, que poderíamos exemplificar pela sentença “O mundo está em crise”, ou habitualidade, expressão da qual um exemplo seria uma sentença recorrente como “João fuma”. Diante de tal versatilidade de comportamento semântico, o que parece favorecer a suscetibilidade dessa forma verbal à diversidade de configurações enunciativas, devemos nos questionar aqui quais são os elementos que entram na sintaxe das sentenças proverbiais e, em articulação com o presente do indicativo, despontam a constituição da onitemporalidade nas sentenças proverbiais. Tratemos essa questão tomando como base as seguintes sentenças.

(39) Quem se mete a Redentor sai crucificado.

(40) Aquele que despreza o moinho despreza a farinha.

(41) A atividade sem juízo é mais ruínosa que a preguiça.

Tais exemplos nos mostram uma informação em caráter de evidência, qual seja: o presente do indicativo atuando na constituição da onitemporalidade dessas sentenças. Nas sentenças (39) e (40), admitimos que esse traço, além de estar marcado no presente verbal, apresenta-se impresso também nas expressões “Quem” e “Aquele que”, constituintes dos elementos ocupantes do lugar de sujeito. Dizemos isso porque, tendo em vista a indicialidade não-saturada que reconhecemos nos enunciados proverbiais e, por conseguinte, a não-saturação de *Quem* e *Aquele que*, acreditamos que tais expressões, sendo elas pronominais, carregam por si mesmas o traço da onitemporalidade. Em contrapartida, a expressão “A atividade sem juízo”, ocupante do lugar de sujeito na sentença (41), não traz consigo a marca de onitemporalidade. Diversamente das expressões pronominais em análise, “A atividade sem prejuízo”, expressão encapsuladora, parece angariar esse traço apenas ao entrar na articulação sintática de uma sentença configurada em um modo de enunciação proverbial, pois não apresenta em sua constituição interna, isolada, qualquer indicador de indicialidade.

Reconhecendo um indicador de indicialidade nas expressões pronominais *Quem* e *Aquele que* e, tomando esse indicador como favorável à onitemporalidade, respondemos parcialmente ao questionamento que fizemos acima a respeito dos elementos da sintaxe das sentenças proverbiais que, ao se articularem com o presente do indicativo, auxiliariam na demarcação da onitemporalidade dentre as potencialidades enunciativas dessa forma verbal. Resta-nos pontuar como se dá a constituição da onitemporalidade, qual é a natureza dos

elementos que se articulam ao presente do indicativo em sentenças que seriam aceitas como provérbios pelo uso da língua<sup>44</sup>, a exemplo da sentença (41), mas que não se constroem com as referidas expressões pronominais.

Consideramos a hipótese de que, nos casos em que as expressões pronominais não estejam presentes na constituição da sentença, a onitemporalidade se ancore em uma espécie de *status* de exemplaridade dos elementos ocupantes do lugar de sujeito e constituintes do predicado. O *status* de exemplaridade seria precisamente o que confere a sentenças como essas os traços de genericidade e indicialidade necessários a sua pertinência em um modo de enunciação proverbial. A sentença em (41), por exemplo, é uma sentença proverbial porque “Atividade sem juízo” e “preguiça” constroem um parâmetro de referência, ou seja, porque articula elementos em uma instância de exemplaridade.

Resumindo, mostramos até aqui que, para a constituição da onitemporalidade com o presente do indicativo, parece ser determinante a articulação entre essa forma verbal e as expressões pronominais *Quem* e *Aquele que*, ou a articulação dessa mesma forma verbal com elementos encapsuladores em instância de exemplaridade, como mostramos acima. Outra construção favorável à onitemporalidade passa por uma injunção da estruturação implicativa. Consideremos a sentença abaixo.

(42) Quem bebeu, jogou, furtou; beberá, jogará, furtará.

Podemos observar que essa sentença conta igualmente com o traço onitemporal, dessa vez, porém, construído pela articulação entre uma seqüência de verbos no pretérito perfeito do indicativo e uma seqüência de verbos no futuro do presente do indicativo. Não se trata, contudo, de uma articulação feita de qualquer modo, pois a temporalidade da sentença “Pedro bebeu e jogou muito ontem, mas não jogará e nem beberá amanhã” também se faz pela articulação de uma seqüência de formas verbais no passado articulada a mesma seqüência de formas verbais no futuro, mas esta não se configura como uma sentença onitemporal. Antes, a onitemporalidade da sentença em (42) se constrói pela articulação de uma condição – no passado – com a sua conseqüência necessária – no futuro, i.e., se constrói justamente pela estrutura implicativa, que perfaz o efeito de completude temporal da onitemporalidade – o que foi, continua sendo e sempre será.

Tendo visto essas articulações que desencadeiam a constituição da onitemporalidade

---

<sup>44</sup> É difícil mensurar a aceitação de uma sentença como provérbio, porque isso envolve o histórico de enunciações da sentença na língua, além de passar por uma questão de gênero, no âmbito dos estudos lingüísticos. Estamos, portanto, lidando com algumas sentenças que parecem carregar um sentido gnômico sem o compromisso estreito de verificar a recorrência de uso.

nas sentenças proverbiais, devemos analisar outra questão, que diz respeito à articulação de diferentes formas verbais com as expressões pronominais *Quem* ou *Aquele que*, uma vez que dissemos acima que elas trazem consigo uma pré-disposição à onitemporalidade. Tomemos as sentenças de (43) a (47) como ponto de partida para essa reflexão.

(43) Quem ri por último ri melhor.

(44) Quem rir por último ri melhor.<sup>45</sup>

(45) Quem matar aula vai se ver comigo no final do semestre.<sup>46</sup>

(46) Aquele que comeu o bolo deve estar preocupado. [27]

(47) Quem plantou colheu.

As quatro últimas sentenças têm em comum com as sentenças proverbiais o fato de serem constituídas por uma estrutura binária e de apresentarem as expressões *Quem* ou *Aquele que* na constituição do elemento ocupante do lugar de sujeito. A diferença central, que nos impede de considerá-las como pertinentes a um modo de enunciação proverbial, a despeito das referidas semelhanças, está na articulação das formas verbais.

Começemos então pelo estabelecimento de um contraste entre a sentença (43) e as sentenças (44) e (45). Em um primeiro olhar, notamos a articulação das formas verbais como único elemento que as diferencia. Avançando na observação da temporalidade dessas sentenças, percebemos como evidência que a primeira constrói uma referência onitemporal, sendo uma sentença proverbial, ao passo que a segunda e a terceira apresentam o que poderíamos chamar de temporalidade prospectiva, que está no domínio temporal do que ainda não foi e nem é, mas do que será a partir da instância enunciativa, i.e., lançam-se para o futuro. A diferença entre a sentença (43) e as sentenças (44) e (45) parece se estender da temporalidade de cada uma delas para a referência que o elemento pronominal “Quem” constitui. Assim, enquanto a sentença “Quem ri por último ri melhor” perfaz um perfil de referência delimitado no escopo da oração ocupante do lugar de sujeito do período, as sentenças “Quem rir por último ri melhor” e “Quem matar aula vai se ver comigo no final do semestre” constroem no lugar de sujeito do período uma projeção de referência prospectiva

---

<sup>45</sup> Considerando os preceitos da gramática tradicional, notamos nesta sentença um equívoco de paralelismo, pois ela articula a forma verbal do presente do subjuntivo, “rir”, com a forma do presente do indicativo, “ri”, quando na verdade o mais adequado seria a segunda ocorrência do verbo estar no futuro do presente do indicativo, “rirá”. Apesar dessa inadequação, do ponto de vista tradicionalista, reproduzo aqui a sentença tal como ela foi encontrada, constituindo o slogan para a publicidade de uma peça humorística, pelo Professor Luiz Francisco Dias e repassada a mim.

<sup>46</sup> Sentença apresentada a mim pelo Professor Bernardo Guadalupe dos Santos Lins Brandão quando este, após ter assistido à minha apresentação na X Semana de Letras da UFOP, fez um questionamento a respeito do presente trabalho.

também delineada pelo predicado que se articula às expressões “Quem” ou “Aquele que”.

Já a sentença (46) parece apresentar uma temporalidade atual. Assim, a oração encabeçada pela expressão “Aquele que” não constrói perfil nem prospecto de referência, mas o que poderíamos chamar de projeção de indefinidade referencial, já que a expressão “Aquele que” mostra-se como recurso para referir o desconhecido, uma referência pontual indistinta. Por fim, a articulação de dois verbos na forma do pretérito perfeito do indicativo concede à sentença (47) uma temporalidade retrospectiva, comum em enunciados de narrativa, fazendo a expressão pronominal constituir também uma referência indefinida, desta vez, porém, retrospectiva. Sobre as sentenças (48) a (49), que não constituem onitemporalidade, podemos dizer ainda que elas também se distanciam dos demais traços constitutivos das sentenças proverbiais na medida em que parecem estar vinculadas a uma cena, a um enredo específico a que elas fazem referência, o que as exime do traço indexical e da genericidade proverbial. Esse fator parece ser um indício de que esses traços constitutivos de proverbialidade estão em uma relação de interdependência.

Vejam os exemplos abaixo as configurações referenciais dos elementos *Quem* ou *Aquele que* segundo a sua articulação com diferentes formas verbais.

<b>Referência das expressões pronominais</b>	<b>Exemplos</b>
<i>Perfil</i>	Quem ri por último ri melhor.
<i>Projeção prospectiva</i>	Quem rir por último ri melhor. Quem matar aula vai se ver comigo no final do semestre.
<i>Projeção atual</i>	Aquele que comeu o bolo deve estar preocupado.
<i>Projeção retrospectiva</i>	Quem plantou colheu.

Quadro: **Configuração referencial das expressões pronominais**

Observamos que as expressões pronominais *Quem* ou *Aquele que* têm a sua referência configurada pela temporalidade da sentença. Isso nos mostra que tais expressões aderem particularmente aos aspectos enunciativos constitutivos das sentenças em que estão inseridas. E, sendo ocupantes exclusivas do lugar de sujeito gramatical, denunciam o compromisso que esse lugar sintático guarda com a enunciação da sentença.

Assim, tendo demonstrado que a temporalidade se produz na articulação sintática da sentença, e confrontando essa demonstração com a afirmação de que “a temporalidade [...] é produzida, na verdade, na e pela enunciação” (BENVENISTE, 1989:85), reiteramos a nossa perspectiva sintática de que a organicidade lingüística está em interface com o acontecimento

enunciativo.

### 3.3.3 A estruturação implicativa

Outro aspecto constitutivo das sentenças proverbiais seria a base de uma estrutura implicativa (KLEIBER, 2000). Dedicamos esta seção, portanto, ao estudo da materialidade sintática do sentido implicativo.

#### 3.3.3.1 Da discrepância entre o material e o simbólico

Um trabalho em lingüística que tome a sentença como unidade de análise parece não escapar de uma perspectiva de olhar que constituiria essa unidade por uma demanda de saturação (DIAS, 2002:52).

Podemos vislumbrar essa demanda de saturação sob dois aspectos. Um deles diz respeito à própria constituição da estrutura sintática da sentença, uma demanda de completude interna que estaria refletida nas gramáticas tradicionais sob o signo de categorizações como regência ou transitividade. Assim, uma seqüência como “\*A casa de foi” não constituiria uma sentença justamente porque não produz uma unidade completa com o arranjo de seus elementos. Nesse exemplo, os “vazios” nos lugares de adjunto do nome *casa* e de predicativo do sujeito desencadeiam uma dificuldade à demanda de saturação porque registram uma falta, um lapso na linearidade sintática que não resgata significação alguma. Não bastaria, ainda, que todos os lugares sintáticos fossem preenchidos com os elementos pertencentes às classes morfológicas adequadas se o fossem de maneira aleatória, i.e., por elementos que não se articulassem semanticamente. Requer-se, portanto, uma completude ajustada.

Diferentemente, no exemplo “Pedro é gente que faz”, a não-ocupação do lugar de objeto projetado pelo verbo *fazer* está plena de significação, pois a articulação desse “vazio” com a sentença como um todo nos permite vislumbrar ali elementos passíveis de serem objetos do fazer de Pedro. Podemos dizer, então, que o aspecto da demanda de saturação que diz respeito à completude interna das sentenças aplica-se sobre a interface entre as dimensões material e simbólica da língua em favor de uma completude no âmbito da sentença.

Se o primeiro aspecto da demanda de saturação aplica-se à regulação da falta, o segundo diz respeito a uma espécie de controle do excesso. A materialidade das sentenças da língua, por vezes, pode veicular, simultaneamente, um par ou um conjunto de significações auto-excludentes. Assim, uma sentença como “O burro do Paulo anda doente”<sup>47</sup> consiste em uma

---

<sup>47</sup> Exemplo tomado de empréstimo de Cançado (2005:67), utilizado pela autora para explicar o fenômeno semântico da ambigüidade.

sentença ambígua e estampa em sua linearidade sintática uma significação excedente. Esse segundo aspecto configurar-se-ia, então, como uma espécie de demanda de delimitação.

Vemos, desse modo, que essa interface entre as dimensões orgânica e simbólica, constitutivas da língua, consiste em uma relação complexa de ajuste entre essas dimensões. Nem sempre a sentença alcança o suficiente ou se restringe ao suficiente quando, formalmente, completa a ordenação sintática; e nem sempre lhe falta algo quando a forma pareceria incompleta. Isso nos mostra que a demanda de saturação reside sobre uma discrepância constitutiva entre o material e o simbólico (DIAS, 2002:52). Esse aspecto será investigado aqui na constituição de sentido das sentenças proverbiais.

### *3.3.3.2 Da constituição material e simbólica do sentido implicativo*

Na medida em que o sentido das sentenças proverbiais se constrói por “formas com teor implicativo (Se... Então)”, que garantiriam “com mais força a verdade do enunciado” (SANTOS, 2007:30, reportando à concepção de Kleiber) e considerando-se que uma implicação não se configura pela simples composicionalidade dos constituintes da sentença (FREGE, 1892), podemos dizer que o sentido das sentenças proverbiais, regularmente, se constrói sobre a assimetria das dimensões material e simbólica de que falamos acima, resultando de uma espécie de alquimia entre as unidades que se articulam para formar essas sentenças.

Para verificarmos a construção dessa alquimia, tomaremos como suporte os fundamentos da sintaxe de bases enunciativas, que apresentamos em nosso primeiro capítulo, e voltaremos a nossa atenção para a configuração do lugar de sujeito gramatical nas sentenças que são pertinentes a categoria das sentenças proverbiais. Descreveremos a composição orgânica dos elementos ocupantes desse lugar sintático, o que nos permitirá dividir as sentenças em quatro grupos. Assim, tendo em vista que a configuração do lugar sintático em questão é determinante para a enunciabilidade das sentenças, como já demonstramos acima, verificaremos em que medida as diferentes ocupações do lugar de sujeito revelam diferenças na constituição do sentido implicativo das sentenças proverbiais.

Vale lembrar que consideramos os lugares de sujeito e de objeto como lugares de configuração de referência (DIAS, 2006), e sendo a referência relação das palavras com algo que está fora delas, na verdade, uma construção de linguagem, deslizaremos com naturalidade do sentido implicativo, que seria uma relação das palavras com elas mesmas, para a referência implicativa. Explicitando melhor, uma vez que os traços proverbiais descritos acima –



genericidade, onitemporalidade e indicialidade – são de natureza referencial, também vislumbramos a construção implicativa, tanto no âmbito do lugar sintático quanto no âmbito da sentença como um todo, na relação que ela mantém com a constituição da referência.

As sentenças proverbiais podem ser divididas em quatro grupos segundo a configuração do sintagma que ocupa o seu lugar de sujeito gramatical. Consideremos as sentenças (48) a (51) para vermos, então, como seriam esses grupos.

(48) Quem aconselha não obriga.

(49) a. Passarinho que acompanha morcego dorme de cabeça para baixo. [29]  
b. Belas penas não fazem belo pássaros.

(50) A adversidade faz homens; a prosperidade, monstros.

(51) A ocasião faz o ladrão.

O grupo 1 seria formado por sentenças exemplares da estrutura prototípica dos provérbios: *Quem/Aquele que x y*, foco do presente trabalho. O grupo 2, por sua vez, seria composto por sentenças que apresentam o lugar de sujeito ocupado por um sintagma cujo núcleo seja um nome pleno seguido de um determinante restritivo, como a sentença (49a), em que o nome “Passarinho” apresenta-se determinado pelo complemento restritivo “que acompanha morcego”; ou a sentença (49b), em que o lugar de sujeito é ocupado pelo sintagma “Belas penas”, sendo o núcleo “penas” determinado pelo complemento “belas”<sup>48</sup>.

Já o grupo 3 seria formado por sentenças nas quais o lugar de sujeito seria ocupado por um sintagma cujo núcleo seja um nome pleno, desta vez determinado por um paralelismo com outro nome pleno, ambos sem determinação no escopo do sintagma, que ocuparia o lugar de sujeito da oração que à primeira vem unida por coordenação. A sentença (50) seria um exemplo deste grupo. Por fim, o grupo 4 seria composto por sentenças constituídas por um período simples, a exemplo da que encontramos em (51). As sentenças desse grupo têm o lugar de sujeito ocupado por um sintagma cujo núcleo seja um nome pleno sem qualquer complemento que o determine e, sendo uma sentença formada por apenas uma única oração, a determinação também não se efetua por paralelismo, como é o caso das sentenças do grupo anterior.

Ao reconhecermos esses grupos, inicialmente por uma diferenciação orgânica existente entre os elementos ocupantes do lugar de sujeito das sentenças proverbiais, postulamos, naturalmente, uma contraparte enunciativa que também os diferencie entre si, ainda que sub-

---

<sup>48</sup> Podemos notar que aqui estamos utilizando o termo “complemento” para designar qualquer elemento que acompanhe o núcleo do sintagma nominal, exceto os determinantes.

repticiamente. Assim, investigaremos adiante quais seriam os traços enunciativos distintivos que poderíamos encontrar nesses grupos no que concerne a constituição da estrutura implicativa.

Como mencionamos, Kleiber (2000:51) reconhece que a implicação perfaz o molde semântico dos provérbios, compõe o sentido próprio dessa categoria. Cançado (2005), do lugar de uma semântica referencialista, explica-nos que a “palavra implicação, na linguagem cotidiana, remete a várias noções, tais como inferências, deduções, acarretamentos, pressuposições, implicaturas, etc., sem que haja uma distinção entre elas” (p.27). Porém, esclarece que, segundo uma tradição de estudos em uma abordagem referencial, há “uma gradação entre esses conceitos, indo da noção mais restrita de acarretamento à noção mais abrangente de implicatura conversacional” (p.27). Diferenciando, portanto, cada um desses conceitos abarcados pela noção de implicação, a autora define o acarretamento como “uma noção estritamente semântica, que se relaciona somente com o que está contido na sentença, independentemente do uso da mesma” (p.27). A noção de pressuposição, por sua vez, também está relacionada “com o sentido de expressões lexicais contidas na sentença, mas também se refere a um conhecimento prévio, extralingüístico, que o falante e o ouvinte têm em comum; pode-se dizer que a pressuposição é uma noção semântico-pragmática” (p.27-28). Já a implicatura conversacional “é uma noção estritamente pragmática, que depende exclusivamente do conhecimento extralingüístico que o falante e o ouvinte têm sobre um determinado contexto” (p.28).

Kleiber (2000:51-52), ao afirmar que “o sentido de um provérbio não seria totalmente o da combinação de seus constituintes e que, por conseguinte, sua interpretação padrão jamais seria dada por sua composição”, pois “o pivô implicativo, apesar de necessário à tese, não se encontra presente”<sup>49</sup>; permite-nos aproximar a noção de implicação utilizada em seu texto da noção de pressuposição apresentada por Cançado (2005). E é por essa aproximação que a noção de implicação está sendo mobilizada aqui, guardadas certas diferenças devidas a perspectiva teórica que adotamos. Nós deslocamos a noção de pressuposição do eixo semântico-pragmático para um eixo semântico-enunciativo, ou seja, inserimos o histórico no direcionamento do que estamos chamando, de maneira geral e em consonância com Kleiber (2000), de implicação. Tal redimensionamento foi-nos motivado pelo fato de a implicação, ainda segundo esse autor, ser a base de uma espécie de estereótipo construído pelo provérbio; e a estereotipicidade, acreditamos, tem uma constituição fundamentalmente sócio-histórica.

---

<sup>49</sup> Tradução nossa.

Sobre a questão implicativa, devemos esclarecer ainda um ponto. Sousa Dias (1995) explica-nos que o virtual, e aqui podemos atribuir tais explicações a uma virtualidade da língua, seria a contraparte do atual, que por uma adaptação da terminologia poderíamos considerar como a atualidade enunciativa da língua. Seria, portanto, nessa atualidade enunciativa que a virtualidade “caósmica”, espaço de conviviabilidade de potencialidades infinitamente divergentes, sem regras de exclusão, subsidiaria a formação de colméias de inteligibilidade que comporiam uma espécie de virtualidade discreta da língua, uma espécie de memória. Essa virtualidade discreta, precedente e eterno devir, paira, insistente, sobre a construção das inteligibilidades em um movimento dialógico e dialético. As articulações sintáticas, dimensão material do dizer, correponderiam, no plano da enunciação, aos movimentos de criação e de repetição subsidiados por essa virtualidade da língua.

Diante desse quadro, o ponto que devemos esclarecer sobre a questão implicativa diz respeito à concepção de que as sentenças proverbiais construiriam estereótipos. Isso se daria na medida em que essas sentenças enunciam uma espécie de “limitação dos devires a uma medida de ‘razoabilidade’”, que conferiria aos acidentes vividos uma identidade impessoal. Ou seja, as sentenças proverbiais designariam uma identidade pré-individual das situações humanas, identidade essa que se constituiria pela articulação de formas lingüísticas, pela interdeterminação mútua da multiplicidade de sentidos encapsulada pelos elementos componentes das sentenças. A estrutura implicativa, portanto, seria a construção de um modelo arbóreo, hierárquico, de condições e conseqüências em que essas subsidiariam uma medida de razoabilidade não expressa em evidência na superfície da estrutura sintática, gerando a discrepância entre o simbólico e o material de que falamos acima. Tomando essas idéias como pano de fundo para as explicações, vejamos doravante, na materialidade da sentença, a questão da incidência do sentido implicativo sobre a constituição da referência proverbial.

Como dissemos, nas sentenças do grupo 1, o sintagma ocupante do lugar de sujeito, constrói-se pela articulação entre um indicador indexical, *Quem* ou *Aquele que*, que traz consigo os traços enunciativos definidores das sentenças proverbiais – genericidade, onitemporalidade, além de indicialidade –, e um predicado adjacente restritivo. Assim, na sentença “Quem aconselha não obriga”, a expressão “Quem” ganha identidade pela restrição imposta pelo predicado “aconselha”. A fim de continuarmos essa discussão, consideremos os itens abaixo.

(52) (?) Quem/Aquele que desdenha.

(53) (?) Chato é quem/aquele que.

(54) Chato é aquele que suja a praia.

Um fator interessante é que essas expressões pronominais – *Quem* ou *Aquele que* que compõem um perfil de referência – parecem trazer em si mesmas uma demanda de estruturação implicativa. Em primeiro lugar, afirmamos isso porque elas inevitavelmente compõem uma oração subordinada, como podemos ver pela baixa aceitabilidade da seqüência em (52), que as apresenta constituindo o que formalmente seria um período simples. Em segundo lugar, a construção de uma condição implicativa, como nos sugere as formulações de Kleiber (2000), envolve, necessariamente, o investimento de uma delimitação, já que a conseqüência não incide sobre Z ou W, indiscriminadamente, mas sobre Z ou W em determinada condição. E essa delimitação coincide com a demanda sintática das expressões *Quem* ou *Aquele que*, pois elas somente se inserem na materialidade sintática de uma articulação restritiva, o que fica evidente pela baixa aceitabilidade da seqüência em (53), que coloca essas expressões formando um constituinte autônomo de uma oração independente. Ou seja, tais expressões articulam-se exclusivamente com complementos restritivos que com elas se agreguem para formar um constituinte oracional de uma oração que chamamos de principal, em termos tradicionais.

Explicitando melhor, assim como o lugar de sujeito gramatical em uma sentença qualquer traz uma demanda de finitude como condição de aceitabilidade da sentença, porque um elemento sujeito exige uma conjugação verbal que a ele articule, as referidas expressões impõem uma estruturação implicativa como a que encontramos em (54)<sup>50</sup>. Dessa forma, o predicado da sentença que esteja articulado a um sintagma sujeito encabeçado por *Quem* ou *Aquele que*, sintagma esse que constrói uma condição, assumirá, impreterivelmente, o sentido de conseqüência implicativa. Sendo indiferente a constituição desse predicado: esteja ele formando um amplo escopo de referência delimitado pela memória enunciativa do verbo, como “não obriga” na sentença “Quem aconselha não obriga”, mobilizada acima; seja ele constituído por um parâmetro de referência, “com ferro será ferido” em “Quem com ferro fere, com ferro será ferido”, por exemplo; seja constituído por uma referência pontual, como “merece Nestlé” em “Quem é especial merece Nestlé”, ou ainda esteja constituindo uma caracterização, como “chato” em “Chato é aquele que suja a praia”. No caso do grupo 1, portanto, as sentenças são estruturalmente binárias por uma exigência sintática das expressões

<sup>50</sup> Adiante faremos algumas reflexões a respeito das expressões “Quem” ou “Aquele que” constituindo um perfil de referência ao trabalharmos sobre a hipótese de que elas constituam um índice de proverbialidade.

*Quem* ou *Aquele que*, e essa estrutura bipartida está naturalmente disposta à construção implicativa por uma demanda semântica dessas mesmas expressões.

Decerto, não poderíamos construir uma sentença, cujo lugar de sujeito fosse ocupado por um sintagma oracional da natureza do sintagma composto pelas expressões em análise, que estivesse configurada em um modo de enunciação não-proverbial. Trata-se de uma constituição sintagmática desprovida de versatilidade, e é precisamente isso que faz com que seja atribuído às sentenças cuja forma seja *Quem x y* o estatuto de sentenças proverbiais prototípicas. Devemos lembrar que categorizamos as expressões segundo a referência que constituem, estamos falando aqui tão somente da demanda sintática e semântica das expressões *Quem* e *Aquele que* que configuram um perfil de referência, demanda essa que é diferente daquelas imputadas por essas expressões quando, como mostramos na seção anterior, constituem algum tipo de projeção de referência.

As sentenças do grupo 2, cujos exemplos mencionados acima são “Passarinho que acompanha morcego dorme de cabeça para baixo” e “Belas penas não fazem belos pássaros”, perfazem a condição implicativa proverbial em dois movimentos. O primeiro diz respeito à constituição da condição implicativa pela restrição investida sobre o núcleo do sintagma, que, sendo um nome pleno, guarda em seu domínio um recorte de sentidos que por si mesmo constitui uma restrição.

O segundo movimento diz respeito à constituição de um sentido metafórico que, segundo o nosso entender, parece se construir pelo mecanismo enunciativo de atualização de um sentido amplo presente em uma virtualidade discreta da língua. Essa atualização parece se concretizar por meio da organicidade de uma proposição que compartilharia com esse sentido amplo a mesma estrutura arbórea, hierárquica, de inteligibilidade<sup>51</sup>. Esse seria o mecanismo básico de construção metafórica. Para explicitarmos isso melhor, proporemos a seguinte paráfrase para a sentença “Passarinho que acompanha morcego dorme de cabeça para baixo”: “O homem que segue indivíduos que divergem da sua natureza faz coisas contrárias à sua natureza”. Tanto uma como outra sentença se constroem por uma mesma hierarquia de inteligibilidade, por uma mesma seqüência de causalidade e conseqüência em uma estrutura arbórea de organização dos sentidos em que no centro, no comando da relação de causa-

---

<sup>51</sup> A expressão ‘estrutura arbórea de inteligibilidade’ foi motivada pela leitura que fizemos de Sousa Dias (1995), o qual nos explica que a árvore, no pensamento ocidental, representa uma “unidade prévia ou superior”, um “centro de coordenação” ou “um ponto primeiro de ramificação”, sendo um modelo de representação hierárquica que pretende dar conta das multiplicidades. Fizemos então uma associação entre esse modelo de inteligibilidade e o sentido das sentenças proverbiais, já que essas sentenças indicam regularidades estruturantes (KLEIBER, 2000), i.e., constituem uma espécie de modelo de inteligibilidade para as diversas situações que podem ser referidas por elas.

conseqüência, encontra-se o sentido da vulnerabilidade. Tal sentido, diríamos, figura nas sentenças em análise como pivô implicativo. Da mesma forma que o sentido da justiça parece ser o pivô implicativo da sentença “Quem com ferro fere, com ferro será ferido”, utilizada para ilustrar o grupo anterior.

Já a construção implicativa das sentenças do grupo 3, cujo exemplo adotado acima foi “A adversidade faz homens; a prosperidade, monstros”, envolve a constituição de um paralelismo. Os nomes “adversidade” e “prosperidade”, estabelecem uma articulação sintática particular para alcançar a restrição, de que falamos acima, necessária à condição implicativa. Nessa articulação sintática peculiar, determinam-se mutuamente pelo paralelismo que estabelecem. Trata-se de um paralelismo contrastivo, assim como ocorre com “homens” e “monstros”, ocupantes do lugar de objeto. Ou seja, os nomes são determinados por articulações realizadas fora do domínio do sintagma menor que constituem. Contudo, a despeito dessa diferença de constituição de sentido em relação às sentenças dos grupos anteriores, podemos perceber algo em comum entre as sentenças deste grupo e dos anteriores: a condição e a conseqüência implicativa estão alocadas, respectivamente, no lugar de sujeito e no domínio da predicação. Assim, a sentença acima poderia ser parafraseada da seguinte maneira: “a condição de adversidade implica a conseqüência da formação da humanidade, assim como a condição de prosperidade implica a conseqüência da formação da monstruosidade”. Parece-nos que temos dessa vez, no centro da hierarquia de inteligibilidade, o sentido da superação como pivô implicativo.

Finalmente, consideremos o grupo 4, para o qual um exemplo seria a sentença “A ocasião faz o ladrão”. Aqui a condição parece estar alocada, mais uma vez, no lugar de sujeito gramatical enquanto a conseqüência implicativa parece imprimir-se no âmbito da predicação, pois essa sentença pode ser parafraseada da seguinte maneira: “se há uma ocasião propícia, ela determina o desenvolvimento de comportamentos condizentes”. E na medida em que “ocasião” e “ladrão” constituem um parâmetro de referência, há também aqui o movimento de associação de hierarquias de inteligibilidade próprio de uma referência metafórica construída no entorno do sentido amplo que pode ser, segundo a interpretação, o da vulnerabilidade ou o da necessidade.

Nas sentenças desse grupo, a restrição própria da condição implicativa, constituída pelo elemento ocupante do lugar de sujeito, parece se efetuar pelo movimento básico de articulação da sentença como um todo, ou seja, o elemento ocupante do lugar de sujeito e o predicado das sentenças se determinam mutuamente. A “ocasião” aqui não é qualquer, ela está para a relação que se estabelece com o predicado “faz o ladrão”, ou seja, é essa relação

que produz os recortes na memória histórico-social de sentidos encapsulada pelos nomes plenos. Esse movimento de interdeterminação, ou restrição, é algo constitutivo da referência nos domínios da sentença; porém, ele se torna mais nítido nas sentenças pertinentes ao grupo 4, tendo em vista a ausência de um complemento restritivo no interior do sintagma.

O quadro abaixo mostra de forma mais esquemática a distribuição do sentido implicativo na constituição das sentenças dos quatro grupos que reconhecemos acima.

Grupos	Exemplos	
	Condição	Conseqüência
1	Quem aconselha	não obriga.
2	Passarinho que acompanha morcego	dorme de cabeça para baixo.
	Belas penas	não fazem belo pássaros.
3	A adversidade a prosperidade	faz homens; monstros.
4	A ocasião	faz o ladrão.

**Quadro: Construção da estrutura implicativa**

Verificando a constituição implicativa das sentenças proverbiais apresentadas aqui, pertinentes aos grupos 1, 2, 3 ou 4, podemos dizer que o sentido implicativo parece se sobressair de um movimento dialético entre a condição e a conseqüência implicativas. Em termos sintáticos, seria um movimento dialético entre as inteligibilidades constituídas no escopo do lugar de sujeito e no escopo da predicação.

Como dissemos anteriormente, os provérbios denominam uma situação de forma genérica. E essa denominação, acreditamos, refere a situação dando a ela o sentido que podemos apreender do pivô implicativo. Sobre a denominação, Perrin (2000:76) nos diz que “sejam ou não proverbiais, as frases idiomáticas denominam, precisamente por sua forma idiomática, a situação à qual se tomou o hábito de reagir as enunciando” constituindo uma “denominação auto-delocutiva”, já que “fazem alusão às suas próprias enunciações anteriores”<sup>52</sup>. Diríamos, em outras palavras, que a condição de forma idiomática seria a própria injunção de uma memória de enunciações anteriores arraigada à materialidade das sentenças. Se, contudo, hipoteticamente desprovêssemos as sentenças dessa memória e nos atívêssemos ao sentido composicional das sentenças, devemos admitir que, vislumbrando a constituição da estrutura implicativa por esse outro ângulo, e a despeito das diferenciações

<sup>52</sup> Tradução nossa.

que apontamos na constituição orgânica interna da condição implicativa, proporíamos a distribuição dessas sentenças em dois grupos apenas. Nesse caso, alocaríamos as sentenças do grupo 1 de um lado e as sentenças dos grupos 2, 3 e 4 de outro. Para que possamos discutir essa questão, vejamos outros exemplos no quadro abaixo, distribuídos nesses dois grupos, desta vez.

Grupos		Exemplos
1	1	(55) Quem com ferro fere, com ferro será ferido.
2	2	(56) a. O tempo que vai, não volta. b. A roupa suja lava-se em casa.
	3	(57) A palavra é de prata, e o silêncio é de ouro.
	4	(58) A afeição cega a razão.

**Quadro: Construção da estrutura implicativa: divisão em dois grupos**

As sentenças do grupo 1 têm uma constituição sintática que se presta, exclusivamente, ao sentido implicativo. Dizemos isso porque a estrutura *Quem/Aquele que x y* já estabelece, desde a sua composicionalidade, a condição de ser *x* para sofrer a consequência *y*, sendo uma estruturação implicativa, portanto. Em contrapartida, as sentenças do grupo 2 não possuem qualquer indicativo de implicação arraigado em sua estrutura, embora o seu histórico de enunciações favoreça uma interpretação implicativa. As sentenças pertinentes a esse grupo poderiam ter a sua estrutura composicional representada pela seqüência *x y*, apenas.

Se, por um lado, as sentenças dos grupos 1 e 2 diferenciam-se do ponto de vista composicional e, por conseguinte, também se diferenciam no processo de constituição do sentido implicativo, podemos dizer que, por outro lado, elas guardam a semelhança de constituírem, ainda no nível composicional, um amplo escopo de referência. Estando configuradas em um modo de enunciação mais generalizador, compreendemos que as sentenças do primeiro grupo constituem uma referência genérica proverbial, enquanto as sentenças pertinentes ao segundo grupo constituem uma generalização. Cabe, então, tratarmos brevemente dessa diferenciação.

### 3.3.4 Sentenças generalizantes: estabelecendo um breve contraste

Nesta seção, faremos uma sucinta descrição das sentenças que acabamos de denominar generalizantes, para que possamos elucidar, por contraste, a constituição referencial de sentenças que se configuram em um modo enunciação mais generalizador. O contraste será



estabelecido entre as sentenças generalizantes, como “Vidro quebra fácil” ou “Frutas são fontes de vitaminas” e, naturalmente, entre as sentenças “genéricas” ou “proverbiais”, que são o objeto central do nosso trabalho. Mais uma vez, não colocamos a discussão em termos de como a língua refere o mundo, o que nos obrigaria a tomar o mundo como parâmetro de adequação, mas de como a língua constitui referência.

Ao tratarmos essa questão da generalidade, traremos algumas considerações apresentadas por Müller (2003) em seu artigo intitulado “A expressão da genericidade nas línguas naturais”. Entretanto, devemos fazer a ressalva de que recorremos a um contorno terminológico, pois a autora chama de “genericidade” precisamente o que aqui nós chamaríamos de “generalidade”. Assim, quando reportamos, de alguma forma, ao trabalho de Müller (2003), estamos utilizando o termo ‘generalidade’, ou ‘sentenças generalizantes’, quando ela mesma utilizaria ‘genericidade’, ou ‘sentenças genéricas’.

Müller (2003:153) define sentenças generalizantes como aquelas que “expressam (o que para nós se apresentam como) regularidade ou leis mais gerais” e acrescenta que “fatos ou eventos particulares não confirmam ou desconfirmam diretamente uma sentença genérica [generalizante]” (p.154). Ou seja, são sentenças que não produzem uma referência pontual, estando, ao lado das sentenças proverbiais, alocadas na zona de um modo de enunciação mais generalizador.

Apresentando-nos a conformação dessas sentenças, a autora retoma Carlson (1977; 1982) em estudo acerca dos plurais nus, “sintagmas nominais plurais [...] que ocorrem sem determinante” (MÜLLER, 2003:154), como “cães”, “filhos” ou “cidades”. Segundo Carlson<sup>53</sup> (apud MÜLLER, 2003), esses plurais “são sempre nomes próprios de **espécies** (‘kinds’) e suas diferentes interpretações são geradas pelos diferentes tipos de predicados que a eles se aplicam” (MÜLLER, 2003:155). Ele se refere à diferenciação interpretativa entre espécie de indivíduos, que são “grupos de entidades definidas culturalmente” e objetos, que seriam exemplares de indivíduos. Quanto aos predicados, Carlson (apud MÜLLER, 2003:155) propõe a sua categorização em dois tipos: (a) predicados-de-indivíduos e (b) predicados-de-estágio. Vejamos os exemplos (60) e (61) abaixo, também tomados de empréstimo do texto de Müller (2003:155), mas aqui traduzidos para o português<sup>54</sup>.

<sup>53</sup> Cf. CARLSON, G. (1977). A unified analyses of the English bare plural. *Linguistics and Philosophy*. n.1. New York: Springer Netherlands, p. 413-456.

\_\_\_\_\_. (1977). *Reference to kinds in English*. Ph.D. dissertation, University of Massachusetts, Amherst. New York: Garland Press, 1980.

\_\_\_\_\_. (1982). Generic terms and generic sentences. *Journal of Philosophical Logic*. n. 11. New York: Springer Netherlands, p. 145-181.

<sup>54</sup> Tradução nossa.

(59) Cachorros latem.

(60) Cachorros estavam latindo no meu quintal.

Considerando as sentenças (59) e (60) acima, diríamos que é à espécie de indivíduos que se refere o sintagma “cachorros” na sentença em (59), ao passo que na sentença em (60) esse mesmo sintagma faz referência a um objeto representante do grupo por ele designado. Na construção de (59) há, portanto, um predicado-de-indivíduo, articulado ao sintagma nominal nu na constituição de uma referência genérica; enquanto a construção de (60) conta com um predicado-de-estágio, que produz uma referência pontual. Podemos ver que essa diferença de predicados ancora-se na forma verbal, pois na sentença genérica temos o presente do indicativo e na sentença de referência pontual temos um verbo no gerúndio, o que corresponde a uma diferenciação na constituição da temporalidade da sentença e, por isso, nos permite vislumbrar mais uma vez a temporalidade como fator determinante para a configuração do modo de enunciação da sentença.

Devemos, porém, fazer a ressalva de que, embora a marca diferencial pareça se ancorar na forma verbal das sentenças acima, a diferença que nos apresenta essas sentenças configuradas em modos de enunciação distintos incide, de fato, sobre o elemento ocupante do lugar de sujeito gramatical. Algo que Carlson (apud MÜLLER, 2003), de certa forma, nos apontou ao dizer que o tipo de predicado seria decisivo para determinar a interpretação do sintagma nu. Ou seja, é sobre o sintagma nu “cachorros”, ocupante do lugar de sujeito em ambas as sentenças, que incide a diferença de configuração referencial que há entre essas sentenças; utilizando a terminologia adotada por Müller (2003:156), diferença entre uma “leitura genérica [generalizante]” e uma “leitura existencial”.

Tendo em vista que a diferença na configuração do modo de enunciação incide sobre o elemento ocupante do lugar de sujeito, devemos considerar que a determinação de tal configuração não é exclusivamente dependente da temporalidade da sentença. É preciso que o próprio elemento ocupante do lugar de sujeito seja propício à generalização, como o são os plurais nus que, nos dizeres de Carlson (apud MÜLLER, 2003) reportados bem acima, designam espécies. Assim, se na sentença (59) tivéssemos “O meu cachorro” ou “O cachorro da Maria”, que produzem um efeito de apontamento para um referente singular, no lugar de “Cachorro”, teríamos uma constatação em vez de uma generalização, pois a sentença como um todo, “O meu cachorro/O cachorro da Maria late”, produziria esse mesmo efeito de apontamento para um referente exato. Há, portanto, uma interdeterminação entre os fatores temporalidade e propensão referencial do elemento ocupante do lugar de sujeito gramatical,

algo que também demonstramos em uma seção anterior quando discutimos a articulação das expressões *Quem* ou *Aquele que* com diferentes formas verbais.

Após termos feito uma breve discussão a respeito da constituição das sentenças generalizantes, vejamos as sentenças abaixo para que possamos compreender, por comparação, a distribuição delas no *continuum* dos modos de enunciação.

(61) Quem não tem cachorro caça com gato.

(62) Cachorro que late não morde. [34]

(63) Cachorro precisa de carinho.

A sentença proverbial em (61) produz, naturalmente, um perfil de referência no domínio do lugar de sujeito, “Quem não tem cachorro”, constituindo um índice de referência no qual diversos referentes podem adentrar. As sentenças (62) e (63), como podemos observar pela constituição do elemento ocupante do lugar de sujeito, “Cachorro que late” e “Cachorro”, respectivamente, não produzem um perfil, em princípio; antes, porque esse elemento constitui uma referência não-pontual, produzem uma generalização acerca de um grupo determinado. Nesse sentido, diríamos que as sentenças generalizantes são o que poderíamos chamar de definitórias já que designam uma generalização que incide sobre um grupo determinado; por contraste com as sentenças proverbiais, que são o que chamamos de indexicais, uma vez que não designam um grupo determinado, mas um perfil.

No que concerne à articulação que perfaz a estrutura dessas sentenças, já vimos que sentenças proverbiais, como a (63), constroem-se sobre a base de uma estrutura implicativa. Para as sentenças generalizantes, Müller (2003:161) nos apresenta uma proposta de Heim (1982)<sup>55</sup> em que, motivada por um estudo de sentenças condicionais desenvolvido por Lewis (1975 apud MÜLLER, 2003:161),<sup>56</sup> ela proporia uma articulação entre uma restrição – conjunto de condições – e uma matriz – conjunto de conseqüências. E, completando essa linha, Krifta (1988; 1995 apud MÜLLER, 2003:161)<sup>57</sup> sugere que, sobre esses dois “argumentos” – restrição e matriz – atuaria um operador genérico. Assim, segundo esses

<sup>55</sup> Cf. HEIM, I. (1982). *The semantics of definite and indefinite noun phrases*. Tese de doutorado, University of Massachusetts, Amherst.

<sup>56</sup> Cf. LEWIS, D. (1975). Adverbs of quantification. In: KEENAN, E. (Ed.). *Formal semantics of natural languages*,. Cambridge: Cambridge University Press, p. 3-15.

<sup>57</sup> Cf. KRIFTA, M. et al. (1995). Genericity. An introduction. In: CARLSON, G. & PELLETIER, F. J. (Eds.). *The generic book*. Chicago & London: The University of Chicago Press.

KRIFTA, M. (1995). Focus and the interpretation of generic sentences. In: CARLSON, G. & PELLETIER, F. J. (Eds.). *The generic book*. Chicago & London: The University of Chicago Press.

\_\_\_\_\_. (1988). The relational theory of genericity. In: \_\_\_\_\_. (Ed.). *Genericity in natural language*. SNS-Bericht 88-42, University of Tübingen.

moldes, as sentenças em (62) e (63) receberiam as seguintes interpretações que parafraseamos em (62') e (63').

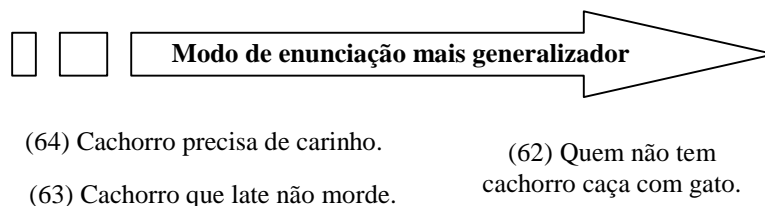
(62') Geralmente, se  $x$  é um cachorro que late,  $x$  não morde.

(63') Geralmente, se  $x$  é um cachorro,  $x$  precisa de carinho.

Tais interpretações, inegavelmente plausíveis, parecem apenas desenvolver uma constatação em condição, pois compreendemos que essa articulação entre restrição e matriz não está na base da constituição orgânica dessas sentenças. Diferentemente das sentenças proverbiais, encabeçadas pelas expressões *Quem* ou *Aquele que*, as quais demandam uma estrutura implicativa (*Quem/Aquele que  $x$   $y$* ) e, por conseguinte, uma semântica implicativa; nas sentenças generalizantes, definitórias, vislumbramos uma estrutura  $x$   $y$ , que nos parece condizente com uma semântica constativa.

Algumas dessas sentenças, a despeito de, segundo o nosso ponto de vista, não se constituem sobre uma estruturação implicativa, ganham exemplaridade e são encontradas no acervo de provérbios da língua. Esses casos, para os quais temos o exemplo (63) acima, teriam a constituição de um índice de referência, necessário à proverbialidade, vinculada a uma memória auto-delocutiva, i.e., a uma memória de enunciações anteriores da sentença em um modo de enunciação proverbial.

Vejamos então a distribuição das sentenças de (62) a (64), no *continuum* dos modos de enunciação.



**Esquema: *Continuum* dos modos de enunciação**

Como se pode ver, recortamos no esquema acima apenas a zona que corresponde ao modo de enunciação mais generalizador e devemos observar que a sentença “Cachorro que late não morde”, por exemplo, ao angariar o traço indexical, sendo configurado por um modo de enunciação proverbial, migraria em direção à maior amplitude referencial. Esse processo se efetua, evidentemente, pela atualização dessa sentença em um sentido metafórico. Por isso, destinamos a próxima seção a uma discussão sobre a questão da metaforicidade.

### 3.3.5 A questão da metaforicidade

#### 3.3.5.1 A visão tradicional

Não raramente, estudos lingüísticos dedicados a expressões genéricas de caráter proverbial consideram o sentido metafórico como um traço relevante na descrição semântica dessas expressões. A título de exemplo, mencionemos aqui mais uma vez os trabalhos de Kleiber (2000), Perrin (2000) e Schapira (2000).

Segundo Kleiber (2000:52), a implicação, parte do esquema semântico elementar das sentenças proverbiais, não necessariamente se revela na superfície da sentença-significante do provérbio, i.e., pode ser mais complexa do que o sentido apresentado na sentença literal, não se resumindo a uma relação simples entre antecedente e conseqüente. Assim, considerando o provérbio “A admiração é filha da ignorância”, esse autor diria que o sentido implicativo que constitui o sentido dessa sentença não é aquele expresso pelo seu sentido literal e que tentar encontrar a qualquer preço uma implicação na literalidade de todos os provérbios, tal como podemos observar em provérbios do tipo exemplificado por “Quem faz merece o que constrói” ou ainda em provérbios metafóricos como “Cão que ladra não morde”, seria um erro em que incorrem vários autores. Kleiber (2000) ressalta, portanto, que o sentido da sentença que o materializa não coincide com o sentido do provérbio enquanto tal.

Perrin (2000:75), por sua vez, também aponta o traço metafórico na descrição de algumas sentenças proverbiais. Ao tratar da condição denominativa dos provérbios, reconhece em algumas dessas expressões idiomáticas complexas uma opacidade composicional, mais ou menos acessível, resultante de um processo de decodificação (ou lexicalização) de uma imagem metafórica.

Da mesma forma, Schapira (2000:88) afirma que a metaforicidade é um dos traços definidores mais característicos das fórmulas proverbiais, ainda que pareçam ser aplicados de forma literal quando figuram como sentenças de moral em fábulas, por exemplo. Consideremos a fábula que segue, a fim de discutirmos essa afirmação com mais propriedade.

#### **A gralha vaidosa<sup>58</sup>**

Júpiter deu a notícia de que pretendia escolher um rei para os pássaros e marcou uma data para que todos eles comparecessem diante de seu trono. O mais bonito seria declarado rei.

Querendo arrumar-se o melhor possível, os pássaros foram tomar banho e alisar as penas às margens de um arroio. A gralha também estava lá no meio dos outros, só que tinha certeza de que nunca ia ser a escolhida,

<sup>58</sup> Esta versão da fábula “A gralha vaidosa” foi encontrada no sítio <http://www.metaforas.com.br/infantis/agralhavaidosa.htm>, acessado no dia 11 de dezembro de 2008.

porque suas penas eram muito feias. "Vamos ter que dar um jeito", pensou ela.

Depois que os outros pássaros foram embora, muitas penas ficaram caídas pelo chão; a gralha recolheu as mais bonitas e prendeu em volta do corpo. O resultado foi deslumbrante: nenhum pássaro era mais vistoso que ela.

Quando o dia marcado chegou, os pássaros se reuniram diante do trono de Júpiter; Júpiter examinou todo mundo e escolheu a gralha para rei. Já ia fazer a declaração oficial quando todos os outros pássaros avançaram para o futuro rei e arrancaram suas penas falsas, uma a uma, mostrando a gralha exatamente como ela era.

Moral: Belas penas não fazem belos pássaros.

Se observarmos a sentença de moral “Belas penas não fazem belos pássaros” na relação que estabelece com o enredo da fábula apresentada acima e imaginarmos a mesma sentença atuando como provérbio em outro texto, podemos atestar precisamente as considerações de Schapira (2000). Tendo a sua formulação elaborada em consonância com o enredo da narrativa que a antecede, a sentença em questão se aplica literalmente à fábula. Contudo, para que tenha a pretensão de produzir um efeito moralizante, é preciso que ela seja compreendida como uma sentença metafórica que faça referência a situações e ações humanas<sup>59</sup>, o que faz com que essa sentença possa ser empregada, também metaforicamente, dentro de outros domínios semântico-enunciativos que tratem de qualquer matéria em que seja pertinente a moralidade apontada por ela. Nessa expansão de pertinência parece residir a relação entre metaforicidade e indicialidade.

A noção de metáfora parece ter sido mobilizada nos estudos retomados acima tal como ela é tradicionalmente compreendida. A metáfora costuma ser abordada como uma figura de palavra ou tropo, recurso de expressão que consiste “na mudança do sentido real de uma palavra para seu sentido figurado” (SARMENTO, 2006:571), ou seja, um tipo de figura de linguagem. A definição do termo ‘metáfora’ encontrada no *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* parece se alinhar a essa perspectiva tradicional:

Metáfora – s.f. (sXIV cf. AGC) designação de um objeto ou qualidade mediante uma palavra que designa outro objeto ou qualidade que tem com o primeiro uma relação de semelhança (p.ex., ele tem uma vontade de ferro, para designar uma vontade forte, como o ferro) ꞛ etim lat. *metaphōra*, ae 'metáfora', do gr. *metaphorá,ês* 'mudança, transposição', p.ext. em ret 'transposição do sentido próprio ao figurado, metáfora', do v. *metaphéro* 'transportar'; ver met(a)- e -fora; f.hist. sXIV *metaphora*, 1450-1516 metáforas. (HOUAISS, 2007)

<sup>59</sup> Kleiber (2000:45), considerando quais seriam as condições para que uma sentença genérica venha a ser um provérbio, diz que a primeira observação feita é sobre o fato de que os provérbios parecem se restringir aos homens, diferentemente de outras frases genéricas que podem versar sobre todo tipo de entidade.

A especificidade da metáfora, entre as figuras de palavra, está no fato de ela ser o “emprego de uma palavra fora de seu sentido próprio”, um desvio, portanto, cuja base de constituição é uma “comparação subentendida” (SARMENTO, 2006:572). Essa concepção de desvio supõe que existam usos regulares – e aqui estamos utilizando o termo ‘regular’ no sentido de ‘exato’ ou ‘segundo as regras’ – que façam as vezes de parâmetro em relação ao qual os outros usos, chamados figurados, sejam considerados desviantes.

Essa espécie de irregularidade, no caso da metáfora, ocorreria na relação designação-referente. Explicitando melhor, a metáfora se constituiria por um procedimento subjacente de comparação entre o referente designado pela aplicação regular da palavra e o referente designado pela aplicação metafórica dessa mesma palavra, construindo ou explorando uma espécie de proximidade que haveria entre esses referentes. A definição reproduzida acima, quando diz ser a metáfora uma “designação de um objeto ou qualidade mediante uma palavra que designa outro objeto ou qualidade que tem com o primeiro uma relação de semelhança”, nos sugere uma abordagem que poderíamos chamar de ontológica, o que, de maneira mais ampla, nos revela uma visão ontológica sobre o funcionamento da língua. Consideremos o seguinte provérbio a fim de elucidarmos essa discussão.

(64) A água silenciosa é a mais perigosa.

Como indicamos, uma perspectiva ontológica parece partir do princípio de que há uma designação direta naturalmente vinculada a um referente. Seguindo esse princípio, então, afirmaríamos que a enunciação proverbial da sentença em (64) conta com a produção de uma designação secundária dessa sentença, já que, como provérbio, ela constitui uma referência genérica em que “água silenciosa” e “água perigosa” lançam-se para além da sua literalidade e, dessa forma, ganham indicialidade. Imaginemos a seguinte situação: se dois interlocutores estivessem diante de um lago e um deles proferisse a sentença em (64), como um provérbio, certamente não estaria se referindo a calmaria das águas que estavam diante de si, mas estaria tipificando uma categoria de situação humana em que a aparência (“silenciosa”) suscitasse um julgamento inversamente proporcional a sua real natureza (“perigosa”)<sup>60</sup>.

### 3.3.5.2 Breve retomada de uma visão comunicativo-cognitivista

Se a tradição afirma uma perspectiva ontológica, Sperber e Wilson (apud Silveira,

---

<sup>60</sup> Não descartamos a possibilidade de que em uma situação como essa um locutor enunciasse a sentença (3) em sentido literal, apenas afirmamos que, se ela for tomada como um provérbio, a genericidade que caracteriza um enunciado proverbial nos impele a tomar a sentença como uma metáfora.

2004) nos apresentam uma perspectiva comunicativo-cognitivista, tomando como parâmetro de literalidade e não-literalidade a representação do pensamento. A partir de uma abordagem “situada na interface da semântica com a pragmática cognitiva”, afirmariam que

todo enunciado é uma interpretação de um pensamento – a proposição expressa por ele assemelha-se a um pensamento que o falante pretendeu comunicar – [...] a metáfora é uma figura de linguagem que explora a interpretação nesse nível, pois ao usá-la o falante pretende comunicar um pensamento mais complexo e seu enunciado permitirá que muitas suposições sejam deriváveis dele. (Silveira, 2004:219-220)

Aqui, o parâmetro que determina a literalidade do enunciado é o pensamento. Ressaltamos, porém, que o enunciado é concebido como uma interpretação do pensamento, e não como uma representação dele<sup>61</sup>, o que liberta o enunciado da pretensão de coincidir com o pensamento. Nesse sentido, a “literalidade é apenas um caso especial de semelhança interpretativa”, enquanto “as linguagens figuradas ou metafóricas” são “interpretações menos-que-literais dos pensamentos do falante” (SILVEIRA, 2004:218; 220). De acordo com Silveira (2004:226), “a literalidade é tratada por Sperber e Wilson como um caso limite, não como uma norma [...] havendo muitos casos em que o enunciado literal não é o mais relevante”. Para eles, “a literalidade é simplesmente um caso de semelhança [...] e não tem qualquer status privilegiado”.

Percebemos então que, os diferentes níveis de semelhança entre as formas proposicionais do pensamento e do enunciado não correspondem a diferenças nos elementos envolvidos no processo de compreensão, o qual é compreendido “como um processo de identificar a intenção informativa do falante” (SILVEIRA, 2004:220). Em outras palavras, independentemente de a forma lingüística ser literal ou metafórica, a compreensão será o resultado da interação entre determinações lingüísticas e contextuais, interação de processos gramaticais e pragmáticos que visa “preencher o hiato entre as representações semânticas das sentenças e a interpretação de enunciados no contexto” (SILVEIRA, 2004:221 revisando WILSON e SPERBER, 1991)<sup>62</sup>.

### 3.3.5.3 A metáfora como um fenômeno sintático e enunciativo

Passemos agora a algumas reflexões acerca da constituição enunciativa do sentido

---

<sup>61</sup> Estamos descartando aqui a noção de representação em sentido estrito, que consideraria o enunciado como uma descrição do pensamento. Mas, em sentido amplo, podemos dizer que o enunciado representa o pensamento, uma vez que este último só se manifesta pelo primeiro.

<sup>62</sup> Cf. WILSON, D; SPERBER, D. Loose talk. In: DAVIDS (Ed.). *Pragmatics – A reader*. New York, Oxford: University Press, 1991.



metafórico. Diferentemente das abordagens apresentadas acima tradicional e comunicativo-cognitivista, acreditamos que o julgamento dos sentidos em uma escala que vai do literal ao metafórico é determinado pelo histórico de enunciações a que se filiam os elementos da construção lingüística.

Como mencionamos em nosso primeiro capítulo, Pêcheux (1998:25), na tentativa de delimitar a natureza da língua (o “real da língua”), afirma que a língua comporta um “fato estrutural implicado pela ordem simbólica”. O autor depreende que o simbólico é inerente à linguagem e que, por conseguinte, a refração natural da ordem simbólica não é exclusividade poética, não é resultante do extraordinário; ao contrário, permeia o acontecimento lingüístico até mesmo no dizer corriqueiro. Ele postula ainda que há um nível da realidade simbólica que escapa ao domínio consciente do sujeito psicológico, uma vez que ele se encontra imerso nessa realidade, afetado por uma memória histórico-social. Assim, a língua revela-se como não apenas um “jogo das regras”, mas também um “jogo sobre as regras”, pois “toda construção sintática é capaz de deixar transparecer uma outra” (PÊCHEUX, 1998:28) justamente devido ao que chamamos de refração natural da ordem simbólica, o que por vezes dá subsídios à ambigüidade, ao equívoco e, estamos entendendo aqui, também à metaforicidade.

A referência naturalmente se constitui por um efeito necessário de correspondência entre a língua e o mundo, entretanto, não perdemos de vista que “a relação com o que está fora da linguagem é uma construção de linguagem [...] é uma relação de sentido entre as palavras” (GUIMARÃES, 2007). Entendemos que esse efeito de apontamento para o mundo é constituinte dos elementos lingüísticos por sua própria condição de constituintes de referência e está configurado por um entrecruzamento de sentidos constituído pelo histórico de enunciações anteriores desses elementos, cabendo ao presente da enunciação fazer os recortes nessa malha de sentidos para a constituição de uma referência particular. Em resumo, diríamos que os sentidos são históricos e constitutivos da referência produzida no presente da enunciação.

Assim, segundo a nossa perspectiva, não há razão para atribuímos a um elemento lingüístico um sentido que seja anterior, literal, em comparação a outro que poderíamos considerar desviante, metafórico. Ou seja, tendo em vista que a referência não se dá por uma relação direta e natural entre a língua e o mundo, mas é mediada por uma construção de sentidos, não justifica estabelecermos uma hierarquia que conceda ao sentido literal mais objetividade do que ao metafórico, como fazem as abordagens tradicionais; nem mesmo uma hierarquia cujo fundamento seja a semelhança da forma proposicional do enunciado com o

que se quer comunicar, a saber, o pensamento, tal como faz a abordagem comunicativo-cognitivista reportada acima. Considerando que a referência se constrói pela relação de sentido entre as unidades lingüísticas na articulação sintática, o recorte produzido nessa relação é sempre a forma mais direta de apontar para o referente em uma dada enunciação.

Nesse quadro teórico, a manutenção da diferença entre sentido literal e sentido metafórico não se sustenta da maneira como está estabelecida, i.e., não se sustenta enquanto fundamentada em uma precedência do sentido literal da forma como a natureza dessa precedência tem sido concebida. Contudo, admitimos que operar com essa diferença pode ser produtivo se nos investirmos no propósito de investigar uma possível relação entre o modo de enunciação da sentença – fator que determina a sua configuração referencial – e o aspecto literal ou metafórico em que está configurado o sentido dessa mesma sentença; lembrando que o sentido é constitutivo do referente produzido pelo enunciado.

Antes de nos determos em alguns exemplos a fim de investigarmos essa relação, devemos dizer, então, que consideramos aqui literalidade e metaforicidade por um critério que se sustenta na memória de sentidos dos elementos que se articulam na construção das sentenças ou na memória de enunciações dessas sentenças. Assim, a literalidade seria um efeito que se sustenta sobre a recorrência de determinadas associações sintáticas e semânticas, recorrência essa que se imprimiria como estabilidade no que poderíamos chamar de virtualidade discreta da língua.

A metaforicidade, por sua vez, seria um efeito de desdobramento referencial, quando “a construção sintática deixa transparecer uma outra”. Ou seja, as sentenças consideradas metafóricas seriam aquelas que nos permitem vislumbrar uma referência construída por uma injunção da memória constitutiva da virtualidade discreta da língua, que carrega estabilidades, e paralelamente, residindo sobre a mesma articulação sintática, desvelam outra constituição de referência que se configura segundo a atualidade da enunciação. Para observarmos esse desdobramento referencial, novamente tomemos como exemplo a sentença em (66), moral da fábula acima.

(65) Belas penas não fazem belos pássaros. [49b]

Os elementos lingüísticos “belas penas” e “belos pássaros”, respectivos ocupantes dos lugares de sujeito gramatical e de objeto da sentença (65), apresentam-se discretizados em uma memória de recorrências enunciativas impressa na virtualidade da língua. Segundo essa memória, esses elementos estão vinculados a um mesmo domínio semântico e produzem uma

referência delimitada, que se encerra em si mesma. A constituição de uma referência paralela, o “salto” para a metaforicidade, se dá pelo modo de enunciação em que está configurada a sentença, ou seja, por estar configurada em um modo de enunciação proverbial, sendo que a articulação entre os elementos ocupantes do lugar de sujeito e de objeto da sentença os torna parâmetros de referência, ganham indicialidade, portanto. Quaisquer referentes que se alinhem a esse parâmetro, que poderíamos parafrasear pela relação entre “essência” e “aparência”, ou melhor, qualquer situação que se alinhe a esse parâmetro é potencialmente referido pela sentença “Belas penas não fazem belos pássaros”. Assim, acreditamos que a metaforicidade ou a literalidade se definem pela relação que se estabelece entre a condição dos elementos lingüísticos na virtualidade discreta da língua e a condição desses elementos em um dado acontecimento enunciativo.

A noção de virtualidade discreta traz consigo a concepção de que os elementos lingüísticos, que se articulam no acontecimento enunciativo, carregam feixes de potencialidades. Esses feixes de potencialidades organizam-se em colméias de inteligibilidade, relações distinguíveis em uma memória histórico-social de sentidos, na virtualidade da língua. A metáfora seria um movimento de deslocamento que opera sobre essa potencialidade construindo relações discrepantes, um fenômeno que tem lugar na articulação sintática em interface com a enunciação.

Como dissemos “pássaros” e “penas” constituem, mutuamente, o domínio semântico de determinação na virtualidade discreta da língua, já compõem uma espécie de colméia de inteligibilidade, por isso fariam também um enunciado literal. Contudo, produzem uma discrepância em relação à recorrência a que estão agregados nessa virtualidade ao configurarem a genericidade da enunciação proverbial. O enunciado discrepante permite-nos alçar outra estrutura arbórea de inteligibilidade, também discrepante, compatível com a relação entre “essência” e “aparência”.

Vejamos mais um exemplo de fábula com sua respectiva sentença de moral para que possamos investigar a relação entre modo de enunciação e aspecto de sentido, i.e., investigar a relação entre modo de enunciação e metaforicidade/literalidade.

#### **O homem, seu filho e o burro<sup>63</sup>**

Um homem ia com o filho levar um burro para vender no mercado.

– O que você tem na cabeça para levar um burro estrada afora sem nada no lombo enquanto você se cansa? – disse um homem que passou por eles.

<sup>63</sup> Esta versão da fábula “O homem, seu filho e o burro” foi extraída do sítio <http://www.metaforas.com.br/infantis/ohomemeoburro.htm>, acessado em 11 de dezembro de 2008.

Ouvindo aquilo, o homem montou o filho no burro, e os três continuaram seu caminho

– O rapazinho preguiçoso, que vergonha deixar o seu pobre pai, um velho andar a pé enquanto vai montado! – disse outro homem com quem cruzaram.

O homem tirou o filho de cima do burro e montou ele mesmo. Passaram duas mulheres e uma disse para a outra:

– Olhe só que sujeito egoísta! Vai no burro e o filhinho a pé, coitado...

Ouvindo aquilo, o homem fez o menino montar no burro na frente dele. O primeiro viajante que apareceu na estrada perguntou ao homem:

– Esse burro é seu?

O homem disse que sim. O outro continuou:

– Pois não parece, pelo jeito como o senhor trata o bicho. Ora, o senhor é que devia carregar o burro em lugar de fazer com que ele carregasse duas pessoas.

Na mesma hora o homem amarrou as pernas do burro num pau, e lá se foram pai e filho aos tropeções carregando o animal para o mercado. Quando chegaram, todo mundo riu tanto que o homem, enfurecido, jogou o burro no rio, pegou o filho pelo braço e voltou para casa.

Moral: Quem quer agradar todo mundo no fim não agrada ninguém.

Considerando a configuração do escopo de referência, podemos dizer que no texto da narrativa se constrói uma referência pontual, ou seja, produz-se o efeito de apontamento para referentes particulares, personagens e situações determinadas. Já a sentença de moral constrói uma referência genérica, ancorado no pronome indefinido “Quem”, constrói um perfil ao qual imediatamente se alinha o “pai”, personagem da narrativa antecedente. Ou seja, a narrativa está configurada em um modo de enunciação mais especificador, ao passo que a sentença de moral perfaz um modo de enunciação proverbial. Quanto ao aspecto do sentido, não reconhecemos a oposição literalidade/metaforicidade na sentença de moral, pois a referência proverbial que constitui não é resultante de um desdobramento referencial, ou seja, não é resultante da constituição de uma estrutura arbórea de inteligibilidade paralela, discrepante do que estaria como recorrência na virtualidade da língua. A articulação entre os elementos lingüísticos “agradar todo mundo” e “não agradar ninguém” dispensa um investimento metafórico, uma vez que alcançam de antemão a construção de uma medida de razoabilidade, propriedade do sentido proverbial. Essa explicação também se aplica a diversas sentenças que figuram como slogans publicitários, a exemplo de “Quem compara assina NET COMBO”, que constrói uma medida de razoabilidade sobre o produto alvo da publicidade e, portanto, ao apresentá-lo no lugar de objeto, dispensa um desdobramento referencial para alcançá-lo.

Consideremos ainda um último exemplo antes de finalizarmos essa reflexão.

(66) Quem tem telhado de vidro não atira pedras no do vizinho.

Assim como a sentença de moral da fábula “O homem, seu filho e o burro”, a sentença em (66) constrói um índice de referência ancorado na ocupação do lugar de sujeito pelo pronome “Quem”. Como ocupantes dos lugares objeto, temos “telhado de vidro” para o verbo *ter* e “pedras” para o verbo *atirar*, que constituem um parâmetro de referência, realizando um desdobramento referencial. A articulação que se estabelece entre “ter telhado de vidro” e “jogar pedra no telhado do vizinho” constitui, por um desdobramento referencial, uma estrutura de inteligibilidade paralela, uma medida de razoabilidade que incide sobre a relação entre vulnerabilidade e perversidade.

Observemos o quadro abaixo em que demonstramos de forma comparativa a constituição da genericidade proverbial das três últimas sentenças analisadas nesta seção. Mais precisamente, procuramos demonstrar o movimento metafórico de constituição da estrutura de inteligibilidade de cada uma delas, ou seja, o movimento de constituição de uma referência proverbial.

---

#### Desenvolvimento da estrutura de inteligibilidade

---

Belas penas não fazem belos pássaros.



Sentido proverbial → A relação entre aparência e essência.

---

Sentido proverbial → Quem quer agradar todo mundo no fim não agrada ninguém.

---

Quem tem telhado de vidro não atira pedras no do vizinho.



Sentido proverbial → A relação entre vulnerabilidade e perversidade.

---

#### Quadro: Estrutura de inteligibilidade

Enfim, a metaforicidade, que se faz por um “jogo sobre as regras” da língua, sobre um confronto entre o presente do acontecimento e a virtualidade discretizada dos elementos lingüísticos na língua, parece ser um fenômeno favorável à construção da genericidade proverbial. Dizemos isso porque ela desencadeia um distanciamento em relação à temática veiculada pela literalidade da sentença e isso faz com que essa mesma sentença ganhe potencialidade de aderência a diversos domínios enunciativos. Ou seja, a sentença “Belas penas não fazem belos pássaros” não se resume à inteligibilidade ligada ao domínio de uma

enunciação sobre aves, nem a sentença “Quem tem telhado de vidro não atira pedra no do vizinho” se restringe ao domínio enunciativo da construção civil.

A despeito desse distanciamento, não podemos perder de vista que a referência metafórica reside sobre uma espécie de comparação e, por isso, realiza um movimento duplo (CANDIDO, 1992:41), a saber: ao mesmo tempo em que perturba o nexos estabelecido na virtualidade discreta da língua, no sentido de que perturba uma estabilidade referencial de efeito de apontamento para o mundo; em certa medida, preserva esse mesmo nexos para garantir o acesso à inteligibilidade construída pelo sentido proverbial. Queremos dizer, portanto, que o distanciamento em relação à temática da dimensão literal da sentença não significa uma ruptura, estando essa literalidade na raiz do sentido metafórico, tanto que, se modificássemos um elemento qualquer que constitui a sentença, por exemplo, se intercambiássemos “[telhado] do vizinho” por “próprio telhado”, criando a sentença “Quem tem telhado de vidro não atira pedras no próprio telhado”, teríamos a construção de um sentido proverbial diverso, a construção de uma medida de razoabilidade acerca da relação entre vulnerabilidade e consciência, talvez.

A razão entre nexos e distanciamento parece trazer a medida da constituição do traço indexical em sentenças proverbiais metafóricas. Dizemos isso porque o nexos produz o recorte do domínio de atuação do índice de referência, ao passo que o distanciamento confere a esse índice o caráter da insaturação. No que diz respeito a sentenças que contam com a presença das expressões *Quem* ou *Aquele que*, é mister admitir que a metaforicidade não é um recurso *sine qua non* para a constituição da proverbialidade dessas sentenças, i.e., trata-se de um recurso secundário, como podemos verificar pela ausência dele em diversos exemplos mobilizados até aqui.

Assim, a despeito de essas expressões serem passíveis de também construir uma projeção de referência, segundo a temporalidade estabelecida na sentença em que figuram, arriscamos a dizer que, no caso de estarem articuladas a combinações de formas verbais que favorecem a constituição de onitemporalidade, elas figuram como índices de proverbialidade. Na verdade, contamos com indícios de que tais expressões sejam índices enunciativos, pois parecem absorver por completo os ensejos do modo de enunciação das sentenças em que estão inseridos. No escopo das sentenças proverbiais, as expressões *Quem* e *Aquele que* demandam exclusivamente a construção de uma estrutura implicativa, além de já produzirem por si mesmas, no seu estado virtual na língua, um espaço de referência insaturado, ou seja, já produzirem no seu próprio domínio um índice insaturado de referência genérica. Da mesma forma, no caso das sentenças projetivas, elas também demandam uma estrutura que projeta

uma condição e uma conseqüência, além de configurarem no seu próprio domínio uma referência projetiva.

#### 3.4 “MAIS VALE QUEM DEUS AJUDA DO QUE QUEM CEDO MADRUGA”

Neste capítulo, nosso primeiro movimento consistiu em procurar indícios que nos permitissem apontar uma identidade enunciativa para os lugares de sujeito e de objeto por meio de um contraste estabelecido entre eles. Assim, investigamos as perspectivas de ocupação desses lugares no que se refere à constituição de referência. O olhar sobre essas perspectivas foi escolhido porque o processo de referência parece ser o ímpeto básico do dizer. Além disso, a comparação entre esses lugares especificamente foi motivada por que eles apresentam semelhanças formais entre si, produzindo associação com a categoria dos grupos nominais (MILNER, 1989).

Verificamos que ambos os lugares são passíveis de serem ocupados por elementos que constituam uma base referencial determinada, aceitando diversas gradações de definitude: referência determinada que aponte para um elemento entre muitos, para um conjunto ou para uma singularidade. A constituição de referência por uma ancoragem na enunciação também é compatível aos dois lugares sintáticos, bem como a constituição de uma referência indefinida. Contudo, a instalação de um perfil de referência parece estar associada apenas ao lugar de sujeito, pois as expressões indefinidas *Quem* e *Aquele que*, somente integram sentenças aceitáveis na língua ocupando o lugar de sujeito. Com o propósito de recuperarmos essa questão, consideremos a sentença (68).

(67) Mais vale quem Deus ajuda do que quem cedo madruga.<sup>64</sup>

Se considerarmos pelos traços apontados nas seções anteriores como determinantes para a delimitação de uma sentença proverbial, certamente julgamos a sentença acima como pertinente a essa categoria. Configurada em um modo de enunciação proverbial, devemos admitir então que as duas ocorrências do elemento *quem* nela encontradas perfazem um perfil de referência. Observemos então essas ocorrências no que diz respeito à ocupação do lugar sintático. A segunda ocorrência, não há dúvidas, é ocupante do lugar de sujeito no trecho “quem cedo madruga”, até mesmo porque o verbo *madrugar* apresenta um histórico de

---

<sup>64</sup> Esta sentença foi-me lembrada pela Professora Maria Luisa Braga durante os comentários que fez sobre o meu trabalho após minha apresentação no I SETED – I Seminário de Teses e Dissertações, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos da Faculdade de Letras da UFMG, em 2008.

recorrências indicando uma tendência a não-ocupação do lugar de objeto. O trecho “quem Deus ajuda”, por sua vez, parece desafiar as considerações que fizemos até aqui a respeito da exclusividade de ocupação do pronome indefinido *quem*.

Vislumbrando uma memória de enunciações que perpassa as potencialidades enunciativas do verbo *ajudar* e do nome *Deus*, tendemos a alocar esse nome no lugar de sujeito, ou seja, “Deus ajuda quem”, contrariando o que dissemos até o momento sobre a restrição que se aplica à expressão *quem*. Outra hipótese seria considerar que “Deus” é ocupante do lugar de objeto, restando ao pronome “quem” o lugar de sujeito. Teríamos, então, “quem ajuda Deus”. Essa segunda hipótese nos parece mais plausível por duas razões. Primeiramente porque, se substituíssemos o nome “Deus” por outros elementos nominais “pobres” ou “amigos”, que tenham as suas potencialidades enunciativas perpassadas por uma memória de enunciações diversa, haveria uma reversão de tendências, ou seja, naturalmente os colocaríamos no lugar de objeto, perfazendo “quem ajuda amigos/pobres”. Isso nos faz supor que o conflito que imaginamos foi estabelecido por uma injunção da memória enunciativa que perpassa a relação entre *Deus* e *ajudar*. Em segundo lugar, a alocação do pronome “quem” no lugar de sujeito parece-nos mais plausível pelo simples fato de que, dessa maneira, manter-se-ia o paralelismo da comparação, que parafraseamos da seguinte forma: “tem mais valor quem exerce o trabalho de ajudar a Deus do que quem exerce o trabalho de acordar cedo”.

Enfim, a sentença título desta seção não deixa de confirmar a nossa constatação sobre a exclusividade de ocupação do lugar de sujeito gramatical das expressões pronominais *Quem* ou *Aquele que*, constatação essa que foi a motivação inicial para o trabalho com sentenças proverbiais.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

### I SÍNTESE

Apresentamos, neste trabalho, algumas análises que procuraram tecer uma explicação por bases enunciativas da configuração sintática e semântica de sentenças que constituem referência proverbial, precisamente sentenças construídas pela fórmula *Quem/Aquele que x y*. Reconhecemos que são característicos das sentenças proverbiais os seguintes traços semântico-enunciativos: genericidade, onitemporalidade, indicialidade e estruturação implicativa.

Ao submetermos as sentenças a testes de comutação, verificamos que as modificações investidas no lugar de sujeito indicam uma reconfiguração do modo de enunciação da sentença, ou seja, vislumbramos que a variância na configuração enunciativa do lugar de sujeito estende-se para a sentença como um todo. E esse comportamento nos fornece indícios para fazermos a seguinte afirmação: diferentes configurações desse lugar conferem às sentenças a condição de constituir espectros de referência distintos.

Por outro lado, as modificações no lugar de objeto parecem se investir preponderantemente sobre a temática veiculada pela sentença, i.e., sobre o tema que está sendo submetido à genericidade proverbial. Tais mudanças não repercutem de forma determinante sobre a configuração enunciativa da sentença, conservando o *status* de sentença proverbial ainda que uma referência restrita esteja no domínio do lugar de objeto.

Procuramos também explicitar a constituição da estrutura e do sentido implicativo. Então, discorremos no sentido de mostrar que a implicação é um fenômeno simbólico que se imprime como um fator enunciativo na estrutura lingüística das sentenças proverbiais, ilustrando uma discrepância entre as dimensões constitutivas da língua, pois a implicação projeta-se para além da linearidade sintática das sentenças. Pretendemos mostrar que o sentido implicativo dos provérbios sobreleva da articulação entre uma condição alocada no lugar de sujeito e uma conseqüência alocada no espaço de predicação da sentença, revelando que a sua constituição guarda, como contraparte, uma regularidade sintática.

A análise mais detalhada da constituição de cada um dos traços definidores das sentenças proverbiais viabilizou um olhar mais detido sobre a interface entre sintaxe e enunciação na constituição das sentenças proverbiais, resultando na compreensão de que esses traços operam em uma relação de interdependência. Com essa análise em mãos,

também fizemos, com um olhar comparativo, uma pequena incursão em sentenças do tipo “ Vidro quebra fácil ” e “ Brasileiro gosta de samba ”, que denominamos generalizantes. Tal comparação nos permitiu compreender que, em linhas gerais, a diferenciação entre sentenças proverbiais e generalizantes consiste no fato de as primeiras construírem um índice referencial de base implicativa enquanto as últimas apresentam um caráter definitório.

Por fim, abordamos a questão da metaforicidade como um fator que favorece a configuração dos traços determinantes de um modo de enunciação proverbial, em um esforço por demonstrar que a metáfora se constitui em um “ jogo sobre as regras ” da língua.

## II PERSPECTIVA

Em linhas gerais, podemos dizer que ganhamos com as reflexões desenvolvidas aqui principalmente em dois pontos. Em primeiro lugar, acreditamos que o nosso trabalho contribui para o enriquecimento dos estudos lingüísticos sobre os provérbios, pois a maioria desses estudos restringe o foco de sua investigação à descrição do sentido e da referência construídos pelas sentenças proverbiais, pouco ou nada dizendo sobre a relação que essa constituição teria com a sintaxe dessas sentenças. E, em última instância, acreditamos que este estudo, ao aplicar a perspectiva sintática de bases enunciativas, pode contribuir também para esclarecer alguns fundamentos dessa perspectiva ainda pouco difundida entre os estudos lingüísticos. Além disso, acreditamos que as direções que percorremos em nossa análise, sobretudo ao delinear o nosso escopo segundo o modo de enunciação em que se configuram as sentenças, podem contribuir para abrir pertinência para outros estudos sintáticos.

## REFERÊNCIAS

- AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Trad. de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 1992.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37 ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004, p.141.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral II*. Campinas: Pontes, p. 81-90, 1989.
- CANÇADO, Márcia. *Manual de semântica: noções básicas e exercícios*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- CANDIDO, Antonio (1992). Mundo desfeito e refeito. In: *Caderno de Estudos Lingüísticos*. n. 22. Campinas, p.41-45, 1992.
- CARDOSO, Silvia Helena Barbi. *A Questão da referência: das teorias clássicas à dispersão de discursos*. Campinas: Autores Associados, 2003, p.115-162.
- DIAS, Luiz Francisco. Énonciation et grammaire: le champ de production de grammaires dans le Brésil contemporain. In: ORLANDI, E.; GUIMARÃES, E. (Orgs.). *Un dialogue atlantique: production des sciences du langage au Brésil*. Lyons: ENS Éditions, 2007, p. 79-89.
- \_\_\_\_\_. Novas perspectivas no ensino de gramática na escola. In: OLIVEIRA, S. E. de; SANTOS, J.F. dos (Orgs.). *Mosaico de linguagens*. Campinas: Pontes/CELLIP, 2006a.
- \_\_\_\_\_. Enunciação e gramática: o papel das condições de emprego da língua. In: *Letras*. n. 33. Santa Maria, p. 51-67, jul./dez. 2006b.
- \_\_\_\_\_. Problemas e desafios na constituição do campo de estudos da transitividade verbal. In MARINHO, J.H.C.; SARAIVA, M.E.F. (Orgs.) *Estudos da língua em uso*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras/UFMG, 2005, p.101-122.
- \_\_\_\_\_. A omissão do pronome sujeito no português do Brasil: perspectivas de abordagem. In: *Ecos – Estudos lingüísticos e literários*. Cáceres: UNEMAT, 2004, p. 201-211.
- \_\_\_\_\_. Fundamentos do sujeito gramatical: uma perspectiva da enunciação. In: ZANDWAIS, A. (Org.). *Relações entre pragmática e enunciação*. Porto Alegre: UFGS/Sagra Luzzatto, 2002, p.47-63.
- DUCROT, Oswald. (1984). Referente. In: *Enciclopédia Einaudi*. v.2. Lisboa: Imprensa Nacional –Casa da Moeda, 1984, p.418-438.

FREGE, Gottlob. (1892). Sobre o sentido e a referência. In: *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Cultrix, 1978, p. 59-86.

GUIMARÃES, Eduardo. Domínio semântico de determinação. In: GUIMARÃES, E.; MOLLICA, M. C. (Orgs.) *A palavra: forma e sentido*. Campinas: Pontes/RG, 2007, p. 79-96.

\_\_\_\_\_. Semântica e pragmática. In: GUIMARÃES, E.; ZOPPI-FONTANA, M. (Orgs.) *Introdução às ciências da linguagem: a palavra e a frase*. Campinas: Pontes, 2006, p. 113-146.

\_\_\_\_\_. *Semântica do acontecimento*. Campinas: Pontes, 2002, p. 11-31.

\_\_\_\_\_. Para uma história de evidências e argumentos. In: *40ª Reunião anual da SBPC (USP), 1990. Boletim da Abralin*. v.10. São Paulo, 1990, p. 95-101.

\_\_\_\_\_. Enunciação e história. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *História e sentido na linguagem*. Campinas: Pontes, 1989, p.71-79.

HENRY, Paul. *A ferramenta imperfeita*. Língua, Sujeito e Discurso. Trad. de Maria Fautá Pereira de Castro. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992, p. 11-34.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

KLEIBER, Georges. Sur le sens des proverbes. *Langages*. n 139, p. 39-58, 2000.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Argumentação e linguagem*. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2002, p. 35-46.

MILÁN-RAMOS, José Guillermo; BALDINI, Lauro José Siqueira. Algumas notas sobre o significante, o acontecimento e a singularidade. In: *Caderno de Estudos Lingüísticos*. Campinas, n.38, p.59-70, jan/jun.2000.

MILNER, Jean-Claude. *Introduction à une science du langage*. Paris: Éditions du Seuil, 1989, p. 357-358, 362-365.

MONDANA, L.; DUBOIS, L. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, M.M.; RODRIGUES, B.B.; CIULLA, A. (Orgs.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003, p.17-52.

MÜLLER, Ana Lúcia. In: MÜLLER, A. L. ; NEGRÃO, E. V.; FOLTRAN, M. J.(Orgs.) *Semântica formal*. São Paulo: Editora Contexto, 2003, p.153-172.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Interpretação – Autoria, leitura e efeitos de trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996.

ORLANDI, Eni; GUIMARÃES, Eduardo; TARALLO, Fernando. *Vozes e contrastes*. São Paulo: Editora Cortez, 1989, p. 35-38.

PEREIRA, Bruna Karla; DIAS, Luiz Francisco. Do estado infinito ao estado finito do verbo: os limites enunciativos da unidade sentencial. In: *Línguas e Instrumentos Lingüísticos*. Campinas: n. 21, 2008. (no prelo)

PERINI, Mário Alberto. *Gramática descritiva da língua portuguesa*. São Paulo: Ática, 1995.

PECHÊUX, Michel. Sobre a (des) construção das teorias lingüísticas. In: *Línguas e instrumentos lingüísticos*. Campinas, n. 2, p. 7-32, 1998.

PERRIN, Laurent. Remarques sur la dimension générique et sur la dimension dénomminative des proverbes. *Langages*. n. 139, p. 69-80, 2000.

POSSENTI, Sírio. O que significa “O sentido depende da enunciação”? In: BRAIT, Beth (Org.) *Estudos enunciativos no Brasil: histórias e perspectivas*. Campinas: Pontes, 2001.

QUÉRÉ, Louis. Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento. In: *Trajectos*, Lisboa, n.6, p. 4-20, 2005

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da (1958). *Gramática normativa da língua portuguesa*. 23 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1983.

SAID ALI, Manuel. (1927). *Gramática secundária da língua portuguesa*. 6 ed. revista e ampliada. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1965.

SANTOS, Mônica Oliveira. *Um comprimido que anda de boca em boca: os sujeitos e os sentidos no espaço da enunciação proverbial*. Campinas: Pontes, 2007.

SARMENTO, Leila Lauer. *Gramática em textos*. 2 ed. São Paulo: Moderna, 2005.

SAUSURRE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 2000.

SCHAPIRA, Charlotte. Proverbe, proverbialisation et déproverbialisation. *Langages*, Paris, n. 139, p. 81-97, 2000.

SILVEIRA, J.R.C. da. Significado literal e não-literal ou significado-menos-que-literal? *Letras de hoje*, Porto Alegre, v. 39, n. 1, p. 217-228, 2004.

SOUSA DIAS. *Lógica do acontecimento: Deleuze e a Filosofia*. Porto: Edições Afrontamento, 1995, p. 89-112.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Tempo verbal: um problema gramatical ou discursivo – Tempo verbal e tipo de texto. *Letras & Letras*, Uberlândia, ano 9, v. 1, p. 51-57, 1993.

VILELA, Mário. *Gramática da língua portuguesa*. 2 ed. Coimbra: Livraria Almedina, 1999.